

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**OS LUGARES DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA
MILITAR: HISTORIADORES MILITARES NO
ESTADO NOVO**

Dissertação de Mestrado

Priscila Roatt de Oliveira

**Santa Maria-RS, Brasil
2015**

OS LUGARES DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR: HISTORIADORES DO EXÉRCITO NO ESTADO NOVO

Priscila Roatt de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, Área de concentração História, Poder e Cultura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História.**

Orientador: Dr. André Átila Fertig

Santa Maria, RS, Brasil

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo, aprova a dissertação de mestrado

**OS LUGARES DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR:
HISTORIADORES MILITARES NO ESTADO NOVO**

Elaborada por
Priscila Roatt de Oliveira

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

Comissão Examinadora:

André Átila Fertig, Dr. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)

Carlos Henrique Armani, Dr. (UFSM)

Adriana Barreto de Souza, Dra. (UFRRJ)

Santa Maria, 06 de agosto de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História, pela colaboração e a contribuição na minha formação acadêmica. À professora Maria Medianeira pelo auxílio burocrático que possibilitou a concretização da minha defesa. Aos professores do programa pelas discussões teóricas e abertura de novos horizontes nos meus conhecimentos históricos. Aos membros da banca, a professora Adriana Barreto e o professor Carlos Henrique Armani, obrigado pelas sugestões teóricas e as pertinências das suas colocações para a melhoria da minha dissertação, seus trabalhos serviram como inspiração para esse texto. Para o professor André Átila Fertig, muito obrigada professor pela orientação no mestrado, agradeço pelos dois anos de ensinamentos. Ao Arquivo do Exército, que possibilitou minha pesquisa e o acesso às fontes.

Aos meus queridos familiares, Ana, João, Antonia, Alcy e Eva, obrigada pelo apoio, o carinho e o auxílio nos momentos complicados da vida, vocês são meu porto seguro. Às minhas colegas, amigas e companheiras de jornada, Joice e Letícia. Para minhas queridas irmãs não sanguíneas, Andressa, Júlia, Edsiana e Rebeca, vocês são minha inspiração para lutar e prosseguir adiante na vida. Para Carlos, pelo auxílio na tradução de textos em inglês, pela paciência e a contribuição na finalização da dissertação.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós- Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

OS LUGARES DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR: HISTORIADORES MILITARES NO ESTADO NOVO

Autora: Priscila Roatt de Oliveira

Orientador: André Átila Fertig

Data e local da defesa da dissertação: Santa Maria, 06 de agosto de 2015.

O presente trabalho tem como principal problemática compreender o sentido político da rememoração do passado no interior do Exército e de que forma a produção histórica da própria instituição contribuiu para a criação de um discurso que justificava a sua finalidade social ou política no Estado Novo. Ademais, Como tais narrativas sobre o passado da instituição colaboraram para a criação de uma identidade para os soldados nesse período. Este trabalho busca analisar a historiografia produzida por um grupo de indivíduos, civis ou militares, que estaria vinculado ao Exército por intermédio de alguma instituição, imprensa ou órgão direta ou indiretamente ligado as Forças Armadas. No caso desta pesquisa, três lugares de produção historiográfica foram selecionados: a Biblioteca Militar, a Revista “A Defesa Nacional” e a “Revista Nação Armada”, todas vinculadas ao Exército ou/e possuindo escritores militares, com relações estreitas com o governo de Getúlio Vargas. Dois temas destacaram-se na produção militar: as narrativas biográficas e o anticomunismo. Neste texto discorre-se sobre como essas narrativas biográficas transformavam as trajetórias dos heróis em exemplos morais. A exaltação do heróico como forma de identificação pelo Exército no Estado Novo, também possuía o seu oposto: o traidor. Conceito associado aos comunistas, depois dos levantes da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Em um segundo momento, discorre-se sobre o lugar ocupado pelas Forças Armadas na formação da “nacionalidade”, no passado, no presente e no futuro da nação, a partir das narrativas históricas da Biblioteca Militar e nas Revistas Militares. O trabalho pertence ao Programa de Pós-graduação em História, da UFSM, que possui a área de concentração História, Poder e Cultura, fazendo parte da linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, obteve bolsa por intermédio do órgão financiador CAPES.

Palavras-Chaves: Historiografia. História dos Conceitos. Exército. Estado Novo. Política

ABSTRACT

Master's dissertation
Graduate Program in History
Federal University of Santa Maria

THE PLACES OF MILITARY HISTORY PRODUCTION: MILITARY HISTORIANS IN NEW STATE

Author: Priscila Roatt de Oliveira

Mentor: André Átila Fertig

Date and place of the dissertation: Santa Maria, 08/06/2015.

Abstract: The main problem of this work is to understand the political sense of the remembrance of the past inside the Brazilian Armed Forces and in which ways the historiographical production of this institution collaborated to create a form of speech that justifies its own political and social finality in the “New State” period. Furthermore, how these narratives about the past of the institution collaborated to create some sort of identity to the soldiers in this period. The present work analyzes the historiography produced by a group of individuals, from the civil society or military that had connections with the Brazilian Armed Forces. This work used three sources of historiographical production: Biblioteca Militar (Military Library), A Defesa Nacional (“The National Defense” magazine), Revista Nação Armada (Armed Nation Magazine), all of them having bonds to the army or/and having military writers with close relations with the Getúlio Vargas government. There were two themes highlighted in the military production: the biographical narratives and the anti-communism. This work discusses on how these biographical narratives transformed the “heroes” life into moral examples. The glorification of the “hero” as a form of identification of the Army in the “New State” period, but also the opposite: the traitor. This concept was associated to the communists, after the uprisings from the Aliança Nacional Libertadora (National Alliance of Liberation) in 1935. In the second part of this work, there is a discussion about the place that the Brazilian Armed Forces occupies in the “nationality” formation in the past, present and future of the nation, using the narratives from the Military Library and Military magazines. This work belongs to the Post-Graduation Program in History at the Santa Maria Federal University, in the Culture, Power and History research field, in the Society, Politics and Frontier line. It got a CAPES scholarship.

Key Words: Historiography. History of Concepts. Army. New State. Politics.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A- Regulamento de fundação da linha editorial da Biblioteca Militar, de 1937	124
ANEXO B- Tabelas sobre a estrutura do Livro em “Guarda Contra o Comunismo” e seus autores (1938)	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. LUGARES DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA: HISTORIADORES E HISTÓRIA MILITAR NO ESTADO NOVO.....	19
1.1 Os lugares de produção da história sobre o Exército: a Biblioteca Militar, Revistas e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil	19
1.2 “O fio de Ariadne”, o historiador no labirinto dos fatos: as formas de elaboração e a finalidade do conhecimento histórico	28
1.3- “Heróis à Carlyle”: histórias exemplares, narrativas biográficas e heroicas.....	37
2. “ENTRE ATOS HERÓICOS E INFAMES”, A ESCRITA BIOGRÁFICA DA LINHA EDITORIAL DA BIBLIOTECA MILITAR	47
2.1-“Minha espada não tem partidos”: os bons soldados, os exemplos de Manoel Luís Osorio, Antonio João Ribeiro e Luís Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias	47
2.2- “Brasil não é quartel para os soldados de Moscou”: os conceitos de heróis versus traidores no interior das Forças Armadas	60
2.3- “O Dever Militar”: formação dos soldados, disciplina e hierarquia no interior do Exército.....	70
3. A HISTÓRIA MILITAR E A FUNÇÃO DO EXÉRCITO NA CONSTITUIÇÃO DA “BRASILIDADE”	77
3.1- “Que não venham perturbar a existência pacífica ódios exóticos, doutrinas que não encontram guarita em nosso meio”: o conceito de pátria, nação, Estado e unidade nacional.....	77
3.2- “O edifício da herança dos antepassados”: narrativas ancestrais, brasilidade e as Forças Armadas na formação da nacionalidade	89
3.3- “Um símbolo do poderio nacional a serviço da pátria”: os militares e a história, passado, presente e futuro no horizonte da nação	98
CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	124

INTRODUÇÃO

Em 2014, no Brasil, eleitores insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais publicaram postagens no perfil oficial do Exército brasileiro em uma rede social, pedindo uma intervenção militar na política¹. Em março de 2015, protestantes contrários ao governo e descontentes com a corrupção na administração pública, solicitavam o retorno de uma ditadura controlada pelo Exército. Nos dois eventos recentes, predominou o discurso recorrente na história brasileira contemporânea, das Forças Armadas como instituições “regeneradoras da sociedade”, entidades sem fins políticos partidários ou personalistas responsáveis por intervir nas organizações políticas brasileiras, em momentos de crises e desordens sociais. Tal pensamento começou a ser delineado no Brasil pelas próprias instituições militares, que por diversas vezes, elaboraram discursos sobre suas funções como guardiões da legalidade e da ordem dentro da sociedade brasileira, em diferentes momentos históricos, como justificativa para suas ações golpistas visando retirar governos ou elites do poder.

No Brasil, foram recorrentes os golpes militares na política. Primeiro, em 1889, consolidou o final da monarquia e o início da Primeira República, mais tarde, na década de 1930, Getúlio Vargas ascendeu ao poder com apoio de facções do Exército. Por fim, em 1964, foi instituído um governo autoritário comandado por militares. Para Celso Castro, o processo de burocratização e de profissionalização do Exército, no final do século XIX, acarretou a primeira demonstração de força da classe militar. Entre agosto de 1886 até maio de 1887, no Brasil, ocorreu uma série de manifestações contrárias à punição de oficiais do Exército, que utilizaram imprensa para discutir questões políticas. Nesse momento, os protestos simbolizavam o status que os militares acreditavam viver no Império, louvados por seu heroísmo nos campos de batalha. As promoções lentas, a falta de aumento no salário e o orçamento reduzido foram essenciais para a insatisfação da classe no período e para a participação no golpe de 1889 (1995, passim 85-101). Conforme Jonh Schulz (1994, p. 93), no final do século XIX, o Exército brasileiro emergiu como uma força profissional com ideias políticas e sociais profundamente diferentes da elite de fazendeiros e advogados. Para o autor, um dos principais fatores para a intervenção na política em 1889, foi à aprovação civil, o encorajamento à participação militar e a hostilidade ao governo que negligenciava a

¹Dados do site do Pragmatismo Político, disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/10/internautas-recorrem-ao-exercito-e-pedem-um-golpe.html>>, acesso em 01 de junho de 2015.

instituição. O Exército escutou o apelo popular pelo republicanismo e, a partir desse momento, os próprios oficiais passaram defender seus papéis como guardiões da legalidade (1994, p. 203).

Na história, os grupos sociais brasileiros esforçaram-se por obter o apoio dos militares para aumentar o próprio poder. Entretanto, para Alan Rouquié (1980, passim 09-21), isso não significou que o Exército era um instrumento passivo, que reagia mecanicamente a impulsos exteriores. As Forças Armadas possuíam suas divisões que podiam coincidir com as correntes da opinião civil, mas grande parte das decisões extramilitares era oriunda de questões internas. Conforme Rouquié, a formação de um consenso sobre ações políticas provinha da própria corporação e se apresentava como um código normativo da instituição. Por exemplo, na revolução de 1930 e na instauração do Estado Novo, uma das principais demandas do Exército era obter o monopólio da violência legal contra as forças controladas pelas oligarquias estaduais e locais. O autor afirma que as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções que os partidos políticos, seguindo as mesmas lógicas organizacionais: processos de deliberações, tomadas de decisões e articulações sociais. Para ele, esses partidos poderiam ser verdadeiras organizações partidárias de militares que visavam agir dentro da sociedade civil ou grupos que lutavam pelo poder no próprio Exército.

Na década de 1930, conforme Frank McCann, o Exército foi transformado no principal instrumento de controle do governo central, como parte essencial de implantação de suas políticas (2002, p. 551). Ao mesmo tempo, o grupo de militares que ascendeu ao poder apoiando Getúlio Vargas buscou controle interno da instituição castrense. Segundo Campos Coelho (1976), no Estado Novo, os elementos simbólicos foram mobilizados dentro do Exército para criação de um clima de solidariedade entre os militares. Exemplo disso foi o culto das vítimas dos levantes comunistas de 1935. Ainda conforme esse autor, esse sentimento anticomunista nas forças armadas foi uma estratégia de comunicação eficaz para unir os componentes da organização. Para Coelho (1976, p.111), nesse período também houve uma glorificação do passado do Exército, mas o autor não cita quais seriam os eventos e os heróis mobilizados no interior dessa instituição. Partindo dessas pesquisas, o presente trabalho tem como principal problemática compreender o sentido político da rememoração do passado no interior do Exército e de que forma a produção historiográfica da própria instituição contribuiu para a criação de um discurso que justificava a sua finalidade social ou política no Estado Novo.

No Brasil, os militares utilizaram a história, como um instrumento para demonstrar que sua finalidade dentro da sociedade foi à defesa das instituições ou das aspirações coletivas dos brasileiros. O passado militar foi rememorado através de inauguração de estátuas de heróis militares, da criação de dias festivos dedicados às grandes batalhas enfrentadas pela instituição, como as comemorações da Guerra do Paraguai. Exemplo disso, em 1894, no governo de Floriano Peixoto, foi a inauguração de um mausoléu em homenagem ao Manoel Luís Osório, herói da Guerra do Paraguai, no Rio Janeiro. Rodrigo Perez de Oliveira (2010) demonstra como a implantação desse monumento foi simbólica, pois tinha a finalidade de representar Osório como predecessor das virtudes militares de Floriano Peixoto:

O alto oficialato da corporação, representado na época pelo próprio presidente, não desejava mostrar o Exército como uma instituição a serviço do Estado, como um braço armado do governo federal, mas defini-lo como a única instituição moralmente capaz de governar a República. [...] A ritualização de pública que originou a monumentalização de Osório determinou a aproximação das biografias de Osório e Peixoto. O Primeiro foi identificado teologicamente, como predecessor do segundo em termos de virtudes políticas, cívicas e militares (OLIVEIRA, p. 23-50, 2010).

Para Oliveira (2010), essa tentativa de identificação de Osório com Floriano Peixoto foi realizada no final do governo desse marechal, pois nesse momento havia relutância da alta cúpula dos militares que governava o Brasil em repassar esse cargo para os políticos oriundos da oligarquia paulista. Os militares desconfiavam das instituições civis e buscaram através de um monumento para Osório demonstrar para população brasileira que o Exército fora o grande defensor da pátria.

Celso Castro (2002) analisou a ascensão da figura de Luís Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias, como o grande símbolo do Exército. Segundo esse pesquisador, no Império e no início da República, Manoel Luís Osório era o militar mais cultuando dentro da instituição castrense, contudo na década de 1920, gradativamente Osório foi sendo substituído pelo Luís Alves Lima e Silva como o grande patrono dessa instituição. Essa substituição ocorreu em um período de fragmentação das Forças Armadas, de motins interno e de levantes tenentistas. Nesse contexto, a alta cúpula militar representou o Duque de Caxias como um soldado modelo, que defendeu a ordem e a unidade brasileira combatendo as revoltas regenciais no Império.

Este trabalho busca analisar a historiografia produzida por um grupo de indivíduos, civis ou militares, que estaria vinculado ao Exército por intermédio de alguma instituição, imprensa ou órgão direta ou indiretamente ligado as Forças Armadas. No caso desta pesquisa, três lugares de produção historiográfica foram selecionados: a Biblioteca Militar, “A Defesa

Nacional” e a “Nação Armada”, todas vinculadas ao Exército ou/e possuindo escritores militares, com relações estreitas com o governo de Getúlio Vargas².

A linha editorial da Biblioteca Militar foi fundada em 1937, com o objetivo de promover uma literatura especializada sobre os aspectos técnicos, históricos e nacionais das Forças Armadas brasileiras. A revista “Nação Armada” foi fundada durante o Estado Novo. Desde seu primeiro editorial possuía a proposta de apoiar as Forças Armadas brasileiras, diferente da Revista “Defesa Nacional”, que foi criada na Primeira República, por oficiais insatisfeitos com a instituição e a precária organização do Exército brasileiro. Posteriormente, essa publicação adquire o mesmo discurso que glorificava o Exército e o governo de Getúlio Vargas da revista “Nação Armada”.

Grande parte da produção da editora era narrativas biográficas sobre indivíduos que tiveram atuações importantes no interior do Exército, em períodos anteriores ao Estado Novo. Os principais personagens biografados foram: Antônio João Ribeiro (1824-1863), Manoel Luís Osório (1808-1879), considerados heróis da Guerra do Paraguai e Luís Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias, (1803 -1880), que foi cultuado como o “pacificador” das revoltas do período regencial no Império. Em contrapartida a esses três indivíduos, lembrados pelas suas atuações como militares durante o Império, tem-se a figura de Floriano Peixoto (1839-1895) que ficou reconhecido pelo golpe republicano de 1889.

As principais fontes utilizadas na pesquisa, oriundas da linha editorial da Biblioteca Militar, foram biografias sobre esses heróis do Exército: “Antonio João” (1938), “Osório: na infância, na adolescência, na família, na imortalidade” (1939), “Caxias” (1939) e “Floriano, sua vida, seu nacionalismo, sua glória” (1940), de Valentim Benício da Silva, “Osório”, de Onofre Gomez Muniz (1938), Grandes soldados do Brasil (1939), de Lima Figueiredo, etc. Das revistas “Nação Armada” e “A Defesa Nacional”, artigos do período de 1939 a 1945, que possuíssem as seguintes temáticas foram selecionados: narrativas biográficas dos heróis do Exército, os militares na história brasileira, a formação histórica do Brasil, entre outros textos de historiografia militar. Com a utilização dessas fontes, a dissertação foi dividida da seguinte forma:

No primeiro capítulo denominado, –“Os Lugares de Produção da História: historiadores e historiografia militar no Estado Novo” foram adotados como referenciais teóricos, autores que tratam sobre o processo de concepção da historiografia. Segundo Michel de Certeau (1982), toda pesquisa histórica está vinculada a um lugar de produção (que pode

² O trabalho pertence à linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, obteve financiamento da CAPES.

ser social, político e cultural), a uma profissão liberal, uma categoria de letrados, um posto de observação ou de ensino. Para Certeau, esse lugar determina os métodos e os documentos que são utilizados na escrita historiográfica. De acordo com o autor, devemos analisar a historiografia como uma operação que combina um lugar social (meio, profissão, recrutamento), práticas científicas (conjunto de regras que controlam a forma de escrever a história) e a escrita (literatura produzida).

Nesse sentido, como este trabalho utiliza fontes historiográficas, todos os elementos descritos por Michel de Certeau: a profissão do historiador, as instituições que produzem a história, os procedimentos de pesquisa, formas de escrita e narrativa foram essenciais para compreender a função da história para os militares. Por isso, no primeiro capítulo, discorre-se sobre os espaços de produção historiográfica sobre o Exército no Estado Novo. Como mencionado anteriormente três lugares foram selecionados: a linha editorial da Biblioteca Militar, as Revistas “Nação Armada” e “A Defesa Nacional”. O principal objetivo é investigar as relações e as vinculações desses espaços com o Exército e o governo de Getúlio Vargas. Subsequente a isso, analisa-se as formas de elaboração do conhecimento histórico para os autores militares, as regras ou procedimentos necessários para a produção historiográfica. Entende-se que, no Estado Novo, tais escritores estavam preocupados em construir um campo de pesquisa para a história militar, reunindo autoridades no assunto, discutindo os métodos para a investigação do passado e as especificidades da área, como as técnicas, os armamentos e as estratégias bélicas. De tal forma que, nesse momento, para os autores militares a organização e o recolhimento de fontes eram elementos fundamentais para a sistematização do conhecimento sobre as Forças Armadas brasileiras.

A editora do Exército divulgava uma série de textos de historiadores militares e civis, de modo que os seus livros não podem ser compreendidos sem uma comparação com as obras de seus colegas historiadores. Justifica-se isso a partir do posicionamento de Certeau (1982), de que uma obra de valor histórico é reconhecida pelos pares (outros historiadores) estando ligada a um meio, em que certas pesquisas e produções são permitidas ou inexecutáveis. Neste trabalho, os periódicos “Nação Armada” e a “A Defesa Nacional” foram importantes fontes para a compreensão da metodologia utilizada pelos autores no processo da elaboração da escrita historiográfica. Diferente dos livros da Biblioteca Militar, alguns artigos das revistas discorriam sobre as etapas da pesquisa histórica, as temáticas historiográficas específicas da profissão e os assuntos relevantes da produção literária para o Exército. Exemplo disso são os textos: “A história militar do Brasil através das suas fontes fidedignas”, em a “A Defesa

Nacional” (1939), do capitão Newton Nascimento, “A História Militar”, em a “Revista Militar Brasileira” (1944), de Nelson Werneck Sodré, etc.

Considerando que toda a concepção de história ou modo de narrar o passado faz parte de um regime de historicidade, um plano de pensamento de longa duração, uma ordem do tempo, que permite ou proíbe pensar certas ideias. Através dessa premissa, também no primeiro capítulo, investiga-se as influências teóricas e as origens históricas das narrativas biográficas produzidas pelos escritores militares da Biblioteca Militar. Como parte considerável da produção historiográfica do Exército, da linha editorial da Biblioteca Militar, do Instituto de Geografia e História Militar Brasileira, das revistas “A Defesa Nacional” e “Nação Armada” era biografias sobre os grandes heróis das Forças Armadas, tornou-se necessário compreender as características desse tipo de produção sobre o passado militar. Verificou-se que a influência das obras biográficas das publicações do Exército proveio da Antiguidade grega, oriundo de um regime de historicidade denominado de heroico. Nessa concepção, através das biografias, tornava-se possível aprender, conhecer, contemplar e reproduzir os atos virtuosos dos grandes indivíduos da história. Tal modelo biográfico da historiografia militar do Estado Novo foi influenciado pelos primeiros historiadores do Instituto de Geografia e História Brasileira, que foi predominante no Brasil, por um longo período histórico, desde o início da monarquia até a metade do século XX.

Os livros divulgados pela Biblioteca Militar são fontes para compreensão da formação da identidade dos militares no Estado Novo. Através de tal editora, o Exército publicou obras que conceituavam a função dos soldados dentro da sociedade, o que, em parte, justifica dois dos temas que se destacaram na produção da Biblioteca Militar: as narrativas biográficas e o anticomunismo. No segundo capítulo da dissertação, intitulado, – “Entre atos heroicos e infames, a escrita biográfica da linha editorial da Biblioteca Militar”, versa-se sobre como essas narrativas biográficas transformavam as trajetórias dos heróis em exemplos morais. A exaltação do heroico como forma de identificação pelo Exército no Estado Novo, também possuía o seu oposto: o traidor. Conceito esse associado aos comunistas, depois dos levantes da Aliança Nacional Libertadora em 1935.

No que se refere à metodologia, considera-se oportuno atentar, aqui, para algumas ponderações sobre a utilização metodológica da história dos conceitos no trabalho. Em um primeiro momento, foram analisados nos textos os conceitos políticos empregados por Valentim Benício da Silva e demais autores militares da Biblioteca Militar. Para Reinhart Koselleck (2006, p. 103), a história dos conceitos tem uma obrigação metodológica mínima: compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais

e da interpretação dos usos da linguagem pelos atores históricos. Em um segundo momento, os livros da linha editorial da Biblioteca Militar foram comparados com outras obras produzidas por militares como revistas, anais, relatórios, etc. Tal procedimento, Koselleck (1992, p.4) intitula como “contextualização”, a análise dos conceitos a partir de textos comparáveis na mesma língua.

O teórico Reinhart Koselleck (2006) estabelece uma relação entre as ações políticas e os conceitos linguísticos mobilizados por diferentes grupos sociais. Para o autor, a utilização de conceitos por determinados indivíduos tem uma função que extrapola a linguagem (vocábulos, textos, etc.), influencia diretamente a agência dos grupos e mobiliza repertórios conceituais visando à criação de unidades de ações políticas e sociais. Assim, facções e partidos políticos mobilizam uma série de conceitos visando à criação de uma identidade e, principalmente, de uma coesão interna. Ao mesmo tempo, os elementos conceituais estão fundamentados em sistemas políticos que são mais complexos que as comunidades linguísticas existentes. Ou seja, os conceitos não abrangem toda experiência política existente, mas sem eles não seria possível mobilizar, conceituar ou expressar as visões políticas ou ideológicas. Na sociedade há batalhas semânticas para definir, manter ou impor posições políticas, de forma que as denominações ou termos utilizados representam disputas por formas de governos, organizações ou por privilégios sociais (KOSELLECK, 2006, passim 97-118).

Por isso, para Koselleck (2006), a história dos conceitos pode ser uma metodologia para compreender os conflitos políticos e sociais através da interpretação dos repertórios conceituais e da utilização da linguagem. A história dos conceitos visa analisar as alterações e permanências de determinadas formas linguísticas, trabalhando com mudanças das *estruturas conceituais em um longo prazo*. Aqui, faz-se necessário uma ressalva na utilização da história dos conceitos, no segundo capítulo, pela delimitação da temática, a proposta do capítulo é realizar exclusivamente uma análise dos conceitos de “heróis” e “traidores” no Estado Novo, um período de *curta duração*, contudo a intenção permanece metodologicamente igual: compreender os conflitos políticos no interior do Exército através dos repertórios conceituais dos autores da linha editorial da Biblioteca Militar³ (KOSELLECK, loc. cit.).

³ Como afirmou Manoel Salgado Guimarães, cada geração de historiadores repensam as regras do seu ofício e reinventam a operação historiográfica dentro de um cenário de tensões e conflitos, a partir das disputas de diferentes grupos pela ressignificação do passado a partir do próprio presente. Para esse historiador, quando escolhemos determinados autores buscamos investigar um sistema de escrita e seu lugar dentro da cultura de determinadas sociedades (2003, p. 09).

Ainda no segundo capítulo, aborda-se duas conceituações binárias presentes na historiografia militar: o herói e o traidor. Defende que, ambos os conceitos serviam como estratégias políticas complementares, que visavam exemplificar através da história e do passado, a função dos soldados na sociedade, a saber, o afastamento da política, a defesa do governo e uma conduta legalista no interior do Exército. As biografias históricas da linha editorial da Biblioteca Militar ressaltavam nas trajetórias dos heróis, suas lealdades para com o Exército. Ao mesmo tempo, uma produção anticomunista buscou representar os membros da Aliança Nacional Libertadora como traidores do Exército. Foram utilizadas como fontes para análise da conceituação as escritas por militares no Estado Novo e no livro “Em Guarda Contra o Comunismo” (1938), primeiro livro publicado pela linha editorial da Biblioteca Militar.

No terceiro capítulo da dissertação, nomeado: – “A historiografia militar e a função do Exército na constituição da brasilidade”, baseado nos preceitos de Reinhart Koselleck buscase analisar como os militares concebiam o passado da instituição castrense e suas ações em prol da constituição da nação. No Estado Novo, as revistas militares “Nação Armada” e a “A Defesa Nacional” publicaram diversos artigos sobre o nacionalismo, o patriotismo, a brasilidade e a nacionalidade. A historiografia militar do período tinha como preocupação demonstrar o Exército como instituição que contribuiu para formação histórica do Brasil. Dessa forma, o capítulo tem como proposta analisar os seguintes conceitos presentes no *topos* da historiografia militar⁴: pátria, nação, Estado e a unidade nacional. Dentro de tal historiografia, os militares esboçaram a defesa de um Estado autoritário, em que o Exército era um importante instrumento de manutenção da unidade política e territorial do Brasil. Os soldados seriam os agentes da brasilidade, já que em diversos momentos de divisões internas e invasões externas trabalharam para uma suposta integridade nacional.

Em um segundo momento, discorre-se sobre o lugar ocupado pelas Forças Armadas na formação da “nacionalidade”, no passado, no presente e no futuro da nação, a partir das narrativas históricas da Biblioteca Militar e nas Revistas Militares. Considerando que para os historiadores militares, os eventos históricos do passado representavam uma continuidade da função social do Exército no presente do Estado Novo. Sendo a história um elemento importante dentro dessas narrativas historiográficas e biográficas, intenta-se compreender sobre as concepções de continuidades e descontinuidades na historiografia da Biblioteca Militar, como os militares concebiam o passado e o presente da instituição castrense, suas funções na

⁴Segundo Valdeci Lopes Araújo (2011 p.133-134), *topos* na concepção de Koselleck é forma que os conteúdos ou as experiências podem ser articulados, em um espaço ou lugar predefinido.

sociedade e a contribuição das Forças Armadas para constituição histórica do Brasil. As categorias históricas “campo de experiência” e “horizonte de expectativas” definidas por esses teóricos serão utilizadas para investigar as concepções de passado e futuro nesses textos.

Para Koselleck (2006), as categorias definem as possibilidades da história, que são formuladas através das experiências dos sujeitos históricos (suas vivências) e das expectativas em relação aos tempos futuros. Exemplos dessas categorias são: *Campo de experiência* que pode ser definido como todos os acontecimentos que foram incorporados, lembrados e transmitidos por gerações e instituições, e *Horizonte de Expectativas* que pode ser entendido como representação daquilo que não foi experimentado, que pode ser previsto através das experiências do contemporâneo. Através do passado, os historiadores militares da Biblioteca do Exército buscavam demonstrar a importância dos militares na defesa nacional e na constituição da Nação brasileira (KOSELLECK, 2006, passim 305-325).

1- LUGARES DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA: HISTORIADORES E HISTÓRIA MILITAR NO ESTADO NOVO

1.1-Os lugares de produção história sobre o Exército, Biblioteca Militar, Revistas e o Instituto de Geografia, História Militar do Brasil

Em 1937, no interior do Exército, foi fundada a editora do Exército que buscou divulgar uma historiografia produzida por simpatizantes e militares. As obras publicadas estavam vinculadas às concepções de um grupo de militares que ascenderam ao poder durante a era Vargas. A Biblioteca Militar primeiramente foi instalada dentro do edifício do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro (DUTRA, 1937 Apud 1938, p. 03), a impressão das obras era realizada pela Imprensa do Estado- Maior do Exército (VARGAS, 1937 Apud 1938, p. 02). Desde sua fundação, a linha editorial da Biblioteca do Exército possuía estreitas ligações com o Ministério da Guerra e o Estado- Maior do Exército brasileiro, instituições que durante o período do Estado Novo foram lideradas pelos militares Eurico Gaspar Dutra e Pedro Góis Monteiro.

Antes da editora castrense, havia uma vasta produção historiográfica de militares sobre o Exército, mas foi através dessa linha editorial e da criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), em 1936, que a instituição e seus profissionais buscaram produzir e divulgar uma historiografia institucional, de forma mais sistemática e organizada, atingindo um grupo maior de leitores das classes armadas. Os principais espaços de divulgação de história especializada sobre as Forças Armadas, para além da Biblioteca Militar, eram editoras particulares e revistas de temáticas militares, como “Nação Armada”, “Revista Militar Brasileira”, “Defesa Nacional” e o “Anais do Exército”, que continham artigos de elementos históricos.

Neste estudo, utilizar-se-á o termo historiadores para referir-se ao grupo de indivíduos, civis ou militares, que estavam vinculados, por intermédio de alguma instituição, à imprensa ou ao órgão direta ou indiretamente ligado ao Exército, exercendo atividade de escrever sobre o passado das classes militares e repensando sobre os papéis dessas organizações na sociedade brasileira durante o Estado Novo. Somente a partir da primeira metade do século XX, foi necessário aos profissionais das áreas do conhecimento histórico, professores da disciplina escolar ou historiógrafos possuir diplomas universitários. Entretanto, até primeira metade do século XX, tal função não era exercida por especialistas graduados em cursos de História no

Brasil, mas por pesquisadores autodidatas, detentores de outras formações universitárias, trabalhadores liberais (advogados, médicos, militares, jornalistas) e funcionários públicos. A França, que sempre foi um modelo teórico para historiadores brasileiros, tardiamente iniciou o processo de consolidação do curso de História dentro das universidades. Até 1870, a cátedra era subordinada à filosofia e à literatura, não existindo um ensino especializado. Nas cidades eram os profissionais liberais, os advogados que desempenhavam os papéis de historiadores. No campo, os membros da Igreja e da nobreza realizavam tal tarefa. Conforme Ferreira e Silva (2011), a institucionalização da história como disciplina universitária ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e começo do século XX, quando o ensino superior tornou-se um elemento central para a promoção dos indivíduos, a afirmação nacional, a formação das elites e o progresso científico e econômico. Tal processo institucional contribuiu para a abertura e a consolidação de diversos campos de conhecimento. No Brasil, os primeiros cursos de História foram criados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, pela Universidade do Distrito Federal, em 1935, e pela Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro em 1939 (2011, p. 289).

Mesmo com a criação dos cursos universitários de História no Brasil na década de 1930, as atividades historiográficas eram realizadas por indivíduos que tinham outras formações e ocupações profissionais. Alguns historiadores, como Capistrano de Abreu, por exemplo, cursaram a faculdade de Direito. No campo da história militar⁵, os renomados escritores das Forças Armadas brasileiras no Estado Novo geralmente eram militares da própria instituição que consideravam essencial recuperar a história e os heróis dessas organizações. Alguns desses escritores são: Tasso Fragoso (1869- 1945), que participou da revolução de 1930 e escreveu obras sobre a Revolução Farroupilha, a Guerra do Paraguai e os franceses no Brasil, Emílio Fernandes Souza Docca (1884-1945), que pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, posteriormente, Francisco Paula Cidade (1883- 1968), fundador da Revista Defesa Nacional e membro da primeira comissão da linha editorial da Biblioteca Militar.

⁵ De acordo com Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (2004, p. 15), a história militar como um gênero identificável de produção historiográfica (estudos de instituições, guerra, campanhas e táticas), surgiu no Brasil, em 1890, coincidindo com o fortalecimento das instituições militares. Nesse momento, o Exército patrocinou autores, como o coronel Emílio Jourdan que reescreveu a história da Guerra do Paraguai, em 1892. Na década de 1930, a fundação da editora militar, permitiu ao Exército assumir diretamente a missão de publicar autores de seu interesse. A denominada Biblioteca do Exército (BIBLEX) continua realizando, até hoje, uma mistura de “história tradicional” e de traduções de trabalhos estrangeiros sobre a história militar (p. 15-16).

No compêndio, “Síntese de três séculos de literatura militar brasileira” (1959), o escritor Francisco Paula Cidade realizou uma revisão bibliográfica das principais obras, literárias e históricas sobre as Forças Armadas no Brasil. Para o autor, essa literatura foi escrita no Brasil por militares, à margem de suas “ocupações regulares”, ou por escritores civis, “enamorado das glórias militares da sua terra”. Tal bibliografia era formada por um conjunto de produções de temática histórica composta, segundo Cidade, por: “obras de divulgação de princípios ou fixação de aspectos da vida nacional”, compêndios de arte militar, descrição de atividades, biografias, “vida e costumes das velhas gerações militares”, relações da política com as atividades bélicas, aplicações das ciências “como a geografia nos domínios da guerra”. Conforme Cidade, embora somente a parte técnica dessa produção exija conhecimentos específicos da profissão, os escritores das Forças Armadas tinham uma formação que os tornava mais aptos para elaborar a história militar brasileira, assim como “um médico seria mais credenciado do que um militar ou um advogado para escrever uma história da medicina” (1956, passim 01-12).

No caso desta pesquisa, três lugares⁶ de produção historiográfica foram analisados: a Editora do Exército, “A Defesa Nacional” e a “Nação Armada”, todas vinculadas ao Exército ou/e escritas por militares, com relações estreitas com o governo de Getúlio Vargas. A revista “Nação Armada”, criada em 1939, no seu primeiro editorial, foi definida como uma publicação de civis e militares, cujas páginas estariam abertas a todos interessados em debater os interesses brasileiros, “suas defesas e seu engrandecimento”. Nesse editorial, sem título e autoria, caracteriza-se o período de surgimento da revista como sendo um “momento singular da história do mundo e do Brasil [...]. Na Europa, a eclosão da guerra, novamente arrastando os povos para se resolverem pelas armas”. Em um contexto de conflitos bélicos, a publicação possuía a proposta de divulgar artigos sobre a defesa nacional, com a finalidade de preparar e mobilizar a população brasileira, para uma possível guerra. Segundo o texto, em uma situação de guerra, o apoio do povo brasileiro seria essencial para as Forças Armadas: “infelizes dos Exércitos que se laçam para frente sem estarem certos de uma ativa correspondência material e moral de toda uma nação”, a “guerra total não dispensa nenhuma cooperação”, nem dos soldados e “dos humildes operários”, fabricantes de materiais bélicos. Outra perspectiva da revista era o apoio ao regime político de Getúlio Vargas:

⁶ Conforme Jerram (2003, p. 404), a palavra “espaço” faz referência: a uma disposição particular próxima das coisas em relação de uma e a outra, estaria atrelado a palavras como ‘localização’, ‘distância’, ‘área’, e ‘distribuição’. O lugar às vezes faz referência a uma localização, mas pode significar algo completamente diferente – as qualidades, práticas, crenças, representações e símbolos que estão incrustadas em uma localização. O autor reforça que para Pierre Nora, lugares são complexos sistemas socioculturais, de administração da experiência humana, associadas a estas posições (o lugar).

Com o dez de novembro foi criado um clima [...] favorável para o desenvolvimento do país, a compreensão dos nossos destinos, que depois de cinquenta anos do período republicano, passado no advento da democracia liberal [...] um regime intoxicado de teorias contrárias ao espírito militar e gasto num processo impertinente de descentralização [...] o Brasil ficou emancipado das forças negativas contrárias à unidade nacional e o fortalecimento das Forças Armadas (NAÇÃO ARMADA, 1939, p. 01-04).

De acordo com José Vitor da Rocha Monteiro (2010), os textos publicados na Nação Armada reforçavam os aspectos ideológicos do governo do Estado Novo, o autoritarismo, o nacionalismo e a centralização do poder para a construção de uma grande nação. Era também recorrente a referência a um passado glorioso que resumia a figura de Getúlio Vargas a um condutor político da consolidação dessa grandeza, interrompida durante o período republicano pela perspectiva liberal que fortalecia os poderes regionais e locais. A revista não era um órgão de imprensa oficial do Exército e nem do Estado, mas recebia investimentos estatais. O principal fundador, o major Alffonso Celso, foi interventor em Alagoas, entre dezembro de 1932 e março 1934. Partes consideráveis dos autores eram militares do Exército, alguns renomados pensadores e teóricos estadonovista (defensores da militarização e da centralização política) escreveram artigos para a revista como Pedro Calmon, Gustavo Barroso, Menotti del Picchia, Azevedo Amaral. Além de conter uma seção específica denominada “ordens do dia”, que divulgava documentos e pronunciamentos oficiais do Ministério da Guerra liderados por Eurico Gaspar Dutra e do Estado maior do Exército, chefiado por Pedro Góis Monteiro e do Presidente Getúlio Vargas, a revista produzia diversos artigos sobre os conflitos na Europa, os avanços das tropas dos Exércitos russos e alemães pelo continente, ressaltando a neutralidade da América Latina. Posteriormente em 1942, os textos ressaltavam a participação dos soldados brasileiros na segunda guerra mundial. Outros temas estavam presentes como: biografias, notícias sobre o Exército, manobras militares, defesa das fronteiras, educação nacionalista, entre outros. Conforme José Vitor da Rocha Monteiro, dos 1.804 escritos totais de textos divulgados, 124 eram sobre as seguintes temáticas: os governos, batalhas, biografias e ações militares consideradas importantes para as Forças Armadas, possuindo uma seção denominada “Efemérides Militares”, que divulgava comentários sobre acontecimentos históricos militares e políticos importantes para história do Brasil, demonstrando a preocupação da revista em recuperar os acontecimentos e os heróis do passado militar (2010, p. 53-54).

Diferente da “Nação Armada”, “A Defesa Nacional” foi criada em período anterior ao Estado Novo, fundada no Rio de Janeiro em 1913, pelos intitulados jovens turcos, oficiais do Exército brasileiro enviados nos anos anteriores à Alemanha para estagiar nas tropas desse

país. A revista surgiu moldada na sua congênere alemã, “*Militar Wochenblatt*”, como um órgão de combate às estruturas consideradas arcaicas do Exército, propondo novas ideias e técnicas militares, de acordo com um dos seus fundadores, Francisco de Paula Cidade. Para o autor, a fundação da publicação congregou um grupo de oficiais “dado às letras”, “em torno de algumas ideias básicas”, que resultaria em um surto de produção literária e profissional sobre as Forças Armadas. A revista defendia uma radicalização dos costumes, uma modernização das táticas, a difusão das técnicas e armamentos em uso na Europa, e o aperfeiçoamento da instrução “em todos os escalões da hierarquia” militar no interior do Exército (1959, p. 345-346).

As ideias defendidas por esse grupo de militares, através das páginas da “*Defesa Nacional*”, na Primeira República, eram as mesmas adotadas pelo Ministério dos Negócios da Guerra durante o Estado Novo, pela corrente que se tornou hegemônica no interior do Exército: perspectivas ideológicas de militarização da sociedade brasileira e da necessidade de modernização do Exército para o fortalecimento da soberania nacional. De acordo com Fernanda Vial Oliveira (2014), os escritores da revista defendiam um projeto militarista de renovação da sociedade, que pretendia inculcar valores patrióticos na população brasileira, na idealização do “soldado-cidadão”, dos civis dotados de uma consciência nacional, defensores dos mesmos princípios de defesa nacional das Forças Armadas. Outra pauta era a necessidade de modernização e de organização do Exército brasileiro, para atender as carências da defesa nacional e da própria instituição, na concepção desses jovens oficiais, na Primeira República, ficou evidente o despreparo profissional das Forças Armadas brasileiras, no combate contra “forças militarmente inexperientes formadas por sertanejos e homens do campo”, nos movimentos populares de Canudos (1896- 1897) e do Contestado (1912-1916) (OLIVEIRA, 2014, p. 60-64).

No Estado Novo, os autores da “*Defesa Nacional*” continuaram apresentando as mesmas duas pautas da Primeira República: a necessidade da criação de um sentimento de nacionalidade na população brasileira, por intermédio de uma educação cívica, promotora dos valores “genuinamente brasileiros”, que ensinasse os aspectos nacionais da nossa cultura para as crianças (tradições, símbolos, a língua portuguesa, a história, os heróis, etc.), e o processo de modernização do Exército que foi realizado pelo governo de Getúlio Vargas, com apoio das lideranças militares, no Ministério da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e no comando do Estado Maior do Exército, Pedro Góis Monteiro. Um artigo da revista de 1926 aponta que para modificar a estrutura da organização militar brasileira, seria necessário assegurar o desenvolvimento econômico do país, com a criação de indústrias capazes de fornecer material

para as Forças Armadas, bem com o desenvolver redes de transportes rodoviários e ferroviários para o deslocamento das tropas (GAMELIN Apud NETO, p. 67).

Os artigos das revistas militares (Nação Armada, Defesa Nacional) apresentavam uma narrativa histórica de evolução, nelas o Estado Novo era concebido como um momento de ruptura na estrutura organizacional do Exército brasileiro. Os historiadores Frank MacCann (2008) e Edmundo Coelho (1979) afirmam que, no Estado Novo, houve significativas mudanças como: um aumento dos efetivos militares, uma modernização e uma instrumentalização do Exército brasileiro para fins políticos. Segundo Frank McCann (2009), nos anos seguintes à Revolução de 1930, ocorreu “uma luta pelo controle da instituição acabaria por fundir o Exército revolucionário com o velho Exército. Esse conflito interno apresentou aspectos filosóficos, tradicionais, práticos, econômicos, políticos e geopolíticos, que refletiram em vários debates, reformas, influências estrangeiras, revoltas e amizades e inimizades pessoais”. Para o autor, os vários processos afetaram o processo do Exército como, por exemplo, as frequentes conspirações e rebeliões secundárias em unidades durante 1931 e 1932, a guerra civil de 1932, em São Paulo, as agitações em vários níveis em 1933 e 1934, o levante de sargentos estimulados pelo exemplo cubano de tomada de poder de Fulgêncio Batista e a revolta comunista de 1935 (2009, p. 385).

Após a revolução de 1930, Getúlio Vargas atuou para uma reorganização do Exército, afastando as antigas lideranças militares e colocando em seu lugar militares que apoiavam seu governo. Nas palavras de McCann (op. cit., p. 386), Getúlio Vargas, “nos anos seguintes ele habilmente manobrou até que tanto as forças revolucionárias como federais dependessem dele e houvesse, novamente, um único Exército nacional”. Para Edmundo Campos Coelho (1976), nesse período, o Exército criou departamentos específicos para criar líderes que fossem doutrinados, isolou, para tanto, as lideranças de seus seguidores para minimizar as pressões das bases e buscou afastar as influências externas consideradas danosas. Os oficiais preocupados com a profissionalização do Exército foram contra as promoções dos militares atreladas à política, por ser um obstáculo à melhoria dos quadros profissionais. Ao receber o comando da instituição militar, Pedro Góis Monteiro comandou uma série de reformas visando à profissionalização dos quadros (1976, p.186-187).

As revistas militares, “Nação Armada” e “Defesa Nacional” compartilhavam de perspectivas ideológicas semelhantes. Em diversos textos, os seus autores discorrem sobre o ensino patriótico, a população brasileira, a importância das Forças Armadas na formação da nacionalidade e apresentam uma defesa do Estado autoritário de Getúlio Vargas. Os escritores militares acreditavam que o Exército era a instituição mais organizada e nacional do Estado,

cuja finalidade dentro da sociedade era proteger os interesses coletivos. No Estado Novo, para esse grupo, a defesa do governo de Getúlio Vargas pelas instituições Armadas representava resguardar a vontade “coletiva” do povo brasileiro.

Em 1938, outro espaço de divulgação da historiografia militar surgiu através da linha editorial da Biblioteca Militar, de forma semelhante às revistas “Nação Armada” e a “A Defesa Nacional”. Os organizadores da editora mantinham estreitas ligações com Getúlio Vargas. O reorganizador da linha editorial da Biblioteca Militar, Valentim Benício da Silva, ocupou a secretaria administrativa da Junta Governativa, que derrubou o presidente Washington Luís, em 1930. Entre os anos 1936 e 1937, foi secretário do Gabinete do então Ministro da Guerra, Eurico Dutra. Nesse cargo, ele recebeu apoio do Ministério para reorganizar e fundar a linha editorial da Biblioteca Militar. A instituição antes funcionava na forma de uma Biblioteca, fundada no período monárquico.

Conforme o escritor militar Umberto Peregrino (1967), a Biblioteca surgiu por iniciativa do conselheiro Franklin Américo de Meneses Dória, Barão de Loreto, em 1881. No início, ela funcionava dentro do quartel do Campo da Aclamação, na cidade do Rio de Janeiro, sendo inicialmente composta por “um amplo salão de leitura, sala para os praças, salão com 28 estantes para livros, sala de espera, duas saletas, acomodações para o Bibliotecário” (1967, p. 95). No livro “História da Biblioteca Militar”, Peregrino afirmou que a intenção do governo monárquico foi criar um ambiente de leitura de obras técnicas da profissão, a fim de auxiliar as “instituições de instrução militar”, na formação profissional dos oficiais do Exército. No ano de 1925, a Biblioteca Militar foi fechada pelo Ministério da Guerra, supostamente, por motivos técnicos. Conforme Peregrino, o número de empregados era pequeno para atender a demanda de crescimento do estabelecimento, o espaço não possuía o tamanho necessário para abrigar a quantidade de obras. (198-, passim 33-62).

Segundo um artigo da revista “O Malho”, escrito por um dos membros da primeira comissão editorial da Biblioteca Militar, o jornalista Carlos Maul, entre os anos de 1938 a 1952, a editora do Exército publicou duzentas obras, na maioria de militares, em tiragens que ultrapassavam dois milhões de exemplares (MAUL, 1952, p. 41). O número de frequentadores, em termos de leitores e empréstimos de livros, da Biblioteca Militar foi aumentando durante o período e, posteriormente, ao Estado Novo. Em 1942, foram emprestadas cerca de 350 obras aos soldados da instituição. No ano seguinte, o número de empréstimos aumentou para 850. O boletim da Biblioteca Militar de 1956 demonstra o seu crescimento dentro do Exército. Em termos de alcance de leitores, foram registrados 2.120 frequentadores, 2.497 empréstimos a domicílios (PEREGRINO, 198-, p. 205-209). Conforme

um catálogo da Biblioteca do Exército de 1977, nos anos de 1938 a 1945, a editora publicou a seguinte quantidade de livros por temáticas: 47 de historiografia sobre o Exército, 08 relacionados às questões técnicas da arte da guerra, 04 a respeito de geografia, totalizando 59 obras produzidas em todo o Estado Novo, em média 07 publicações por ano. Grande parte da produção do período foi sobre a constituição histórica das Forças Armadas, demonstrando a importância da história no interior de tais instituições. Dos 47 livros de historiografia, cerca de 20 são biografias sobre os grandes heróis do Exército, 06 de episódios históricos, 04 da história militar das províncias (CATALÓGO DA BIBLEX, 1977, p. 01- 09). A predileção por narrativas biográficas e de eventos da história militar estava atrelada às concepções históricas presentes na historiografia do Exército, características que pretendo discutir em um segundo momento deste capítulo.

Depois de treze anos de extinção e dispersão do acervo da Biblioteca do Exército, o militar Valentim Benício da Silva apresentou um documento ao Ministério da Guerra, com uma proposta de reformulação e reorganização de tal instituição. Conforme Silva, o Brasil possuía somente uma pequena bibliografia profissional sobre o Exército, “particularmente no que diz respeito a estudos ligados ao problema que se apresentam, a cada passo, no decorrer de uma ação militar”, os livros estrangeiros possuíam um alto preço, acima da capacidade aquisitiva dos soldados. A reorganização da Biblioteca poderia colaborar com a demanda de falta de livros especializados na área, semelhante aos outros países que incentivaram a formação de uma cultura geral e profissional dos seus oficiais “não só através dos caminhos escolares obrigatórios, mas também com os auxílios e estímulos pós- escolares de biblioteca, publicações e institutos” (SILVA 1937 APUD PEREGRINO 198-, p. 63-65).

Como adido militar na França e na Argentina, Valentim Benício da Silva utilizou os modelos das bibliotecas dos dois países para a reorganização da editora do Exército em 1937⁷. Na Argentina, Valentim Benício da Silva observou a organização da “Biblioteca del Oficial”, que possuía coleções de livros sobre a literatura técnica da profissão. Diferente de tal instituição da associação das classes armadas argentinas, Silva procurou criar algo mais amplo no Brasil, através de dois setores: o primeiro, uma sala de leitura e o segundo a editora, que visava à publicação de trabalhos envolvendo aspectos históricos e geográficos das Forças Armadas, mas também outros campos do conhecimento humano. Entre os franceses, Valentim Benício da Silva analisou o funcionamento da Biblioteca Central, do Serviço

⁷ Conforme o decreto n. 9.825, de 10 de setembro de 1946, o Brasil mantinha oficinas das Forças Armadas como adidos às representações diplomáticas brasileiras no exterior. Disponível: < <http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126309/decreto-lei-9825-46>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

Histórico do Exército Francês, que enviava mensalmente boletins bibliográficos, sobre os melhores livros que foram publicados. Segundo Carlos Maul, um dos primeiros membros da comissão editorial da Biblioteca Militar, Valentim Benício da Silva foi além dos argentinos e dos franceses ao adotar um serviço de publicação de livros que visava divulgar uma literatura sobre as instituições castrenses (MAUL, 1958 Apud GODOLPHIM 1971, p. 28-29).

Na proposta inicial de Valentim Benício da Silva, a linha editorial da Biblioteca deveria atender uma demanda específica, das necessidades literárias e profissionais da instituição, e complementar a formação dos soldados nas academias militares. Pela primeira vez, de forma mais sistemática e organizada, em uma escala maior, o Exército assumiu a produção e publicação de obras sobre os conhecimentos necessários para a própria instituição. No final da década de 1930, com a criação em 1936 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e com a fundação da linha editorial da Biblioteca Militar, em 1937, o Exército assumiu a função de produzir e divulgar a sua versão dos acontecimentos históricos. Segundo a biografia sobre Valentim Benício, existia uma relação direta entre IGHMB e a Biblioteca Militar. Cada instituição tinha uma finalidade para a construção dos conhecimentos sobre as Forças Armadas, ao instituto coube os estudos sobre os aspectos da história brasileira e a editora, a função de divulgar essa literatura, através de três coleções principais intituladas: “Os Nossos Soldados”, “Obras Patrióticas” e “Obras de Educação”. Alguns militares, membros do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, tiveram suas obras publicadas pela Editora do Exército, como Tasso Fragoso, Francisco de Paula Cidade e Valentim Benício da Silva.

Na sua fundação, o IGHMB congregou um grupo de estudiosos militares, escritores renomados, autodidatas, que possuíam como ocupação o trabalho da pesquisa histórica e geográfica. Conforme Macedo Carvalho (2004), entre os membros, encontravam-se Tasso Fragoso; autor dos livros “História da Guerra entre a Tríplice Aliança” e o “Paraguai e da Batalha do Passo do Rosário”, Raul Tavares; pesquisador de Geografia Militar, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, Cândido Rondon; reconhecido pelo seu trabalho com os indígenas brasileiros, Alípio di Primo; fundador e organizador do Serviço Geográfico do Exército, João Borges Fortes; escritor de obras históricas sobre o Rio Grande do Sul, Rego Monteiro; diretor do Arquivo do Exército, e que escreveu os livros “A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul” e “Colônia do Sacramento”, Souza Docca; membro do Instituto Geográfico e Histórico brasileiro; Cordolino de Azevedo, professor de História da Escola Militar de Realengo; Genserico de Vasconcelos, estudioso da História Militar, e Valentim

Benício da Silva, futuro reorganizador da linha editorial da Biblioteca Militar, etc. (CARVALHO, 2004, passim 33-40).

Conforme Natália Vial de Oliveira (2014), o IGHMB era uma “associação civil”, que foi sendo “gradativamente e informalmente incorporado ao Exército”, funcionando dentro das “suas instalações por vários anos⁸”. Embora o instituto não fosse oriundo da organização institucional do Exército, repartições, órgãos, forças, entidades vinculadas, “instituições culturais” (Revistas, a Biblioteca Militar) oficiais, mesmo sendo caracterizado como uma instituição cívica, voluntária que não recebia “auxílio direto do Estado”, ele foi fundado por soldados, com a finalidade de promover a história da corporação para a sociedade brasileira⁹. Segundo Vial (2014), dos 42 sócios fundadores do IGHMB, 31 foram oficiais do Exército, 74 por cento desses estavam na ativa durante o período do Estado Novo, demonstrando a vinculação de tal instituição com Exército, mesmo não sendo um órgão institucional. Para a autora, a criação do IGHMB, em 1936, fez parte de um projeto cultural ou de um contexto político maior do Exército no Estado Novo, que começou ser delineado pela transformação do Arquivo do Exército, em organização militar subordinada ao Ministério da Guerra (1934) pela fundação da linha editorial da Biblioteca Militar em 1938, demonstrando uma preocupação da instituição em recuperar e divulgar o seu passado, a sua história e os seus heróis (OLIVEIRA, 2014, passim p. 01-19).

1.2- “O fio de Ariadne, o historiador no labirinto de fatos”: as formas de elaboração da história e a finalidade do conhecimento histórico

O texto sobre o Instituto de Geografia e História Militar Brasileira (IGHMB) que permite analisar como escritores militares concebiam a elaboração da pesquisa histórica é o do capitão Newton Franklin do Nascimento, “A história militar do Brasil através das suas fontes fidedignas”, que está presente em “A Defesa Nacional”, de 1939. O autor reafirmou

⁸ Segundo Natália Vial Oliveira (2014), o IGHMB foi fundado pelo oficial Severino Sombra, primeiro secretário e o orador na cerimônia de abertura em 1936, as sessões ou reuniões preparatórias para organização do instituto ocorreram no Clube Militar, associação civil destinada à congregação de militares. Como demonstrou a autora embora o instituto tenha sido intitulado como órgão de origem cívica, ele possuía estreitas ligações com o Exército, recebendo incentivos e apoio institucional para funcionar dentro da própria instituição castrense, possuindo um número considerável de sócios militares, defensores do apoio das Forças Armadas ao governo de Getúlio Vargas.

⁹ O termo instituições culturais, provém do escritor e militar Umberto Peregrino (1967), que denominou assim a Biblioteca Militar, as Revistas Militares e as Escolas Militares, acredito que o termo cabe aqui para definir tais instituições como promotoras de saberes castrenses, espaços culturais de aprendizagem dos soldados, lugares de divulgação de uma literatura, do conhecimento, da história do Exército.

nele a importância da criação o Instituto que agrupou os indivíduos “mais doutos nos assuntos”, que foram escolhidos para integrarem diferentes comissões. No texto, Nascimento afirmou a necessidade de elaboração de uma história militar brasileira, “nos seus múltiplos e variados aspectos”, através de um trabalho conjunto de escritores militares por meio do IGHMB. Para o autor, antes do Instituto, a História militar brasileira era escrita por homens abnegados, brilhantes e “denodados”. Entretanto, era um esforço de produção individual que não conseguia abarcar grandes períodos históricos brasileiros. A História militar brasileira apresentava grandes lacunas, como por exemplo, para Nascimento, faltavam obras sobre a análise da “arte da guerra”, as estratégias, táticas e formas de organizações dos Exércitos, nos períodos coloniais e monárquicos. Através do IGHMB, os “homens estudiosos” poderiam organizar um plano de trabalho coletivo, para primeiramente retirar “dados elucidativos” das obras históricas, ou seja, realizar uma revisão historiográfica de autores que escreveram sobre a temática militar no Brasil. Outra finalidade do Instituto era encontrar e agrupar todas as fontes documentárias necessárias para escrever a História militar brasileira, “de toda a natureza, nacionais e estrangeiros, mas esquecidas em bibliotecas e os arquivos, através de livros, memórias, descrições e manuscritos de variadas espécies” (1939, p. 391-394).

A utilização de fontes documentais e de obras de historiadores reconhecidos após etapas como a separação dos objetos mais antigos (passado), a seleção de um material mais raro (arquivos) e a definição de operações controláveis pela profissão (técnica) tinha por objetivo a criação de uma historiografia científica (CERTEAU, 2011, passim 45-65). De acordo com os historiadores militares, tal produção era considerada científica, porque utilizava evidências empíricas, possuía regras para fabricação dos discursos históricos, como possuir uma revisão historiográfica ou compilar documentos escritos. Segundo Manoel Salgado Guimarães (2005), no século XIX, a afirmação da disciplina histórica ocorreu pela utilização das fontes pelo historiador, o trabalho no arquivo que garantia uma autoridade científica ao campo. Tal período ficou marcado pelo nascimento científico da história, com suas “exigências de objetividade e de um conhecimento submetido às regras da ciência, acabou por tornar-se a forma hegemônica de produzir inteligibilidade acerca do passado” (2005, p.45).

No Estado Novo, os historiadores militares acreditavam que a utilização de documentação categorizava a historiografia produzida pelas suas instituições como ciência¹⁰.

¹⁰ Acredito que a descrição de Falcon (2005, p. 151-152), sobre a historiografia científicista resume a intenção e o uso do termo ciência para os historiadores do Exército. Para ele, a divisão da historiografia considera as características específicas dos movimentos de produção do discurso histórico, não a divisão cronológica e

Por isso, eles ressaltavam a necessidade de procurar fontes sobre as Forças Armadas nos arquivos brasileiros. Ao mesmo tempo, o conhecimento das principais obras históricas e dos documentos do passado legitimava os seus historiógrafos como os especialistas ou as autoridades da história militar perante a sociedade brasileira. Tal retórica da respeitabilidade promovia a concepção que o Exército e os seus soldados eram aptos para escrever essa historiografia e que, por sua vez, o IGHMB e linha editorial da Biblioteca Militar deveriam deter o privilégio da fala sobre o passado das classes armadas, porque possuía o conhecimento institucional necessário para construção da história militar brasileira.

O passado histórico militar poderia ser reconstruído através da análise e da leitura de “fontes fidedignas”. Somente recuperando tais evidências seria possível escrever a história das classes armadas brasileira. No âmbito da historiografia militar, existia a concepção que a escrita seria o meio mais eficaz para “preservar” ou “salvar” do esquecimento os fatos do passado. Nessa historiografia, tornou-se um topos fixo a noção de que a escrita permaneceria intocada pela ação do tempo, que seria um meio de imortalizar o passado da instituição (ASSMANN 2011, p. 195).

O esforço na busca de fontes para a constituição da história militar brasileira estava presente no livro “Antonio João” (1938), organizado por Valentim Benício da Silva, através da linha editorial da Biblioteca Militar. O autor da obra buscou reconstituir a trajetória do herói da Guerra do Paraguai, recuperando fontes documentais, fotográficas, visitando os lugares da sua história “buscando tudo o que pudesse trazê-lo de novo, vivo e palpante, à presença da posteridade”. Antes da produção de Silva, tal herói estava condenado ao esquecimento: “pouco, quase nada se conhecia, além dos documentos oficiais brasileiros” (MAUL Apud SILVA, 1938, p. V). No livro, Valentim Benício da Silva, inclusive, mostra-se consciente da importância do registro escrito, visto que só esse, ao contrário da tradição oral, que pode ser deturpada pela inveja ou apagada pela ignorância, permite conhecer o passado sem supressões ou deformidades (SILVA, 1938, p. 21).

Quanto à organização e ao recolhimento das fontes pelo Arquivo do Exército, esses foram apontados como necessidades fundamentais para o processo de sistematização do conhecimento histórico sobre as Forças Armadas, procedimentos imprescindíveis que possibilitariam o desenvolvimento de uma historiografia militar no Estado Novo, produzida

temática. O que importa para Falcon, nos estudos sobre a escrita da história é analisar a forma “concretamente assumida pela intenção de fazer/produzir história em determinada época, local e sociedade”. Nesse caso a concepção do cientificismo denota a utilização de fontes na construção do conhecimento histórico.

pelo IGHMB e pela Biblioteca Militar. Segundo o capitão Severino Sombra Albuquerque¹¹, na ata de fundação, a existência do Instituto de Geografia e História Militar Brasileira foi fundamentada em três razões principais, que justificavam seu funcionamento e a importância de sua função na promoção de uma literatura castrense. A primeira era que o campo histórico em diversas áreas como economia, artes, diplomacia estava sofrendo um processo de especialização, por isso existia um imperativo que a História militar, através de um trabalho coletivo, sistematizado, como novos métodos de pesquisa e de interpretação realizasse a mesma renovação e a particularização científica, no estudo dos aspectos históricos do Exército na sociedade brasileira. A segunda justificativa era o caráter pedagógico da história militar, que possuía grandes ensinamentos para os chefes militares, desde o aprendizado das lições estratégicas, políticas e táticas do passado, a compreensão do estágio evolutivo das Forças Armadas na contemporaneidade do Estado Novo, até a promoção de um maior interesse profissional pelo Exército. A última finalidade do IGHMB era a necessidade do não-esquecimento das tradições do passado, pois a ignorância histórica contribuía para descaracterização dos povos e para o enfraquecimento da nação. (SOMBRA 1936 APUD OLIVEIRA, Op. Cit. 47-48).

A historiografia divulgada pela linha editorial da Biblioteca Militar e as Revistas Militares compartilhavam das mesmas concepções da finalidade cívica e pedagógica do conhecimento histórico para a sociedade por intermédio da aprendizagem dos soldados no interior dos quartéis. O militar Valentim Benício da Silva, na justificativa da reorganização da Biblioteca Militar, direcionada ao Ministério dos Negócios da Guerra, mencionou a importância das obras de conhecimentos gerais (incluindo história e geografia) ou profissionais das armas (infantaria, cavalaria, engenharia), na formação dos oficiais do Exército. Para ele, o ato de ler possibilitaria aos oficiais adquirir as competências necessárias para a atuação da profissão, sendo uma forma de aprendizagem individual e complementar ao ensino realizado pelas academias ou escolas militares brasileiras.

No decreto de organização da editora do Exército, nº 1.748, assinado por Getúlio Vargas e o General Eurico Gaspar Dutra em 1937, atribui-se a necessidade de divulgar uma literatura militar para o aperfeiçoamento moral, cívico e profissional dos soldados brasileiros, por meio de três coleções iniciais: de biografias sobre os heróis castrenses, de obras patrióticas e de livros de caráter educativo. As três linhas editoriais possuíam uma

¹¹ Severino Sombra de Albuquerque ocupava o cargo de capitão no interior do Exército. Além disso, ele foi escritor de obras históricas e sociológicas, participou da primeira comissão da Biblioteca Militar. Disponível no site: < <http://cpdoc.fgv.br/>>, acesso em: 22 dez. 2014.

característica pedagógica marcante, na promoção de um conhecimento profissional que pudesse contribuir para a formação dos soldados brasileiros, através da leitura de obras de temáticas castrenses. Tal literatura produzida pela editora do Exército, segundo o decreto, deveria buscar no “passado episódios dignos de servirem de ensinamento para o presente”, no mesmo sentido pedagógico atribuído à história por Severino Sombra de Albuquerque, como possuidora de grandes lições dos ancestrais para as gerações contemporâneas (VARGAS, DUTRA, 1938, p. 01-02).

As produções de história de outros períodos históricos eram consideradas fontes confiáveis, para a elaboração do conhecimento histórico e pré-requisito para os escritores contemporâneos. Em seu artigo, na “Defesa Nacional”, o capitão Newton Franklin do Nascimento realizou uma breve revisão de obras históricas sobre o Exército. Nascimento citou diversos escritores e suas contribuições para História militar como o general Augusto Tasso Fragoso (1869- 1945), no seu livro a “Batalha do Rosário” (1923), José Feliciano Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo (1774- 1847), na obra “Anais da Província de São Pedro” (1839), Capistrano de Abreu (1853- 1927), “notável historiador” que através de seu livro “Sobre a Colônia do Sacramento” (1900), transpareceu “os principais motivos e razões que levaram portugueses e espanhóis a se defrontarem longos anos” na região platina. No artigo, dos 16 historiadores, citados por Nascimento, somente dois eram contemporâneos à fundação do Instituto de Geografia, História Militar do Brasil e à criação da linha editorial da Biblioteca Militar, Tasso Fragoso e Genserico de Vasconcelos. Ambos eram membros do Instituto de Geografia e História Militar Brasileira e da Biblioteca Militar e que possuíam obras publicadas pelas duas instituições. (Defesa Nacional, 1938, p. 392-395).

A história militar do Exército no Estado Novo era composta por duas formas de narrativas do conhecimento histórico e de rememoração do passado predominantes: 1) Biografias de heróis e episódios da participação das Forças Armadas na história brasileira 2) A formação do brasileiro, do regionalismo, a busca pelas raízes históricas nacionais e pelas características culturais do Brasil. Na editora do Exército, embora algumas publicações tratassem sobre histórias regionais de determinadas Províncias ou Estados da Federação¹², a

¹² “Caxias no Maranhão” (1940), de Jerônimo Viveiros, “Espírito Militar na Questão Acreana” (1941), de Castilhos Goycochea, “Rio Grande de São Pedro” (1941), de João Borges Fortes, “Santa Catarina no Exército” (1942) Henrique Boiteux, “História Militar do Pará” (1943) de Luiz Lobo, os livros sobre as Províncias ou Estados do Brasil, da Biblioteca Militar discorriam sobre determinados episódios históricos das regiões brasileiras, por isso estavam integrados na primeira perspectiva de narrativa histórica, de descrição de acontecimentos e heróis militares. A questão nacional era uma temática importante para a Biblioteca Militar, os seus autores escreviam sobre a influência das Forças Armadas na constituição da nacionalidade, por meio da contribuição dos heróis e da participação da instituição nos grandes conflitos brasileiros, os artigos sobre nação, pátria e nacionalismo nas revistas militares possuíam a mesma preocupação em demonstrar a importância do

perspectiva dominante era as narrativas dos grandes eventos e dos comandantes ou indivíduos heroicos, membros de outrora das Forças Armadas. Igualmente, as revistas “A Nação Armada” e “A Defesa Nacional” tinham diversos artigos sobre os acontecimentos importantes da participação do Exército na constituição histórica do Brasil, além de biografias dos nomes dos notáveis das instituições militares, conjuntamente com uma vasta produção sobre as origens do brasileiro (a gênese através das três raças), as identidades culturais das regiões brasileiras (gaúchos, paulistas, nordestinos, etc.), narrativas históricas sobre as questões identitárias (formação da pátria brasileira, surgimento de um suposto sentimento de nacionalidade oriundo das lutas contra inimigos externos, culto das tradições e símbolos nacionais do passado).

A importância dos eventos e dos indivíduos na linha editorial da Biblioteca do Exército e das revistas (“Nação Armada e A Defesa Nacional”) possuía como referência ou derivava de uma historiografia europeia, que concebia os fatos políticos e os indivíduos como elementos centrais ou “tecidos fundamentais” dos discursos históricos, nos séculos XIX e XX¹³. Conforme Nuno Severiano Teixeira (1990), essa área da história abrangia duas finalidades principais; a reflexão técnica sobre arte militar “que a dirigia para particularização” e o interesse pelo político que “a aproximava da história geral”. A “ambiguidade entre a especialização e a generalização” fazia parte das construções das narrativas historiográficas, que possuíam preocupações específicas como as características profissionais das Forças Armadas (condutas da Guerra, campanhas militares, batalhas decisivas) e genéricas, como influência das instituições militares na formação histórica das nações da Europa. Para o autor, as principais características de tal produção historiográfica consistiam em uma concepção dos fatos como “únicos, atomizados e singulares”, na concretização dos grandes feitos militares e nas suas consequências políticas e na figura do sujeito histórico, em suas qualidades individuais voluntaristas e protagonistas dos grandes acontecimentos, “os heróis” (1990, p. 54-56).

Exército para história do Brasil, entretanto alguns deles detinham-se em aspectos coletivos da cultura brasileira, como por exemplo, a importância da colonização portuguesa para formação do Brasil.

¹³ Contra essa concepção de história, herdeira do positivismo, da escola metódica francesa e do historicismo, que posteriormente foi chamada de “tradicional”, seus três ídolos “político, individual e o cronológico” que os historiadores franceses da primeira geração dos *Annales* rebelaram-se, propondo no lugar de uma historiografia política e militar, uma econômica e social, dos sujeitos singulares aos estudos demográficos e das mentalidades, e da concepção de tempo linear, para outra que considerasse a pluralidade dos tempos históricos. Mesmo contemporânea à fundação da editora do Exército, os escritores militares não aderiram às inovações francesas, a perspectiva predominante no Brasil continuava sendo a história política e militar, que não deve ser considerada tradicional ou ultrapassada, mas sim a concepção historiográfica do período, dos pensadores da história brasileiros. Ver Nuno Severiano Teixeira (1990).

Para o capitão Nelson Werneck Sodré¹⁴, uma produção histórica sobre as técnicas e as especificidades da profissão castrense era importante no Estado Novo, pelo grau de evolução industrial dos países, o que tornava as disputas militares “cada vez mais exigentes”, em termos de equipamentos e táticas. Para o autor, em um contexto de modernização dos Exércitos, tornava-se necessário analisar os recursos dos beligerantes, “a origem, a capacidade de produção, renovação do armamento” militar. Além dos aspectos técnicos, a história militar, na busca pela compreensão dos conflitos armados, deveria construir um “quadro” dos fatos, dos fatores subsidiários, configurados na geografia, no panorama político e na organização social. Em relação aos aspectos geográficos, segundo Sodré, as obras históricas deveriam possuir na sua introdução uma descrição detalhada do ambiente, “as condições que apresentava ao tempo dessas campanhas, como permanente interesse”, das “transformações que o homem introduziu na paisagem antiga, alterando algumas características”. A análise das formações humanas era outra característica que diferenciava a história dos conflitos bélicos de outras produções historiográficas, o “esforço de guerra de um povo estaria na sua organização social”. Conforme Nelson Werneck Sodré, na história militar era imprescindível avaliar as condições históricas e sua interligação com os eventos políticos:

Um povo não surge, de improviso, sobre o espaço, nem assume em relação a outro povo, uma atitude de luta, sem que motivos de várias ordens se apresentem. As condições históricas das hostilidades, os seus antecedentes políticos [...] um papel de relêvo [...]. As causas de uma luta militar influem, quase sempre, na conduta da guerra [...] O rompimento das hostilidades não é um acontecimento subitâneo, que espanta os contemporâneos [...] A história política entra com seu cabedal para situar o problema do rompimento e suas flutuações políticas das lutas que muitas preponderam às condutas das operações (Revista Militar Brasileira, 1944, passim 393-368)

Diferente dos outros escritores militares do período, Nelson Werneck Sodré defendia uma historiografia militar que fosse além de narrativa de fatos, que possuísse um exame de outros elementos da estrutura social, como organizações humanas, elementos materiais (armamentos, técnicas e efetivos dos exércitos), características geográficas. Em um artigo, publicado na “Revista Militar Brasileira”, Sodré ironizou o “heroico como algo próximo do ridículo”, e “sendo o abuso do adjetivo uma das características do heroísmo”. Para o autor, os episódios militares eram oriundos de condições históricas, complexas e antigas, provenientes

¹⁴ Entre os anos 1938 e 1945, o escritor militar publicou os seguintes livros: História da Literatura Brasileira, em 1938; Panorama do Segundo Império, em 1939; Orientações do Pensamento Brasileiro, em 1942; Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil, em 1943; Formação da Sociedade Brasileira, em 1944 e O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil, em 1945. Ele foi professor de história na Escola do Estado Maior do Exército até 1950, no ano seguinte foi afastado do cargo, pela sua identificação com as posições sustentadas na época pelo Partido Comunista Brasileiro.

do desenvolvimento econômico ou da formação política dos povos ibéricos no continente sul-americano. Entretanto, Sodré não desvalorizava os fatos, mas diferente dos outros historiadores militares do período, ele acreditava que a narrativa “pura” dos eventos históricos deveria ser substituída pela história “explicativa” dos fatores sociais, políticos e geográficos. O próprio autor reconhecia que a tradição militar brasileira não era desenvolvida semelhante aos países europeus. Para ele, no Brasil, predominavam as obras históricas sobre a descrição de acontecimentos históricos (Op. Cit. p. 366).

Nessas narrativas historiográficas, o tempo histórico era linear, contínuo, irreversível e marcado por uma sucessão de grandes acontecimentos em ordem cronológica, que imputam as causas e as consequências dos atos dos grandes indivíduos. A perspectiva temporal da linearidade dos eventos históricos esta presente em um artigo de “A Defesa Nacional”, de 1939, cuja autoria é do capitão Nelson Sampaio, professor do Colégio Militar, que defendia a utilização de datas como instrumentos didáticos no ensino da disciplina de História. Para ele, a sucessão de fatos possuía uma concatenação lógica de relações causais, “para situá-los devidamente sob o ponto de vista cronológico, procurando determina-lhes a devida integridade, autenticidade”. Para tanto, considerava necessário o emprego das datas mais importantes, “para uma melhor compreensão por parte dos estudiosos e da própria inteligência do assunto”. Ademais, que o estudo do passado fosse articulado ao tempo, através da exposição dos antecedentes e das consequências dos grandes acontecimentos.

No contexto de uma grande guerra na Europa, Sampaio (1939) reforçava a necessidade da utilização das datas históricas, “na medida em que o mundo marcha às relações sociais, econômicas e políticas se complicam e mais laboriosa a tarefa do historiador em ressaltar as causas e os efeitos dos grandes acontecimentos”. Por isso, estudioso que iniciava nessa ciência ou arte deveria utilizar as datas para não “se perder num dedalo mais intricado que o labirinto, a quem faltasse o fio” de Ariadne. O trecho do artigo evidencia uma perspectiva da história sofrendo um progresso consecutivo, “uma marcha” de transformações na sociedade, na política e na economia, uma linearidade de causas e consequências, responsáveis por determinar um futuro continuamente mais complexo que o passado da humanidade (1939, p. 975).

A perspectiva de evolução dos autores da Biblioteca Militar ou das revistas militares equivalia-se ao ideal de progresso iluminista, do período Moderno, que implicava uma projeção teórica da sociedade formada por estágios sucessivos, superiores moralmente aos predecessores, progressivamente mais felizes e com maiores realizações humanas. No seu artigo, o capitão Nelson Sampaio não se utiliza do termo evolução, mas no texto, a concepção

de progresso representa uma idealização do futuro na característica de mais complexo ou superior em termos de relações humanas do que o passado. Da mesma forma, em outros artigos de militares existe uma preocupação em demonstrar uma suposta melhoria nas condições materiais e organizacionais do Exército ao longo da história, desde o período colonial ao Estado Novo.

Do século XIX até Primeira Guerra Mundial, a história política tinha uma finalidade social delimitada: a legitimação dos Estados europeus e a construção das identidades nacionais. Nesse período, os historiadores contribuíram para a consolidação dos mitos fundadores da nacionalidade por intermédio da valorização das tradições populares, das batalhas, das guerras, dos grandes feitos militares e heroicos. Conforme Nuno Teixeira (1990), dentro desse contexto, a história militar possuía duas finalidades: a de formação pedagógica dos quadros das classes armadas, por meio dos estudos dos sistemas estratégicos do passado, para um melhor controle desses sistemas no presente, colaborando para preparação moral dos comandantes militares, que deveriam imitar as condutas morais dos grandes chefes e a de, ao mesmo tempo, compartilhamento dos mesmos discursos históricos predominantes da história política, ambos possuíam narrativas heroicas, memorativas e patrióticas, já que ambos que legitimavam as atribuições das Forças Armadas e dos sistemas políticos ou governos dentro da sociedade (Op. Cit., p. 55-56).

Do mesmo modo, a historiografia brasileira detinha preocupações com as origens históricas da nacionalidade brasileira. Na década de 1930, com auge no Estado Novo, os pensadores com aproximações políticas com o governo de Vargas buscaram elementos no passado, nas tradições, nos símbolos e nos heróis, tudo aquilo que representasse o diferencial cultural do Brasil perante aos outros países do mundo. Em sincronia, a história militar do período discorria sobre a contribuição das ações dos seus soldados e das suas instituições na formação da identidade nacional. Entretanto, a historiografia militar possuía suas especificidades, visto que a formação profissional e pedagógica das suas tropas eram prioridades nos seus discursos sobre a importância da divulgação de um conhecimento literário no interior das Forças Armadas. A rememoração do passado tinha um duplo sentido: a formação de uma identidade interna dos profissionais das classes armadas e a definição das suas finalidades sociais dentro da sociedade brasileira (políticas ou apenas defensivas das instituições brasileiras), tópicos que pretendo aprofundar nos dois capítulos restantes da dissertação.

A concepção histórica da valorização das tradições na qualidade de elementos definidores da identidade do Brasil e dos brasileiros está presentes no discurso de Severino

Sombra de Albuquerque, no texto de fundação do Instituto de Geografia e História Militar Brasileiro, nas obras da Biblioteca Militar e em outros espaços de divulgação de uma historiografia sobre o Exército. Por exemplo, “A Defesa Nacional” possuía uma diversidade de textos sobre as raízes históricas da formação do brasileiro e a contribuição das Forças Armadas para a constituição do Brasil. Em um dos seus artigos de 1937, a tradição foi conceituada como “edifício da herança dos antepassados”, já que seu culto era “a força, a luz, e as manifestações mais sagradas das raças”, “cadeia de solidariedade das gerações, coluna mestra que se apoiam as nações”, “alma da vida dos povos” (SILVA FILHO, 1937, p. 353).

Para os pensadores da história do Estado Novo, a celebração das tradições e a rememoração do passado fortaleciam a ideia de nação, contribuindo para a criação de um sentimento cívico na população brasileira, através das comemorações festivas, do ensino da história, do culto aos símbolos nacionais. Tais ações “educativas” contribuiriam para o desenvolvimento de uma consciência nacional, em que o Brasil era uma grande comunidade social, interligada por laços ancestrais comuns a todos os habitantes do território. O esquecimento da história pelos cidadãos brasileiros enfraquecia o Estado, promovia a valorização das culturas locais, potencialmente desagregadoras do território, comprometendo a defesa nacional contra ataques externos, a unidade e a integração interna do Brasil. Os diversos artigos do primeiro livro da Biblioteca Militar, “Em Guarda Contra Comunismo” (1938) apresentam essa perspectiva sobre a história nacional ser um importante artefato na construção de um nacionalismo brasileiro, contrário às tendências consideradas exóticas e perigosas do período, como o marxismo.

1.3-“Heróis à Carlyle”: histórias exemplares, narrativas biográficas e heróicas

Parte considerável da produção historiográfica do Exército, da linha editorial da Biblioteca Militar, do IGHMB e das Revistas “A Defesa Nacional” e “Nação Armada” são biografias sobre os grandes heróis das Forças Armadas. Tais textos possuem características comuns, como a linearidade das narrativas e a valorização moral das qualidades heroicas. As narrativas biográficas sobre os grandes indivíduos da história militar retratam as trajetórias desses personagens, em ordem cronológica – do nascimento até a morte – como também as diversas facetas da identidade heroica como o bom soldado, o herói predestinado, o pai amoroso e o chefe de família. As biografias escritas por autores militares ou simpatizantes da

instituição apresentam a perspectiva que Pierre Bourdieu intitulou de ilusão biográfica¹⁵, tipos de narrativas que concebem a vida humana como algo coerente, sem contradições, possuindo um princípio, uma lógica ou um sentido desde o princípio da existência narrada. Para os biógrafos militares, os grandes indivíduos possuíam desde a infância características heroicas (bondade, lealdade, coragem, liderança), vestígios dos seus destinos gloriosos, ou seja, eles eram predestinados à heroicidade (BOURDIEU, 2006, p. 183-185).

Os livros “Osório” (1938) de Onofre Gomes Muniz¹⁶ e “Osório na Infância, na Adolescência, na Imortalidade” (1939) de Valentim Benício da Silva, publicados pela linha editorial da Biblioteca Militar, compartilham dessas particularidades biográficas: a retratação da vida do personagem de forma linear e a busca na infância pela predestinação ao heroísmo. Para os biógrafos desse personagem histórico, ele nasceu com uma personalidade que o diferenciava dos demais homens comuns, possuindo uma predisposição para o sucesso na carreira militar. Segundo Valentim Benício da Silva, Manoel Luís Osório quando menino era corajoso, robusto e tinha talento com armas, qualidades inatas para atuação nas Forças Armadas. Onofre Gomes de Lima apontou que Osório desde a meninice organizava batalhões de soldados com os garotos da sua idade:

Tais predicados- que só se conseguem adquirir com alta destreza quando cultivados seguramente na primeira infância- influíram decisivamente no êxito de sua carreira brilhante e heróica, porque lhe asseguravam a vida nas refregas mortíferas de seus intreveros, de Cadete a Capitão (LIMA, 1938, p. 08).

Os dois autores, Valentim Benício da Silva e Onofre Gomes Lima, representaram Manoel Luís Osório como menino precocemente talentoso. Algumas das suas características, como coragem, virilidade, força e liderança foram exaltadas para demonstrar a personalidade heroica do personagem formado desde a infância na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Tais biógrafos ressaltaram que as peculiaridades gaúchas adquiridas através da vida na campanha, no trabalho no campo, foram fundamentais para formação de Osório e seu sucesso como militar. A personalidade corajosa, do soldado que não desistiu de lutar, do líder que

¹⁵Para Pierre Bourdieu (2006), a concepção humana como um conjunto coerente e orientado de um projeto, como sucessão de acontecimentos em ordem cronológica, representa uma ilusão de retórica. O autor enfatiza a problemática das biografias conceber a vida como uma sucessão de acontecimentos em ordem cronológica, com um desenvolvimento, meio e fim. Em relação às autobiografias, o teórico critica sobre a pretensão dessas narrativas em selecionar certos acontecimentos significativos, visando à criação de conexões coerentes entre esses eventos.

¹⁶ Onofre de Gomez Muniz possuía o posto de tenente coronel do Exército, ocupando cargos como adido na embaixada do México (1942-1945) e nos Estados Unidos (1945-1946), semelhante a Valentim Benício da Silva ocupou um cargo no Ministério da Guerra. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca>. Acesso em: 22 dez. 2014.

orientava seus companheiros em conflitos, que obtinha reconhecimento de pessoas notáveis (Bento Gonçalves, Duque de Caxias, Bartolomeu Mitre) são traços constantemente referenciados ao longo das duas narrativas biográficas.

Nos livros históricos e biográficos da editora do Exército, os heróis são descritos como os sujeitos singulares, que pelos seus atributos ou qualidades, se diferenciam dos indivíduos anônimos da história. Conforme Sabrina Loriga (1998), essa perspectiva que valorizava a ação criadora dos grandes homens, em detrimento dos outros sujeitos comuns que recebiam um tratamento coletivo nesse tipo de historiografia, atingiu seu auge entre os historiadores na metade do século XIX, até o começo do XX. Para a historiadora, em oposição a uma concepção positivista¹⁷, grande parte dos historiadores passou a valorizar no homem, suas capacidades criadoras e sua potencialidade de ação, “o princípio da individualidade podia aplicar-se a todos os povos e a todas as nações do mundo ocidental, mas não a todas as pessoas”, a biografia somente era significativa, quando existência do biografado atingia uma dimensão histórica universal¹⁸. Segundo Loriga, ainda no começo do século XX, nas revistas “Historische Zeitschrift” (na Alemanha) e “Revue Historique” (na França), os herdeiros de Leopold Von Ranke sublinhavam a importância dos acontecimentos e dos feitos dos grandes homens na periodização historiográfica, e a descrição de reinados era uma forma de “personalizar a história nacional” (1998, p.233).

Um dos pensadores do século XIX, reconhecido pelo entusiasmo em relação às narrativas biográficas sobre indivíduos célebres, o crítico literário e historiador, Thomas Carlyle (1795-1881) foi citado nas obras da linha editorial da Biblioteca Militar e nos artigos sobre as personalidades históricas das revistas castrenses, “a Nação Armada” e “a Defesa Nacional”, como uma referência teórica. No livro “Floriano, sua vida, seu nacionalismo, sua glória” de 1939, o escritor Carlos Maul¹⁹ descreveu Thomas Carlyle como pensador dos heróis, referenciando-lhe e apropriando-se de uma passagem da sua obra, na qual afirmou que

¹⁷ Segundo Loriga (1998, p. 231), para o positivismo as qualidades pessoais dos grandes homens não eram importantes para explicar o desenvolvimento dos acontecimentos, que era necessário os pensadores realizarem a análise das instituições, do meio, da raça, da nação e da geração. Porém, no século XIX, a maioria dos historiadores “não aceitava privilegiar as uniformidades em detrimento das particularidades do passado, principalmente das especificidades nacionais”.

¹⁸ De acordo com Guimarães (2006, p. 69), o termo história universal está ligado ao conceito moderno de história, forjado pela cultura das luzes, nesse momento a história começou a ser compreendida como um coletivo singular, condição de possibilidade das histórias particulares. Como afirma o autor: “ao mesmo tempo em que os eventos são compreendidos como parte de uma História, esta mesma História organiza as condições de ação do homem no mundo”.

¹⁹ Carlos Maul, jornalista, historiador crítico literário e foi redator do Correio da Manhã (BUSSETO, 2007, p. 1992)

a história universal era concretizada por indivíduos notáveis, “o que homem realizou na terra” foi produzido pelos grandes homens que “aqui trabalharam”. Baseado em Carlyle, Carlos Maul pôs Floriano Peixoto conjuntamente com Homero, Péricles, César, Vergílio, Shakespeare, Cromwell, Pizarro e Goethe em um panteão “de guerreiros, de santos, de artistas e de indivíduos” que marcaram “estágios ou culminâncias de civilizações” (1939, p.22). Carlos Maul reproduziu a concepção biográfica de Thomas Carlyle, da história na qualidade de “história dos heróis”, do processo histórico reconstituído por meio da escrita de inúmeras biografias, sobre os grandes indivíduos, representantes do universal (LOPES, 2010, p. 21). Outra apropriação de Carlos Maul foi a organização das categorias de heróis, realizando diferenciações entre “guerreiros”, “santos” e “artistas”, semelhante à divisão presente na obra “Héros et le Culte des héros” (1841), em que Thomas Carlyle repartiu os indivíduos heroicos e seus respectivos exemplos em divinos (deus nórdico Odin), profetas (Maomé), poetas (Dante), homens religiosos (Martin Luther), homens de letras (Rousseau) e reis ou comandantes (Cromwell, Napoleão²⁰).

No artigo da “Revista Nação Armada”, “Quintino Bocaiuva, Herói à Carlyle”, o autor Jonas Correia²¹ faz referência às ideias de Carlyle, parafraseando afirmação do livro “Héros et le Culte des héros” (1841), que as sociedades humanas estão em constante transformações provocadas pelos atos dos grandes homens, atrelado tal perspectiva ao caso brasileiro, “onde os heróis nacionais estariam em número reduzidos”, alguns constituiriam “verdadeiros fatores de evolução nacional”. Para Jonas Correia, o advogado e o político Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiuva, reconhecido pela participação na Proclamação da República em 1889, seria um herói à Carlyle, porque “numa certa encruzilhada dos nossos destinos, como país organizado”, “do alto do seu apostolado, como um romano, durante quase duas décadas”, ateou “o facho de luz que clareou a estrada larga da República por onde transitou a nação em festa” (1939, p. 102). A historiografia militar do Estado Novo possui diversas narrativas sobre heróis à Carlyle, mesmo não citando diretamente o autor, nas quais os personagens principais são indivíduos proeminentes considerados essenciais para transformação histórica do Brasil. A instituição Exército detinha um panteão de heróis extenso, de lideranças, mártires e dirigentes, que poderiam estar integrados na categoria heroica denominada de “Kingship” por

²⁰ Interessante ressaltar que, para Thomas Carlyle, todas as organizações, credos, sociedades e tradições do mundo possuíam heróis, mas o culto de tais indivíduos durante a Revolução Francesa foi impossível pelos trabalhadores, porque os ideais revolucionários, principalmente o princípio de igualdade, impediria a glorificação dos grandes homens, porque acarretaria uma desigualdade de direitos entre os indivíduos.

²¹ Jonas Correia, em 1931 tornou-se professor do Colégio Militar, em 1933 passou a ensinar contabilidade na Escola de Intendência do Exército, no ano de 1939 foi professor da Escola Realengo. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>, acesso em: 22 dez. 2014.

Thomas Carlyle dos comandantes dos homens, detentores da lealdade dos seus subordinados, símbolos do julgamento justo, da capacidade de guiar, “nobre em todas as coisas do mundo”:

Osorio era a coragem, Osorio era bravura, Osório era impetuosidade. Osorio era mesmo a victoria antes da batalha travada. Era natural que assim fosse, pois, desde menino se habituara a admirar a espada e se exercitar na arte sublime de conduzir os homens, acompanhando o pae, coronel Manoel Luiz da Silva Borges, nas lutas que visavam a independência do Brasil, derrubando as autoridades portuguezas, que governavam a banda oriental. Assim sucedera com Napoleão, a presença de Osorio era um conforto para soldadesca. O grande curso irradiava calor, valentia, audácia. O olhar firme de Osório não traia os soldados, que guiados por ele iam até o infinito (FIGUEIRÊDO, 1939, p. 17).

O militar brasileiro que lutou em diversos conflitos da região platina, Manoel Luís Osório, pela descrição acima realizada pelo major Lima Figueirêdo, corresponde perfeitamente à definição de comandante ou “Kingship”, presente nas obras de Thomas Carlyle, dos grandes homens como lideranças militares ou políticos, possuidores das grandes virtudes humanas, com a capacidade de comandar, detentores da lealdade e da obediência dos homens comuns.

No livro, “Grandes Soldados do Brasil” (1939), da Biblioteca Militar, o autor realizou pequenas biografias dos grandes heróis da instituição, quase todos reconhecidos pelas suas atuações no comando do Exército brasileiro em períodos de conflitos. Na Guerra do Paraguai, Luís Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias “o patrono do Exército”, Manoel Luís Osório “lança do Império”, Antônio Tibúrcio “a bravura em pessoa”. Na Proclamação da República, Deodoro da Fonseca, “proclamador”, Floriano Peixoto, “marechal de ferro”. Tais descrições presentes no livro demonstram que foram os grandes homens os agentes da transformação da história brasileira. O culto de heróis era algo presente dentro das Forças Armadas Brasileiras, seja por sua historiografia ou pelas suas comemorações festivas. A utilização de um pensador pelos seus historiógrafos, que enaltecia a rememoração dos atos heroicos, condizia com o próprio pensamento da instituição castrense, que em poucos momentos exaltou os soldados anônimos, o trabalho coletivo ao invés dos grandes símbolos ou indivíduos castrenses (1939, p.151).

A própria criação do Dia do Soldado, instituído na década de 1920, na data do nascimento do Duque de Caxias, o Luís Alves Lima e Silva, posteriormente, transformando em patrono do Exército nos anos seguintes, como modelo de conduta para as tropas, exemplifica a veneração dos indivíduos notáveis dentro da instituição. Conforme Celso Castro (2002), a partir de 1923, o Duque de Caxias passou a ser homenageado, no dia do seu aniversário (25 de agosto), em frente a sua estátua no Rio de Janeiro, conjuntamente com as

comemorações das formaturas das tropas do Exército, dos destacamentos da Brigada Policial e Marinha. Em 1925, a mesma data passou a representar o Dia do Soldado brasileiro, que servia para vincular uma categoria genérica “do soldado e do seu guia”. O dia do soldado buscava perpetuar dentro do Exército, a crença que o Duque de Caxias era o protótipo do militar brasileiro, por isso a necessidade de lembrá-lo, não apenas através dos discursos, mas também de renovar sua imagem anualmente através de comemorações (2002, passim p.14-31).

No livro de narrativas biográficas, “Grandes Soldados do Brasil” (1939), o major Lima Figueiredo expressou que o Exército brasileiro, ao escolher Caxias para o seu patrono tinha sido coerente e justo, “pois sua imagem, sempre estampada nos corações dos nossos soldados” guiaria os soldados (Op. Cit. p. 15). Para Eurico Gaspar Dutra, o Duque de Caxias deveria ser uma inspiração das virtudes militares, a personificação do soldado modelo para as tropas: “Vós que sois a tradição militar do Brasil; vós que sois a vida exuberante do presente: vós que sois as aspirações do futuro, ahi tendes o padroeiro do vosso grêmio, symbolo da vossa classe” (DUTRA 1937 APUD FIGUEIREDO 1939, p. 137).

A crença difundida através da criação do patrono do Exército era que as tropas precisavam de modelos morais, inspirações das grandes virtudes militares, que os heróis são os indivíduos que personificam os mais elevados ideais, guias das massas em todos os tempos históricos. As datas, os episódios e as personalidades do passado possuem grande importância nas narrativas biográficas por meio da Biblioteca Militar, ao mesmo que as características guerreiras idealizadas eram atemporais e universais, encontradas em todos os momentos históricos, civilizações, sociedades, nos grandes indivíduos de outrora. Os autores da historiografia do Exército buscaram na Antiguidade, através da comparação das virtudes dos heróis gregos, a demonstração da heroicidade dos líderes do passado da instituição, as semelhanças dos atos heroicos. Na biografia “Antônio João²²” (1939), de Valentim Benício da

²² Para fins de compreensão, reproduzo o trecho da obra de Valentim Benício da Silva (1938, p. 19-20): “Recorremos à História em busca de símile para o herói de Dourados. A resistência “in loco” faz lembrar as Termópilas; a decisão de morrer, em sublime protesto, recorda o gesto épico de Leônidas, dominado pelo sentimento do dever espartano. A própria frase que a lenda diz repetido pelo eco naquele desfiladeiro histórico parece ter inspirado o bilhete de Antonio João. É possível que nosso herói tenha formado seu caráter naquele feito que tornou célebre o desfiladeiro grego que levava o viadante do Golfo Málico às alturas do Eta. Mas, examina esta operação militar chefiada por Leônidas contra os exércitos de Xerxes, vemos a enorme disparidade com a exaltação heróica do tenente brasileiro. Leônidas [...] procurou barrar a passagem do formidável exército de Xerxes [...] cuja a vitória imposta no sacrifício de 20.000 soldados persas e legar à História aquela frase que bem traduz o sentimento de um povo fadado a ditar sentenças no mundo: “viadante, vai dizer a Esparta que nós aqui morremos para cumprir suas leis” [...] Entretanto, maior do que Leônidas cobrindo um Exército, em retirada, realizando uma operação militar imposta pelas circunstâncias e só levada ao desastre pela traição [...] Antonio João deixa-se imolar, protegendo a retirada de uma centena de velhos, mulheres e crianças, preferindo a morte.”

Silva, da linha editorial da Biblioteca Militar, realizou-se uma aproximação de um episódio da Guerra do Paraguai, da invasão de tropas inimigas na província do Mato Grosso, com a batalha do Exército persa de Xerxes contra os 300 espartanos liderados por Leônidas, em 480 a.C. Para o autor, o feito brasileiro não era idêntico ao da antiguidade histórica, na Grécia “era uma operação militar mal sucedida, que terminou em um recurso de ordem militar perfeitamente explicável: com o sacrifício de um pequeno número procurou-se cobrir a retirada, salvar a massa principal”. No Brasil, foi um protesto cívico; “Antônio João deixou-se imolar, protegendo a retirada de uma centena de velhos, crianças, preferindo a morte a seguir os fugitivos” do Exército, mas, acima de tudo, ambos os heróis, o espartano e o brasileiro, possuíam algo em comum: o cumprimento do dever militar, “Leônidas deixou-se matar com seus soldados, obediente a lei espartana que proibia ao soldado abandonar o posto que lhe foi confiado”. Da mesma forma Antonio João defendeu a noção castrense da “defesa de uma posição organizada” (Op. Cit. p. 20).

Conforme Benjamin Abdala Júnior (2000), na mitologia grega os heróis são capazes de ultrapassar os obstáculos colocados pelos deuses, construindo suas histórias. Tal forma de narrativa mítica foi utilizada por diferentes sociedades, pois “permitiria banalizar a ação humana em diversas culturas”, através da crença que os homens ao vencerem os limites impostos as suas vidas, descobriam suas identidades, construía suas trajetórias e alcançavam a imortalidade, através dos seus atos. Da mesma forma, os heróis descritos na linha editorial da Biblioteca Militar foram sujeitos que venceram as adversidades infligidas e erigiram suas identidades como grandes soldados do Exército brasileiro. Por exemplo, para os historiógrafos militares, Antonio João Ribeiro ao morrer pela suposta causa nacional, em defesa do território e de uma população vulnerável (idosos, mulheres e crianças) na Guerra do Paraguai, atinge o patamar de mártir do “patriotismo” e de indivíduo heroico, digno de ser cultuado no interior das Forças Armadas. (2000, p. 47-58). Semelhante aos mitos gregos, os personagens das biografias possuíam uma trajetória em que os acontecimentos que eles vivenciam em determinados estágios os transformam, os conduzindo para condição humana mais madura. Assim nas biografias de Valentim Benício da Silva (1938) e de Onofre Gomez Muniz (1939), a personalidade do militar Manoel Luís Osório foi sendo transformada em virtude das constantes participações em guerras, na região platina, contribuindo para sua sabedoria na velhice.

Para Joseph Campbell, nas narrativas mitológicas gregas, os heróis passam por diversas proezas nos seus percursos, físicas através de atos de coragens ou salvando vidas, ou espirituais, “aprendendo a lidar com um nível superior de vida”, as provações testam suas

personalidades heroicas, suas capacidades de doação aos objetivos mais elevados ou aos outros. Nas narrativas biográficas do Exército, as privações e as façanhas dos heróis eram físicas, o sacrifício mortal pelas vidas de inocentes, de Antonio João Ribeiro, os ferimentos em guerras, a perseguição política, remuneração precária da carreira militar que nunca impediram Manoel Luís Osório de lutar pelas causas brasileiras nas guerras platinas ou comprometeram sua lealdade a favor do Império e do Exército. As vidas desses dois personagens históricos foram narradas de formas análogas nos livros da editora do Exército. As trajetórias começavam na infância, na constituição das características militares ou humanas, nas transições para as fases adultas oriundas dos ingressos nas Forças Armadas, às tentações que sofriam para desistirem ou traírem a corporação, as formações das personalidades heroicas, o herói não nascia pronto, embora possuísse uma predisposição para a carreira militar desde os primórdios. (1991, p. 37-39).

A influência da Antiguidade grega nas obras biográficas da Biblioteca Militar e nas publicações historiográficas do Exército encontrava-se na concepção dos heróis como modelos morais das virtudes humanas, oriundo de um regime de historicidade²³ denominado de heroico por François Dosse (2004), em qual a finalidade do conhecimento histórico era transmitir valores por intermédio da leitura. Nessa concepção, através das biografias, tornava-se possível aprender, conhecer, contemplar e reproduzir os atos virtuosos dos grandes indivíduos da história. Para o autor, as narrativas biográficas surgiram primeiramente entre os gregos, que foram difusores das qualidades heroicas; posteriormente, com a cristianização do mundo europeu, tais virtudes foram substituídas pelas qualidades religiosas dos santos. Nos

²³ Para François Hartog, diferentes concepções de tempo e de história convivem dentro da sociedade, e podemos analisá-las através do conceito de regime de historicidade: “Definamos o que é e o que não é regime de historicidade. Ele não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos; é construída pelo historiador. Não deve ser assimilado às instâncias de outrora: um regime que venha suceder: um regime que venha suceder o outro, independente de onde venha. Não coincide com as épocas [...] e não se calca absolutamente nestas grandes entidades vagas que são as civilizações [...] Conforme domine a categoria do passado, do futuro e do presente, a ordem do tempo resultante não será a mesma. Por essa razão, certos comportamentos, certas ações, certas formas de historiografia são mais possíveis que outras, mas harmônicas ou defasadas do que outras, desatualizadas ou malogradas” (HARTOG, 2013, p. 05). Conforme os historiadores articulam as noções de passado, presente e futuro, diversas concepções de historiografia são possíveis. Para Hartog (2013, p. 16), há uma relação entre um passado esquecido ou demasiadamente lembrado, entre um futuro que quase desapareceu no horizonte ou entre um porvir ameaçador, um presente imediatista. As relações entre as categorias históricas são variadas, dependem das relações das sociedades com o tempo. Portanto, dentro de uma sociedade, diferentes regimes de historicidades coexistem, não sendo improváveis em um mesmo período histórico. Duas tendências diferentes, como é o caso das análises sociológicas e antropológicas, conviverem com abordagens, consideradas tradicionais, de história, narrativas de eventos e indivíduos. O conceito de regime de historicidade pode contribuir na análise de como uma sociedade ou grupos humanos organizam suas experiências temporais, quais as suas relações com o passado, que formas ou mídias utilizam para recordar ou rememorar os seus eventos passados. Para os militares do Exército, o passado histórico era um exemplo, um modelo, um espelho e um depósito de experiências humanas. A história era concebida como mestra da vida, ou seja, os fatos do passado serviam como exemplos para homens do presente.

séculos XVII e XIX, período de formação dos Estados europeus, ocorreu à construção de um panteão de indivíduos, denominados construtores da nacionalidade e da nação, responsáveis por “proteger o território” contra ataques externos, lutar pelas causas nacionais, possuir condutas exemplares que representavam as mais altas qualidades morais de uma população (DOSSE, 2004, p. 167-168).

No mesmo período, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1938, os historiadores financiados pela monarquia estavam engajados na construção de um passado para a nação brasileira. Conforme Temístocles Cezar (2011, p. 95-96), a criação do IHGB representa o nascimento da pesquisa histórica no Brasil, mais definida, reflexiva e politicamente nacionalista. Dentro das narrativas historiográficas, os heróis são os protagonistas da história, a eles foi atribuída a capacidade de transformação da sociedade, por isso, torna-se importante escrever suas histórias, apreciar suas glórias, contemplar seus atos pela nação e seguir seus exemplos virtuosos. Um dos projetos do instituto foi à criação de uma galeria de homens ilustres do Brasil, através da reunião de biografias de indivíduos com intuito de demonstrar “os caminhos da honra e da glória nacional” (CEZAR, p. 109-110).

O modelo biográfico elaborado pelos historiadores do IHGB, da história política dos grandes homens e da narrativização das experiências do passado como fontes de ensinamentos para as gerações contemporâneas, foi predominante no Brasil, por um longo período histórico. Os militares, padres e políticos constituíram os principais grupos de profissionais biografados pelo instituto. Nesse momento a Igreja, o Exército e o governo representavam as principais instituições do período monárquico. Conforme Adriana Barreto (2001), a biografia do militar Luís Alves Lima e Silva, “A vida do grande cidadão brasileiro”, do Padre Joaquim Pinto Campos, que pertenceu ao grupo de letrados do IHGB fundou uma matriz discursiva de narrativas sobre a trajetória desse personagem histórico, que predominou de 1878, até recentemente, em algumas obras produzidas na década de 1980. Segundo a autora, nelas a vida de Luís Alves Lima e Silva era representada de maneira linear, cada etapa revelava a sua vocação para profissão militar. Nesses relatos, a aptidão de soldado do Luís Alves Lima e Silva, provinha da sua distinta família de militares, sua carreira era um exemplo da lealdade, da disciplina militar e da capacidade inata para a arte da guerra (2001, p. 93-106).

As biografias da Biblioteca Militar possuíam a mesma estrutura de narrativa, o enredo começava na infância dos personagens heroicos, momento que eles apresentavam os primeiros vestígios dos seus destinos gloriosos e das suas qualidades inatas para a carreira militar. Para Adriana Barreto (2001), as heroicidades de personagens como o Duque de Caxias são tipicamente modernas, baseados nos modelos narrativos europeus de glorificação

dos indivíduos. Nesse momento de construção dos Estados europeus, a política nacional tinha interesse na propagação desses modelos heroicos, a história era o espaço de glorificação dos grandes indivíduos, reconhecidos pelos seus valores cívicos em relação às suas nações. O biógrafo Thomas Carlyle é o grande representante desse modelo de elaboração biográfica, ele acredita na necessidade de cultuar e admirar “as mais nobres” formas de homens (Op. Cit., p. 99).

A citação de Thomas Carlyle nas obras da Biblioteca Militar representa a influência da historiografia moderna nas obras biográficas desses historiadores. No livro citado pelos dois historiógrafos da instituição castrense, Carlos Maul e Jonas Correia, “Héros et le Culte des héros” (1841), Thomas Carlyle (definiu a história universal como as realizações dos indivíduos no mundo, através dos feitos dos grandes homens (Great Men), que foram líderes dos sujeitos comuns, modeladores das massas, padrões de comportamento, criadores. Para o autor todas as ações históricas ou realizações humanas foram resultados do pensamento das grandes mentes dos heróis (2007, p. 423). Na obra “Floriano, seu Nacionalismo e Glória” (1939), o jornalista Carlos Maul reproduziu a mesma concepção histórica de Thomas Carlyle sobre os heróis como modeladores do comportamento humano, ressaltando a importância da recordação desses indivíduos através da evocação. Segundo ele: “a lembrança dos grandes homens” seria uma quase presença, um “espetáculo para o espírito humano”. Tais indivíduos eram guias, mentores, tutores dos atos dos homens comuns, companhias proveitosas, “fontes de luz junto da qual é grato e doce permanecer-se” (Op. Cit. p. 22-23). As biografias da linha editorial da Biblioteca do Exército e das revistas militares apresentam concepções de períodos anteriores ao Estado Novo, entretanto elas têm finalidades políticas específicas nesse momento histórico, que pretendo abordar no segundo capítulo.

2- “ENTRE ATOS HERÓICOS E INFAMES”: A ESCRITA BIOGRÁFICA ATRAVÉS DA LINHA EDITORIAL DA BIBLIOTECA MILITAR

2.1- “Minha espada não tem partidos”: os bons soldados, os exemplos de Manoel Luís Osório, Antonio João Ribeiro e Luis Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias:

Segundo o decreto intitulado: “Dispõe sobre organização da Biblioteca Militar do Ministério da Guerra²⁴”, de Getúlio Vargas, de 1937, a função da linha editorial da Biblioteca Militar era divulgar ensinamentos para o aperfeiçoamento moral, cívico e profissional dos militares brasileiros. Na especificação de uma das coleções de tal editora, intitulada “Os Nossos Soldados”, salientou-se o interesse na publicação de pequenas biografias de militares brasileiros proeminentes e na acessibilidade dessas obras. Para tanto, a linguagem presente nas biografias deveria ser uma linguagem simples, “ao alcance dos conhecimentos elementares dos soldados alfabetizados” (VARGAS, Decreto n. 1.748 de 26 de junho de 1937 Apud BIBLIOTECA MILITAR, 1938, p. 01).

A principal motivação da linha editorial da Biblioteca Militar em publicar biografias era divulgar a história da instituição para os soldados do Estado Novo. Conforme o decreto, “rebuscar no passado os episódios dignos de servir de ensinamento ao presente” (VARGAS, loc.cit.). Predominava nessas biografias a concepção que, através da trajetória exemplar dos heróis militares, seria possível aos homens comuns aprenderem com os atos dos seus antecessores. Na sua primeira referência de organização, os fundadores da editora já apontavam as finalidades moralizantes das narrativas heróicas. Nos livros históricos e biográficos da editora do Exército, os personagens principais eram os heróis, que pelos seus atributos ou características, se diferenciavam dos sujeitos anônimos da história. Essa perspectiva biográfica valorizava a ação dos grandes homens, em detrimento dos outros sujeitos comuns que recebiam um tratamento coletivo.

Tal concepção histórica estava presente no livro de pequenas biografias de militares proeminentes do Exército Brasileiro, os “Grandes soldados do Brasil” (1939). No prefácio, o militar Valentim Benício da Silva afirmava que as personalidades históricas contribuiriam na formação da nacionalidade brasileira por serem influentes “nos acontecimentos sociais de que participaram” (FIGUEIRÊDO, 1939, p. 07). Na obra de “Tuiuti é Osório, Osório é Tuiuti”

²⁴ Ver o anexo A da dissertação.

(1941), José Feliciano Lobo Viana²⁵ descreve uma batalha específica da Guerra do Paraguai, sua narrativa buscou valorizar a ação das lideranças militares do conflito. Nas palavras do autor, os atos dos heróis “estão na vasta catedral da pátria” Por outro lado, os outros personagens comuns são representados através da quantificação, números de mortos ou vivos, quantidade de soldados de cada país envolvido no conflito (VIANA, 1940, p.55).

A idéia do herói como um indivíduo com características incomuns, que servia como exemplos para os sujeitos sem atributos significativos era típico da concepção de história como mestra da vida. Segundo Reinhard Koselleck (2006), para o historiador romano Marco Túlio Cícero, as narrativas históricas possuíam a finalidade de mostrar o passado como um exemplo para homens do presente. Conforme Koselleck, essa perspectiva historiográfica concebeu a história como depositária das múltiplas experiências humanas, nas quais os homens realizavam apropriações com objetivo pedagógico de repetir o sucesso ou evitar os erros do passado (KOSELLECK, 2006, p. 42-50).

Para Susana Boeira (2013, p.15), no século XIX, após a Revolução Francesa, havia uma valorização dos homens comuns que pelos seus esforços pessoais e qualidades conseguiam ascender socialmente. Contudo, existia uma diferenciação entre os grandes homens que cresceram individualmente, e os heróis que eram considerados extraordinários e inalcançáveis. Segundo Dosse (2009, p.406) embora as narrativas biográficas diferenciem os heróis dos homens comuns, ambos eram modelos que serviram como uma inspiração para o leitor pelo caráter exemplar do personagem erigido como santo ou herói.

Da mesma forma, as narrativas biográficas vinculadas ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no século XIX, possuíam uma finalidade pedagógica. Para Temístocles Cezar (2013, p. 73-94), as biografias do IHGB visavam à determinação dos lugares dos homens comuns e dos heróis na sociedade: “uns fazem aquilo que outros devem imitar”. Segundo o historiador, os homens comuns são chamados para observar a grandeza dos atos heróicos dos grandes indivíduos, sendo os primeiros passivos e os segundos agentes ativos da história. Essa assimetria entre ativos e passivos não correspondia apenas a uma contemplação, mas a uma atitude de inserção cultural, quando os sujeitos comuns imitam os atos “nobres” e a boa conduta dos heróis.

No Brasil, o monopólio dos institutos históricos como lugares privilegiados para as produções historiográficas foi progressivamente perdendo força, especialmente a partir na

²⁵ Lobo Vianna era bacharel em Ciências Físicas e Exatas. Em 1920, alcançou o posto de Brigadeiro do Exército, sendo transferido para reserva exerceu o cargo de professor de história nas escolas militares de Realengo e da Praia Vermelha (ANTUNES, 2006).

década de 1930. De acordo com Wilma Costa Perez (2005, p. 74), o período que se estende de 1930 a 1960 foi um momento de intensas renovações e de quebra dos cânones historiográficos dos institutos históricos. Na década de 1930, a historiografia brasileira sofreu transformações conceituais através da obra de Sérgio Buarque de Holanda, que foi influenciado pela sociologia de Max Weber. Do livro “Casa Grande e Senzala” (1933), de Gilberto Freyre que, nos Estados Unidos entrou em contato com as renovações teóricas da área antropológica, que culminou com uma abordagem histórica, social e cultural da formação do Brasil. As biografias também sofreram transformações em suas formas de narrar a vida dos indivíduos. Novas tendências biográficas começaram a defender uma visão mais humana dos biografados, visando demonstrar os limites das ações individuais, os vícios e as virtudes dos seres humanos, em oposição ao modelo heróico, fonte de todas as qualidades humanas (GONÇALVES, 2011, p. 297).

Esses novos contextos e obras não foram influentes dentro do Exército. Os historiadores militares continuaram realizando narrativas históricas dos grandes heróis e dos eventos do passado, semelhantes aos discursos historiográficos e biográficos, que foram produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no século XIX. Havendo, assim aproximações entre as formas que os militares da Biblioteca do Exército e os historiadores do IHGB escreviam suas narrativas biográficas. Em ambos, os casos a história serviu como instrumento para transmissão de valores e de modelo para as ações dos contemporâneos.

A perspectiva que afirma que os autores da linha editorial da Biblioteca Militar concebiam a história como mestra da vida pode ser percebida no prefácio de Valentim Benício da Silva presente no livro “Grande Soldados Brasileiros” (1939). Segundo o autor, havia a necessidade de relembrar as glórias dos heróis, porque esses eram monumentos de expressiva significação para gerações sucessoras (FIGUEIRÊDO, op. cit., p.07). Já no prefácio da biografia de Antônio João (1938) o jornalista Carlos Maul afirmava que a obra era: “um breviário para leitura e meditação do soldado brasileiro, que nas suas páginas encontrará a imagem de um homem que o amor da terra natal transfigurou em símbolo e em modelo” (SILVA, 1938, p. 06).

As biografias apresentavam lições morais através da trajetória dos heróis. Ou seja, os membros da comissão editorial da Biblioteca Militar do Exército anunciavam claramente, assim como o decreto de criação da editora, os objetivos dessas narrativas, a transmissão de lições morais através das trajetórias dos heróis. Acreditava-se, que ao ler as narrativas

históricas, os militares poderiam aprender por meio dos atos heróicos dos grandes indivíduos do passado²⁶.

Ao narrar às vidas exemplares dos heróis castrenses, os biógrafos da editora do Exército valorizavam certas características militares dos personagens biografados. O heróico, exemplo moralizante, possuía as mais elevadas qualidades de um bom soldado: honra, altruísmo e lealdade ao Exército, essas foram as virtudes recorrentes dentro das narrativas biográficas. Tais atributos estão presentes nas biografias sobre Manoel Luís Osório (1939) e Antonio João Ribeiro (1938), considerados heróis da Guerra do Paraguai, escritas por Valentim Benício da Silva, em 1939. Para o autor, Manoel Luís Osório apresentou peculiaridades, que corroborou com o seu destino glorioso desde a infância e heróico como militar. Isso fica claro no discurso para meninas órfãs do educandário da Fundação Osório, mantido pelo Exército:

Eis meninas da Fundação Osório, de onde veio, o que foi, o que levou à sociedade o vosso glorioso patrono: esperanças na meninice, vigor, beleza, arrojo, bravura, amor, cavalheirismo e nobreza na mocidade, glórias e glórias e glórias na idade madura e na velhice; trabalho honradez, abnegação em toda vida; e no túmulo...exemplo aos seus descendentes, exemplo à pátria que idolatra com o mesmo amor que ele conduziu às batalhas (SILVA, 1939, p. 28).

Dentro do Exército, a palavra “patrono” teve duplo significado: o de protetor e o de padrão, no caso referenciado aqui como modelo (CASTRO, 2002, p.18). As qualidades atribuídas por Valentim Benício da Silva a Manoel Luís Osório: “nobre”, “honrado”, “trabalhador”, “bravo”, “altruísta” representavam os valores ideais que toda classe deveria possuir e imitar/reproduzir. As biografias da linha editorial da Biblioteca Militar contribuíram para propagação de um modelo de bom soldado, ao valorizar determinadas habilidades e condutas profissionais em suas narrativas, como o sacrifício pela carreira, a legalidade e a recusa de trair a corporação.

Valentim da Silva (1939) ressaltou na trajetória de Manoel Luís Osório sua lealdade ao Império do Brasil e sua conduta legalista como militar. Em diversas passagens, o autor enfatizou a escolha do personagem biografado em manter-se leal ao Exército, mesmo quando a corporação não compartilhava suas posições políticas e partidárias:

Desse ano de 1835 em diante, quando constituiu seu lar, a vida de Osório quase não pertence à esposa. Os primeiros 10 anos são os da campanha Farroupilha, campanha que o prende à defesa da integridade do Império, fiel ao juramento militar, não obstante de ser republicano de coração (SILVA, Op. Cit.,p. 13).

²⁶ Segundo Ângela de Castro Gomes (1996), uma das estratégias de pedagógicas no ensino de história do período era introduzir pequenas biografias históricas, para posteriormente trabalhar temas mais amplos.

No trecho da biografia que trata sobre a participação de Osório, na Revolução Farroupilha, Valentim Benício da Silva o descreveu como comprometido com os interesses da instituição castrense e do Império, mesmo possuindo concepções políticas republicanas contrárias a esse governo. Nas páginas seguintes da narrativa, Silva (1939) discorreu sobre as tentações que Osório sofreu dos companheiros insurgentes para lutar contra o governo imperial e as iniquidades que esse indivíduo suportou das autoridades do governo do Brasil Monárquico. Sublinhou-se na biografia que, mesmo sofrendo com adversidades, Manoel Luís Osório nunca traiu o Exército:

Osório, a despeito de tentações de amigos revoltados, mantinha-se fiel ao governo imperial. Mas as autoridades governistas não agiam com dignidade. Perseguições e injustiças vinham envoltas com erros que sucediam uns aos outros nas operações militares. Tudo isto confrangia o espírito retilíneo de Osório. A estes dissabores agregou-se o apelo desesperado de sua mãe velhinha, abandonada, às portas da miséria. Caractéres menos sólidos, teriam abalado para fileiras opostas. Osório não; preferiu o caminho do dever. (SILVA, Op. Cit. 15)

A concepção de Manoel Luís Osório como legalista foi associada às dificuldades da profissão militar, como a má remuneração, o distanciamento da família, as lesões adquiridas em serviço e as perseguições por adversários políticos. A biografia discorreu-se sobre o ferimento no maxilar adquirido durante a Guerra do Paraguai e sobre as dificuldades financeiras desse indivíduo em realizar um tratamento médico mais adequado na Europa. Os militares do período monárquico não possuíam um salário adequado, mas, para Valentim Benício da Silva, tal situação econômica não impossibilitou Osório de defender os interesses considerados “nacionais”, mesmo possuindo problemas econômicos, familiares e de saúde (SILVA, Op. Cit., p. 20).

A noção do cumprimento dos deveres militares acima dos princípios individuais ou dos problemas acarretados pela profissão está presente em outra obra de Valentim Benício da Silva, sobre Antonio João Ribeiro, por exemplo, que morreu durante a invasão das tropas paraguaias na Colônia de Dourados em 1864. Para Silva (Op. Cit., p. 20) Antônio João foi morto protegendo idosos, mulheres e crianças, não abandonou suas funções como outros militares que fugiram de seus postos durante o combate contra os paraguaios.

Através da vida de Manoel Luís Osório e Antônio João Ribeiro, Silva (1939) idealizou o modelo do bom soldado, ou seja, do indivíduo que, apesar de todas as dificuldades ou sacrifícios oriundos da carreira militar, nunca se sublevaria contra a corporação. As recorrentes passagens sobre cumprimentos dos deveres e as renúncias pessoais

em prol da profissão, nos textos de Silva representavam as características militares valorizadas durante o Estado Novo. O autor atribui sentido para o passado de Manoel Luís Osório e Antônio João Ribeiro conforme os valores que vivenciou em no seu presente, no Estado Novo.

Na década de 1930, o Exército estava dividido por disputas de projetos políticos, clivagens internas entre revoltosos e legalistas, oficiais e subalternos. Nos anos anteriores ao Estado Novo, o militar Pedro Góis Monteiro comandou reformas estruturais para reforçar a hierarquia interna e a unidade da corporação. A formação dos soldados foi reforçada no sentido de formar indivíduos que seguissem a política da corporação, além de outras medidas que visavam transformar membros da elite em oficiais e controlar as promoções do oficialato. Tais ações reformistas foram realizadas conjuntamente com o combate armado contra os militares amotinados da revolta Constitucionalista em 1932, da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e de motins internos.

Segundo José Murilo de Carvalho (1999, p. 55-58), as relações entre Vargas e o Exército foram marcadas por diferentes fases. A primeira foi de aproximação, na qual os militares tornam-se agentes políticos e um dos pilares de sustentação do governo contra forças oligárquicas. A segunda foi de coincidência entre o projeto das Forças Armadas e do presidente, durante o período que corresponde ao Estado Novo. Como afirmou Carvalho (1999), no interior do Exército, três correntes predominavam: a dos jovens que estagiaram na Alemanha em 1906 e 1912 e dos alunos da Missão Estrangeira Francesa, a dos radicais influenciados pelo Comunismo, que acreditavam nas Forças Armadas como uma vanguarda para transformação da sociedade e a dos intervencionistas, que surgiu com o Positivismo e se acentuou com os levantes tenentistas.

Das três correntes, a mais influente no Exército foi a das Missões Estrangeiras. Seus membros tinham uma perspectiva reformista, buscavam a modernização e a profissionalização das Forças Armadas. Durante a Primeira República até 1940, houve um grande intercâmbio militar entre o Brasil e os países da Alemanha e da França. As Forças Armadas eram dependentes de modelos externos para organizarem seus contingentes militares. Nessa época, franceses e alemães disputavam a hegemonia do fornecimento de armas e de equipamentos para o Exército Brasileiro. Jovens oficiais brasileiros que estagiaram nos contingentes militares alemães, voltaram entusiasmados com o Exército à indústria bélica alemã. Visando defender a implantação do modelo alemão no Exército brasileiro, o grupo que foi intitulado Jovens Turcos lançou em 1913, a revista “A Defesa Nacional” (NETO, 1980, passim 43-67).

Nesse mesmo momento, nas Forças Armadas brasileiras, havia outro grupo, defensor do modelo militar francês, que começou a ter mais legitimidade após a derrota da Alemanha, na Primeira Guerra Mundial, quando o Exército alemão foi temporariamente removido do cenário internacional. Em tal contexto, os agentes franceses conjuntamente com aliados brasileiros influentes (políticos, militares, empresários, etc.) articularam planos para a contratação de uma Missão Estrangeira Francesa, para trabalhar com a formação de oficiais no Brasil.

A pressão diplomática obteve resultado em 1919, quando o governo brasileiro autorizou a contratação da Primeira Missão Francesa. A Missão Estrangeira Francesa foi responsável por grandes mudanças nas estruturas do Exército brasileiro, como a renovação de armamento e das instalações militares, a implantação de uma nova organização, com substituição das pequenas unidades pelos grandes destacamentos; a reforma do ensino, com surgimento de cursos voltados para especialização; e a adoção de novas regras para a promoção dos oficiais. Entretanto, dentro das Forças Armadas Brasileiras, a influência francesa declinou em virtude do Ministro Militar Pedro Góis Monteiro. Para Monteiro, os oficiais brasileiros estavam aptos e não precisavam dos ensinamentos das Missões Francesas. A decisão do Ministro representou a própria perspectiva nacionalista do Estado Novo, assim como o crescimento de novas influências dentro das Forças Armadas, com a aproximação do Brasil com os governos dos Estados Unidos e novamente da Alemanha. (NETO, 1980, 45-67).

Posteriormente ao período revolucionário, os antigos membros da Revista “A Defesa Nacional” encaminharam para o governo um programa de transformações nacionais, para a transformação da realidade brasileira. O projeto visava à implantação de infra-estruturas modernas e de condições básicas para “assegurar a defesa nacional”, segundo os antigos alunos das Missões Francesas e Jovens Turcos. Para Neto (Op. Cit., p. 69), o governo de Getúlio Vargas considerou as reivindicações dos modernizadores, de modo que os seus representantes tornaram-se influentes dentro da organização política, assumindo cargos de interventores estaduais.

A segunda corrente composta pelos radicais, membros da Aliança Nacional Libertadora, surgiu da liderança dos tenentes descontentes com revolução de 1930, que adotaram posturas de oposição ao imperialismo, favoráveis à democracia e contrários às ditaduras de direita e de esquerda. Para os tenentes do movimento, as lutas por reformas políticas começaram nas primeiras revoltas tenentistas da década de 1920. Somente depois o Partido Comunista Brasileiro participou do movimento. Os comunistas e os tenentes

acreditavam que a revolução armada era única forma de luta contra o governo de Getúlio Vargas. Segundo Marly de Almeida Vianna (2003, p.85), ANL foi a maior organização de massas do Brasil, o governo ficou assustado com o número de adeptos e aprovou, em 1935, a Lei de Segurança Nacional. Os militares foram os principais atores políticos na revoltas armadas de 1935, participando de levantes em quartéis em Natal, Recife e no Rio de Janeiro. Os soldados que aderiram aos motins não sabiam dos motivos da revolta. Para alguns, foi uma tentativa de implantação de um governo da Aliança Nacional Libertadora, para outros, apenas uma rebelião contrária às lideranças militares.

As insurreições não tiveram um caráter socialista, a plataforma do movimento era a luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária, pela modernização do Exército e pela democracia. O movimento foi sufocado pelas facções militares favoráveis ao governo de Vargas, com uma forte repressão aos seus integrantes (VIANNA, Op. Cit., p. 63-104). Segundo McCann (2004, p. 478), a alta cúpula militar temia o comunismo pelo medo de uma possível inversão da ordem socialmente existente²⁷.

Por último, os membros da corrente intervencionista possuíam uma forte crítica ao liberalismo. Para eles, a democracia era uma farsa que perpetuava os interesses das oligarquias brasileiras. Tal visão antiliberal começou a ser gestada com os positivistas, posteriormente com os tenentes rebeldes da década de 1920 e o Clube 03 de Outubro, que defenderam Getúlio Vargas na Revolta Constitucionalista de 1932. Na década de 1930, esse segmento teve como principal representante Pedro Góes Monteiro, defensor da intervenção militarista para implantação de um Estado autoritário no Brasil (CARVALHO, Op. Cit., p.62). De acordo com Frank MacCann (Op. Cit., p.393), os revolucionários eram desejosos de um governo que promovesse a modernização, a industrialização e o desenvolvimento econômico, porém, com poucas transformações nas estruturas sociais. A concordância de objetivos reformistas, entre os oficiais permitiu a união de várias facções na década 1930, que aspiravam à modernização e à profissionalização do Exército brasileiro.

O processo de centralização política iniciou na década de 1930, através de um projeto autoritário, que usou a violência estatal da Polícia e das Forças Armadas para manter a ordem vigente. Com Getúlio Vargas, cresceu a perspectiva que somente um projeto de centralização

²⁷ Os participantes das revoltas tenentistas dividiram-se em dois grupos: os apoiadores e os descontentes com a Revolução de 1930. Os apoiadores fundaram o Clube 03 de Outubro, sob liderança de Pedro Góes Monteiro, com filiais em todo o Brasil, destinadas à discussão da doutrina revolucionária. Alguns desses tenentes foram nomeados interventores estatais por Getúlio Vargas, mas depois de 1932, tal grupo foi perdendo força no interior do Exército. Os descontentes organizaram Aliança Nacional Libertadora. Em 1935, eles lideraram uma Revolta Armada contrária ao governo de Getúlio Vargas. Ver Frank McCann (2009) e Anita Prestes (1999).

política poderia controlar as constantes revoltas regionais e a influência comunista no Brasil. Na década de 1930, o governo enfrentou resistências armadas, a Revolta Constitucionalista de 1932 e as Insurreições Comunistas de 1935, com ajuda de facções do Exército conseguiu sair vitorioso de todas essas e implantar uma ditadura em 1937. Dessa forma, o grupo de Pedro Góis Monteiro e Eurico Dutra conseguiu se transformar em corrente hegemônica dentro do Exército e as principais lideranças militares do período. Seus aliados, como membros da alta cúpula militar, tentaram impor suas ideologias para o restante da corporação e reprimir os projetos políticos adversários (PIMENTEL, 2011, p. 22). Na busca da coesão interna, as altas lideranças militares reforçaram os símbolos, os cultos, as festividades, a história e os heróis do Exército²⁸.

Entre tais ritos, Celso Castro (2000, p.25) discorreu sobre a criação do Dia do Soldado em 1926, que correspondia ao aniversário de Luís Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias. Em seu entendimento, através dessa comemoração, o Exército acreditava que a “cultura moral do soldado brasileiro deveria ser trabalhada não apenas individualmente pelo próprio soldado no dia-a-dia, mas também em consagrações coletivas”. Além desses ritos criados na década de 1920, a produção da linha editorial da Biblioteca Militar procurou recriar a identidade do soldado na sociedade, baseado no afastamento da política e na defesa das necessidades da corporação acima dos valores partidários e individuais.

O discurso contrário ao partidarismo no interior do Exército estava presente mesmo antes do golpe do Estado Novo, como demonstrou o relatório do ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra, de 1937. Nele Dutra afirmava que os oficiais e soldados, quando desviavam de suas ocupações militares para competições partidárias e políticas, estavam fugindo dos deveres de sua congregação. Em contrapartida, no mesmo relatório, o militar assegurava que somente os ministros da guerra e as altas hierarquias do Exército deveriam cuidar dos problemas oriundos das políticas nacionais, mas sem envolvimento partidário (DUTRA, 1937, passim 03- 16).

No relatório do Ministro dos Negócios da Guerra, fica nítida a posição que somente a alta hierarquia deveria estabelecer os desígnios e as prioridades da corporação, os demais membros precisavam obedecer tais medidas (DUTRA, Op. Cit. 08). Em sincronia com esse pensamento, as biografias, que foram publicadas pela linha editorial da Biblioteca do Exército, ressaltavam o personagem como o soldado que sempre se submetia às ordens dos

²⁸ Para Castro (2002, p. 104): “Mais do que organização de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi à invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com papel a desempenhar na sociedade brasileira”.

seus superiores, para benefício do país. Isso se evidencia na passagem da obra Osório (1939), escrita pelo militar Onofre Gomes Muniz:

Essa reunião tornou-se memorável porque foi nela que o grande soldado, concitado por civis de significação intelectual, moral e política a hipotecar suas **influências militares da Província** para resistirem pelas armas, si preciso fosse, repeliu a impatriótica incitação revolucionária com a declaração de bronze: **a minha espada, que desembainhei nos campos da guerra para defender a Pátria e a ordem, nunca desembainharei no meio da paz para derramar o sangue de meus compatriotas**. Edificante! (LIMA, 1939, p. 36, grifo do autor).

O trecho da biografia escrita por Onofre Muniz faz referência aos revoltosos farroupilhas da Província sul-rio-grandense que, segundo o autor, incentivaram Manoel Luís Osório a utilizar seu prestígio militar para acarretar uma rebelião contrária ao governo monárquico. Com os grifos, Muniz enfatizou o uso do prestígio militar para a resistência armada e a negação dessa proposta por Manoel Luís Osório, na reprodução da frase desse personagem histórico, que ressaltou o ideal do soldado comprometido com os interesses da pátria, da ordem e não interessado em utilizar sua carreira militar para acarretar conflitos internos.

Na coletânea de artigos, que foram publicados em 1934, sobre a Revolução de 30 e a finalidade política do Exército, Pedro Góis Monteiro alegou que as Forças Armadas estavam enfraquecidas pelos vícios e as contradições da política brasileira. Como únicas instituições nacionais, essas deveriam manter a união e a coesão interna apoiando governos fortes, capazes de garantir a unidade nacional. Conforme Góis Monteiro (1934), era necessário realizar “a política do Exército e não a política no Exército”. Para o autor, a política do Exército deveria ser a de preparação para guerra e para defesa dos interesses nacionais econômicos e morais, através da formação de uma mentalidade que suprimisse o individualismo, que colocasse os interesses nacionais acima de quaisquer particularismos (GÓIS, 1934 Apud PINTO, 1999, p. 295-297).

Para a liderança militar existia um grande perigo do militar em tornar-se político-partidário. O livro sobre Luís Alves Lima e Silva, “Na Semana da Pátria: sessão cívica no Grande Oriente do Brasil em homenagem ao Duque de Caxias” publicado em 1939 e escrito por Valentim Benício da Silva, apresentava a mesma divisão entre a política nacional e a política partidária. Conforme Silva (Op. cit., p. 12), o Duque de Caxias sempre foi “o soldado a serviço da política nacional brasileira”. A biografia representava Luís Alves Lima e Silva como uma liderança militar que atuou como político quando necessário, durante as revoltas regenciais e as guerras externas brasileiras:

Soldado fadado desde início da carreira aos postos de direção, não pode deixar de ser político, mas político acepção científica e não no sentido utilitário da expressão. Sim, soldado militando na organização e depois no interesse externo da Nação, não podia fugir à política (SILVA, 1939, p. 12).

Para o referido autor, o Duque de Caxias foi antes de tudo, um militar comprometido com os interesses do Exército e do país, fadado a ser político por ocupar altos postos da hierarquia militar. Como liderança, o Duque de Caxias poderia agir politicamente em questões de importância nacional. Tal passagem compartilha a mesma visão já referenciada que somente a alta hierarquia do Exército podia determinar os desígnios internos da corporação e interferir na política nacional.

Quanto à descrição constada no texto, o Duque de Caxias foi representado como soldado leal e disciplinado e defensor da ordem. O autor ressaltava que o personagem biografado, mesmo sendo membro do Partido Conservador, nunca colocou os princípios partidários acima da lealdade ao Exército e das questões nacionais, sua “espada não tinha partidos” (SILVA, Op. Cit., 15). De forma negativa, o conceito de “partidarismo” foi representado, no texto, como elemento de princípio mesquinho, gerador dos males da política brasileira. Conforme Silva, o Duque de Caxias em razão da política partidária, foi alvo de: “ódios, ressentimentos pueris, inverdades ditadas pela inveja, falsidades forjadas pelas paixões políticas” (SILVA, Op. Cit., p. 16).

A política “partidária” possuía valores individuais antitéticos e assimétricos à política nacional, no âmbito coletivo visava ao bem comum, à unidade e à coesão do Brasil. O escritor militar, Valentim Benício da Silva, realizou uma diferenciação entre o político e o politiqueiro dentro do texto: “onde se vê o soldado irmanado ao político, [...] ao político, não ao politiqueiro.”. A definição de politiqueiro, segundo o “Novo dicionário Brasileiro”, de 1937, é indivíduo que se ocupa muito das questões partidárias ou empregador de procedimentos incorretos (CÂNDIDO, 1937, p.63). No jornal “Diário Carioca” do dia 28 de fevereiro de 1930, na página de nº 6, por sua vez, a palavra politiqueiro descreve o indivíduo capaz de todas as fraudes, infâmias e baixeiras. Em outra data, no mesmo jornal, o termo foi conceituado como sendo contrário a todos os princípios de solidariedade política (DIÁRIO CARIOCA, 22 de março de 1930, p. 06).

Para Silva (Loc. Cit.), a trajetória do Duque de Caxias foi de um político, mas jamais de um politiqueiro, pois sempre esteve preocupada com questões coletivas e nacionais. Nas biografias do autor, as conceituações de Luís Alves Lima e Silva, Manoel Luís Osório e

Antônio João Ribeiro como legalistas foram recorrentes em diversos trechos das obras. O autor difundiu ideologicamente um modelo de bom soldado, associado ao profissionalismo, ao patriotismo e à não utilização das armas para ações partidárias e individuais. Dessa forma, os biógrafos militares ressignificaram as imagens dos heróis militares conforme os valores difundidos pelo Exército no Estado Novo. Estes saberes estavam presentes não apenas na historiografia da editora Militar, mas também nos discursos e nos diversos documentos ministeriais da alta cúpula dessa instituição. Nem sempre, no entanto, os heróis foram associados aos princípios de não envolvimento partidário e político.

Adriana de Souza (2009) discorre sobre a utilização das imagens dos heróis do Exército, Manoel Luís Osório e Luís Alves Lima e Silva, na Primeira República. Para a autora, a rememoração desses dois heróis ocorreu através de implantação de estátuas e comemorações cívicas na cidade do Rio de Janeiro. Através do culto aos heróis do Exército, os militares republicanos buscaram idealizar as forças armadas como representante do povo em armas. A representação de Manoel Luís Osório, principalmente, simbolizou a união dos civis e dos militares, pois tal personagem histórico cresceu em uma família menos abastada e não tinha formação em uma academia de oficiais do Exército. Com isso, de acordo com a autora, havia a concepção de que os militares podiam intervir na política, quando necessário, como ocorreu no golpe de 1889 (SOUZA, 2009, p. 231-251).

Em 1894, no governo de Floriano Peixoto, foi inaugurado um mausoléu em homenagem a Manoel Luís Osório no Rio de Janeiro. A implantação desse monumento foi simbólica, pois tinha a finalidade de representar Osório como predecessor das virtudes militares de Floriano Peixoto. Simbolicamente, Manoel Luís Osório e Floriano Peixoto foram escolhidos como exemplos das virtudes militares. A apropriação da figura de Manoel Luís Osório pelos republicanos representou a popularidade desse indivíduo, que até década de 1930, foi o militar com maior prestígio dentro do Exército, sendo sua estátua no Rio de Janeiro, o centro da principal comemoração do Exército, a data da batalha do Tuiuti. A instituição castrense aproveitou a notoriedade de Osório para instituir o como exemplo do soldado ideal, comprometido com os interesses da Pátria e da cidadania (OLIVEIRA, Op. C, p. 26). Depois do golpe republicano, os governos dos marechais buscaram uma aproximação com a população, através da defesa do soldado cidadão, sendo Osório o modelo dessa difusão ideológica. Os republicanos associavam a imagem desse personagem histórico com a do cidadão que defendeu a democracia, um exemplo da união dos civis e dos militares para defesa da soberania nacional (SOUZA, passim 231-251).

Mas com os levantes internos, as revoltas tenentistas da década de 1920, as representações dos heróis militares sofreram transformações. Celso Castro (2002) analisou a ascensão da figura de Luís Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias, como o grande símbolo e patrono do Exército. Segundo esse pesquisador, no Império e no início da República, Manoel Luís Osório foi o militar mais cultuado dentro da instituição castrense. Mas, na década de 1920, gradativamente, Osório foi sendo substituído pelo Luís Alves Lima e Silva como o grande patrono dessa instituição. Para Adriana Barreto (2009, p.250), a imagem de Manoel Luís Osório como modelo do Exército cidadão e popular da Primeira República tornou-se perigosa, à medida que incentivava a intervenção militar na política.

Essa substituição de heróis ocorreu em um período de fragmentação das Forças Armadas, de motins interno e de levantes tenentistas. Nesse contexto, a alta cúpula militar representou o Duque de Caxias como um soldado modelo que defendeu a ordem e a unidade brasileira, combatendo as revoltas regenciais no Império. Os personagens biografados serviram como modelos morais para os soldados do Estado Novo. A difusão do passado como exemplo, para o presente estava em sincronia, com a necessidade do Exército, a partir das décadas de 1920-30, em reforçar uma coesão que estava abalada internamente por clivagens e motins.

Manoel Luís Osório continuou sendo um dos militares mais cultuados do Exército, mas em segundo plano, perdendo espaço para o Duque de Caxias, instituído patrono da corporação militar. A historiografia da linha editorial da Biblioteca permaneceu produzindo biografias sobre Manoel Luís Osório, mas, a partir do Estado Novo, passou a ressaltar na sua trajetória biográfica, sua conduta como soldado legalista, leal ao Exército. Através da editora do Exército, foram publicadas 21 biografias dos grandes militares, entre os anos 1937 e 1945, figurando entre os principais biografados: o Duque de Caxias, Manoel Luís Osório, Floriano Peixoto e Antônio João Ribeiro. O número expressivo de biografias publicadas pela Editora Militar demonstra a importância do culto dos heróis e da rememoração do passado no interior das Forças Armadas, que não estava centrada somente à figura do Duque de Caxias, mas em um panteão de heróis das classes armadas²⁹. Depois de 1935, outros personagens históricos, além dos heróis, foram introduzidos na historiografia produzida pelos militares, com destaque para os comunistas, como um contraponto aos atos heróicos do passado da instituição castrense.

²⁹ Temáticas e quantidade das obras da Biblioteca Militar, 1937 a 1945: (20) biografias, (06) Guerra do Paraguai, (06) História das Províncias Brasileiras, (04) Táticas de Guerra e (02) Geografia. Fonte Catálogo da Biblioteca do Exército 1977.

2.2- “O Brasil não é quartel para os soldados de Moscou”: os conceitos de traidores versus heróis no interior das Forças Armadas

A linha editorial da Biblioteca Militar surgiu em um contexto de anticomunismo nas forças armadas. Para Rodrigo Mota (2007), o regime bolchevique da União Soviética nunca recebeu a simpatia e o apoio do governo brasileiro. Nas décadas de 1910 e 1930, livros anticomunistas circulavam pelo Brasil e os veículos midiáticos brasileiros divulgavam imagens violentas e depreciativas dos comunistas. Mas a intensificação ao comunismo ocorreu após os eventos posteriores da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, através de uma onda anticomunista que visava não somente à repressão e à censura, mas também de mecanismos de propaganda que buscavam erradicar a circulação de tal ideologia no Brasil. O temor das ações comunistas permitiu a continuação de Getúlio Vargas no poder, através do falso plano Cohen e da concretização do golpe do Estado Novo, com apoio de facções de militares (MOTA, Op. Cit., passim 231-243) ³⁰.

A historiografia da Biblioteca Militar difundiu esse pensamento anticomunista, juntamente com um ideal do bom soldado associado à legalidade e ao afastamento da política. Os heróis do Exército foram representados como soldados que mesmo sofrendo perseguições, influenciado por terceiros a utilizar seus prestígios militares para fins políticos, nunca traíram o Exército. O comportamento estimado desse indivíduo foi justamente sua lealdade, sua negação em utilizar o meio militar como instrumento político. Ao valorizar tal aspecto das vidas de Manoel Luís Osório, Luis Alves Lima e Silva e Antônio João Ribeiro, os militares estavam difundindo, através da história, exemplos morais para as tropas do Estado Novo, demonstrando que a traição era algo inaceitável, assim como a subversão das ordens dos superiores por motivos políticos e partidários.

O primeiro livro lançado pela Editora do Exército, em 1938, foi intitulado de “Em Guarda Contra o Comunismo”. Tratava-se de uma obra que reunia diversos artigos contrários à ideologia comunista³¹. Em 1935, após a insurreição da Aliança Nacional Libertadora, o Exército intensificou a desqualificação desse movimento de influência comunista. No entendimento de Castro (Op. Cit., p. 49), os militares comunistas foram perseguidos e

³⁰ Plano utilizado pelo chefe do Estado-Maior do Exército, Pedro Góes Monteiro, para convencer o Congresso Nacional a prolongar o Estado de Guerra, implantado após os acontecimentos da Aliança Nacional Libertadora em 1935. O documento foi escrito por Olimpo Mourão Filho, militar integralista, que forjou uma simulação de um golpe comunista para um exercício defensivo dos integralistas (McCann, Op. Cit., p.525).

³¹ O segundo anexo da dissertação, contém uma lista detalhada dos artigos e dos autores do livro “Em Guarda, Contra o Comunismo” (1938).

acusados de dupla traição: pelo Estado, sendo considerados traidores da pátria a serviço de Moscou, pelas Forças Armadas, por quebrarem a hierarquia e a disciplina de tais instituições.

A obra organizada pela linha editorial da Biblioteca Militar reuniu discursos artigos de periódicos e relatórios de lideranças políticas, religiosas e militares escritos na década anterior ao Estado Novo. A reunião desses escritos em um livro, publicado em 1938, representou um esforço do Exército em divulgar tais concepções contrárias ao comunismo para os militares do período. O comitê editorial da Biblioteca Militar selecionou os textos e os autores por afinidades ideológicas anticomunistas. No prefácio do livro, “Em Guarda Contra o Comunismo”, mencionou-se que a intenção da obra era “colher opiniões abalizadas, expeditas ao acaso, em várias oportunidades”, sendo o critério de escolha a repulsa ao comunismo (1938, p.03).

Percebemos no prefácio, através das palavras do autor, a construção de uma narrativa de aversão ao marxismo, de uma batalha entre o bem e o mal, da civilização ordeira contra a barbárie comunista³². Conforme Roberto Martins Ferreira (2005), os relatos contrários ao comunismo no Exército tratavam-se de narrativas míticas, apoiadas na crença mais comum da sociedade, a luta maniqueísta. Tal concepção representava que a ordem social era o bem, a estabilidade e harmonia. O comunismo era o mal, porque rejeitava a ordem social, com isso trouxe o caos e a ameaça de desintegração para sociedade (FERREIRA, Op. Cit., p. 155.).

De acordo com Rodrigo Sá Motta (2002), no Estado Novo, a nação era concebida como um corpo orgânico, um conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado. Tal concepção enfatizava a defesa da ordem, da tradição e da centralização, em oposição às forças centrífugas da desordem. Para autor, existiam três matrizes ideológicas que atacavam o comunismo: o nacionalismo, o catolicismo e o liberalismo. Quanto às vertentes nacionalistas no Estado Novo, há duas preocupações anticomunistas; a primeira referente aos comunistas como inimigos estrangeiros a serviço da União Soviética e segunda relacionada ao caráter internacionalista do Partido Comunista, que concebia o nacionalismo como “um fenômeno ligado ao mundo burguês, destinado a ser superado quando o operariado se tornasse classe dirigente”. Conforme o mesmo autor, tal tese reforçou o caráter não patriótico do Comunismo: “os trabalhadores não tinham pátria, seu destino seria revolucionar o mundo e instaurar uma ordem mundial baseada na fraternidade universal”. Os católicos alegavam uma

³² Segundo uma biografia sobre Valentim Benício da Silva, o biografado escreveu o prefácio do livro “Guarda Contra o Comunismo” (1938). Possivelmente poderia ser Valentim Benício da Silva, em 1938, ele ocupava o cargo de presidente da comissão editorial da Biblioteca Militar. Além de Valentim Benício da Silva, nesse momento faziam parte do comitê, os militares, Francisco Paula Cidade, Severino Sombra, Salm de Miranda e o jornalista Carlos Maul. Todos os autores possuem artigos dentro do livro contrário ao comunismo, exceto Francisco Paula Cidade e Salm Miranda.

dicotomia entre o comunismo e a religião, que negava a existência de Deus, pretendia substituir a moral cristã e destruir a família. Por último, os liberais acusavam os marxistas de destruírem a liberdade individual (através de um governo ditatorial) e econômica (com a destruição da propriedade privada) (MOTTA, Op. Cit., p.20-38).

No livro “Em Guarda Contra o Comunismo”, todos os argumentos religiosos, liberais e nacionalistas estão presentes, não sendo possível identificar em Valentim Benício da Silva e demais autores, predomínio de uma das vertentes ideológicas anticomunistas apontadas por Rodrigo Sá Motta. O comunismo foi descrito como destruidor da civilização ocidental e da cultura cristã, aniquilador dos pilares da sociedade: a família, a pátria e religião. Os comunistas foram definidos como subversivos e ateus, que visavam à promoção da desordem dentro das sociedades ocidentais, para implantar no lugar, semelhante à União Soviética, um governo tirânico e explorador dos direitos da coletividade (VARGAS, 1936 Apud BIBLIOTECA MILITAR, 1938, p.07), de líderes que abusavam da ignorância e da miséria dos homens (MINISTÉRIO DA MARINHA, 15 de maio de 1936, Apud BIBLIOTECA MILITAR 1938, p. 123).

Para o chefe católico Alceu Moreira³³, na Rússia, imperava um regime político que predominava a desordem, a miséria e a violência de pequenas elites controladoras das massas populacionais, contrário a todos os princípios da Igreja, da família, da pessoa e da liberdade (1938, p. 112-113). Nos artigos, os atos dos comunistas eram representativos de todas as qualidades negativas dos seres humanos. Os insurgentes de 1935, nas palavras de Getúlio Vargas, eram mentirosos, dissimulados, traiçoeiros, cínicos, assassinos frios e calculistas. O líder político dividia os agentes comunistas em duas categorias: os pregadores ou doutrinadores marxistas e os conspiradores, partidários da violência. O primeiro grupo era formado por professores que utilizavam o ambiente escolar para distribuir livros e divulgar os preceitos marxistas para os alunos. Os membros da segunda categoria eram aqueles que utilizavam a violência, a força e a rebelião para assegurar a implantação do comunismo.

³³ Alceu Moreira de Lima era formado em Direito. No ano de 1922, ele começou participar do Centro Dom Vital, associação civil criada para discutir e estudar sobre a religião católica. Segundo o site CPDOC, em 1932, quando o governo provisório marcou as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, Alceu Lima, conjuntamente com outros líderes católicos formaram a Liga Eleitoral Católica (LEC), entidade que afirmava ser “apartidária”. Alceu Moreira Lima foi professor universitário da cátedra de sociologia e de doutrina social da Igreja no Instituto Católico de Estudos Superiores, vinculado ao Centro Dom Vital. Ele combateu os princípios pedagógicos do Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, que pretendia realizar uma reforma no sistema educacional brasileiro. Alceu Moreira defendia o ensino religioso, diferentes dos pioneiros da Educação Nova que lutavam por educação leiga no Brasil. Alceu Moreira de Lima acreditava que o catolicismo era uma posição de direita, por isso em 1935, ele realizou campanhas contrárias a Aliança Nacional Libertadora e a favor das forças franquistas diante da Guerra Civil Espanhola (1936). No Estado Novo, ele participou de uma comissão formada pelo Ministério da Educação e da Guerra de defesa da cultura nacional contra o bolchevismo. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospeppois/consulta>>. Acesso em: 01 out. de 2014.

Ambos os grupos estavam infiltrados e atuavam de forma dissimulada, dentro das instituições públicas e nas Forças Armadas, visando à criação de desordens e a sublevações contrárias ao governo, em nome do “credo bolchevique”. (VARGAS, Op. Cit., p. 08).

Para Valentim Benício da Silva (1936), os comunistas atuavam na política, no ensino, na magistratura e no interior das Forças Armadas. Semelhante a Getúlio Vargas, o autor dividiu os comunistas entre pregadores e conspiradores. Na primeira categoria, estavam os professores, atuantes dentro das universidades “escutados em uma exagerada e falsa liberdade de cátedra” que incutiam nos alunos “doutrinas em flagrante colisão com os mais respeitáveis princípios de nossa organização doméstica”. Os conspiradores eram os militares amotinados de 1935, “indignos do uniforme, covardes, infames e baixos, assassinos de colegas, traidores da instituição castrense e da Pátria”. Embora o militar, no texto exigisse punição de todos comunistas, pregadores ou conspiradores, as medidas repressivas mais severas deveriam recair sobre os soldados que cometeram atos de “covardia, assassinato, roubo, heresia, violação, barbárie” durante as ações armadas da Aliança Nacional Libertadora. (1936 Apud BIBLIOTECA MILITAR, 1938, p. 203).

A ideia de um inimigo invisível dentro das Forças Armadas era recorrente nos artigos sobre os militares comunistas. Os agentes russos adentrariam primeiramente nas instituições militares dos países inimigos com a intenção de desorganizar moralmente e materialmente os adversários políticos. Para a diplomata Odette Carvalho e Souza³⁴, a infiltração soviética no território inimigo advinha da união das células secretas comunistas do Exército, da Marinha, da Polícia, da Administração Pública, das industriais, da imprensa, dos correios e telégrafos, dos serviços públicos, etc. Segundo a autora, os russos acreditavam que a dominação dos países começava pelas tropas inimigas (1938, p. 135).

Quanto à obra “Em Guarda Contra o Comunismo”, o artigo do Ministério da Marinha afirmava que a decomposição e desagregação das classes armadas estrangeiras eram elementos utilizados pela União Soviética para desorganização dos governos (1938, p. 124). Segundo o texto “Infiltração comunista nas Forças Armadas”, a finalidade do Exército brasileiro era defender as noções de pátria, de Estado, de direito, de família e de propriedade, protegendo os interesses da coletividade. Na perspectiva dos militares, a destruição das classes armadas deixava desprotegidas tais instituições, indefesas perante uma ameaça estrangeira. (SOUZA, Op. Cit., p. 135).

³⁴ Odette Carvalho Souza era diplomata, a primeira mulher chegar ao posto de cônsul no Brasil. Souza contribuiu na criação em 1935, de um setor de informações no Ministério das Relações Exteriores, destinado a combater o comunismo no Brasil. O órgão era intitulado CEI, Centro de Estudos e Informações, cujo objetivo era estudar o comunismo para auxiliar as forças militares na busca e no combate dos comunistas (SETEMY, 2010, 06).

A criação de Exércitos clandestinos, a sabotagem, a espionagem, o incentivo à indisciplina e insubordinação seriam estratégias dos comunistas para “desintegração das Forças Armadas”. Conforme Severino Sombra de Albuquerque (1938), a intenção do Partido Comunista era formar um Exército revolucionário composto por militares e operários. O papel dos soldados era fundamental para implantação da “ditadura comunista” no Brasil: na criação de células dos partidos e na organização dos revolucionários no interior das Forças Armadas e no treinamento dos operários em grupos de combate. Para ele, toda ação dos comunistas visava à formação de pequenos Exércitos “vermelhos”, nas Forças Armadas dos inimigos (1938, p. 147-150).

Dentro das Forças Armadas, os marinheiros foram considerados mais vulneráveis às doutrinas comunistas. A explicação para tal vulnerabilidade derivava das condições de trabalho da Marinha Brasileira, a falta de comodidade, os espaços restritos para dormir e viver, a alimentação inferior e a disciplina severa. As embarcações da marinha necessitavam de um contingente maior de operários, provenientes de centros industriais “habitados, por conseguinte, à agitação, às reclamações e as greves”. De acordo com Ministério da Marinha do Estado Novo, os comunistas exploravam todos esses elementos, procurando provocar o descontentamento e revolta entre os marinheiros, para gerar insubordinação contra os oficiais superiores (1936 Apud BIBLIOTECA MILITAR, 1938, p. 126).

Em um breviário de moral e cívica (1940), da Biblioteca Militar, Frederico Villar discorreu sobre os princípios morais necessários para carreira na Marinha Brasileira. Coragem, lealdade, zelo, sinceridade, espírito de sacrifício, decisão, iniciativa e fidelidade ao serviço foram alguns dos elementos apontados como necessários a todos oficiais na condução de seus subordinados. Na descrição do item espírito de sacrifício, Villar (1940) afirmou em relação aos oficiais, que seu recrutamento para a Marinha não era uma conscrição, por isso os indivíduos ao escolherem tal profissão já iniciaram renunciando aos confortos, os prazeres da vida em terra, as possibilidades de fortuna e as aspirações políticas. No termo fidelidade ao serviço, enfatizou-se a necessidade de obediência e de disciplina no interior da Marinha Brasileira, desse modo, aos marinheiros caberia o apoio à autoridade legal e obediência aos seus superiores e defesa da ordem (p. 43-50).

Na concepção dos livros da linha editorial da Biblioteca Militar, o dever com a instituição militar estava acima de todas as dificuldades da profissão: a remuneração inadequada, o afastamento da família, a condições indignas de trabalho, a disciplina severa, etc. As narrativas biográficas da editora procuraram ressaltar, nas trajetórias dos heróis do Exército, as suas condutas legalistas. Em diversas passagens das obras, os biógrafos enfatizam

as escolhas dos heróis de manterem-se leais ao Exército e aos interesses nacionais. A mesma noção do cumprimento das obrigações militares está presente na obra de Valentim Benício da Silva, sobre Antônio João Ribeiro:

São 23 anos de vida militar agitada, ardorosa, entusiástica, assinalada por comissões de destaque naquele meio semeados de aventuras, balizada por atos de decisão e civismo, terminados em um gesto de bravura e renúncia inigualáveis. Como consequência lógica á ainda ele quem oferece generosamente o seu sangue e dos seus comandados para que seja escrita a mais bela página da História Militar do Brasil (Silva, 1939, p. 17).

Segundo a biografia escrita por Valentim Benício da Silva, diante da invasão da Colônia de Dourados por tropas paraguaias, Antônio João Ribeiro liderou um pequeno efetivo constituído por quinze homens. A liderança somada à proteção realizada aos civis resultou em sua morte, causada pelos batalhões inimigos. No entanto, em detrimento de tais ações, Antônio João Ribeiro foi considerado o herói de Dourados devido à apresentação de características ideais do bom soldado: a defesa dos interesses da coletividade acima dos princípios individuais, o cumprimento do dever como militar, a renúncia material e física pela profissão (remuneração insuficiente, ferimentos de guerras, perseguições políticas, etc.). A renúncia da própria vida em nome da instituição militar, do povo e do Brasil, sobretudo, na concepção de Silva (1939) fez com que Antônio João Ribeiro ficasse na mais “bela página da História Militar do Brasil”.

Nas obras de Valentim Benício da Silva, os atos heróicos descritos representavam as ações cívicas dos soldados pelo Brasil. Acima de todos os princípios políticos e partidários, os heróis de suas biografias agiam em benefício da unidade nacional e na defesa das fronteiras brasileiras contra ameaças estrangeiras. Antônio João Ribeiro foi considerado o herói morto por tropas inimigas na defesa de uma Colônia brasileira, outro defensor foi Manoel Luís Osório que, atuou na Guerra do Paraguai, mesmo ferido no maxilar, voltou ao conflito, “em nome da defesa do Brasil” e Luis Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias, por sua vez, foi representando como o militar pacificador das revoltas regenciais (1831-1840), que manteve a integridade do território brasileiro. Nas narrativas biográficas, as condutas legalistas de Osório e Caxias foram ressaltadas, os personagens foram representados, em diversos momentos de suas trajetórias, como possuidores de convicções políticas contrárias aos seus líderes civis e militares, mas nunca cometendo atos de insubordinação e de indisciplina.

Nas biografias de Valentim Benício da Silva e no breviário moral escrito por Frederico Villar (1940), as características militares valorizadas são as mesmas: lealdade, renúncia, espírito de sacrifício e obediência. Para Villar (Op. Cit., p. 43), os sacrifícios em nome da profissão eram necessários, em circunstâncias extremas, os militares devem sacrificar até suas próprias vidas para a defesa da Pátria Equivalente a tal afirmação, Valentim Benício da Silva discorreu sobre a morte de Antônio João Ribeiro na Colônia de Dourados, considerando um exemplo de renúncia e sacrifício pela profissão. Em outra parte da sua obra, Villar enfatizou que todos os marinheiros devem obediência à Marinha Nacional e aos interesses da defesa nacional brasileira (VILLAR, Op. cit., p. 50). De modo análogo, as biografias de Valentim Benício da Silva ressaltam nas trajetórias dos heróis, seus gestos legalistas, suas condutas disciplinadas e suas atitudes respeitadas em relação aos seus superiores hierárquicos³⁵. Ambos os autores, através de suas obras, idealizavam um modelo de bom soldado e as condutas corretas no interior das Forças Armadas no Estado Novo.

Em oposição a todas as características dos heróis militares, os intitulados comunistas foram conceituados de forma pejorativa nos textos de Valentim Benício da Silva. As ações dos revoltosos de 1935 foram definidas como uma vergonha para a História do Exército Brasileiro, uma tamanha covardia, uma requisitada infâmia e um golpe traiçoeiro. Para o autor, havia a necessidade de repressão aos comunistas, somente assim a ameaça deles às Forças Armadas e ao Brasil poderia ser controlada: “os nossos quartéis serão escolas e fortalezas e não vulcões traiçoeiros, prestes a arremessar lavas, que se chamam covardia, assassinato, roubo, heresia, violação, barbárie”. O comunismo era considerado como opositor aos santuários da sociedade (família e religião), uma vez que trazia a possibilidade de desintegração para as Forças Armadas e para o Brasil. Os comunistas foram acusados de querer transformar o Brasil em um quartel para os soldados de Moscou (SILVA, 1936, Apud BIBLIOTECA MILITAR, 1938, p. 199).

No livro “Em Guarda, Contra o Comunismo” (1938), Getúlio Vargas (1936) acusou os comunistas, de atos de violência, traições, assassinatos impiedosos de companheiros confiantes e adormecidos. Para alcançar seus alvos políticos utilizaram “A dissimulação, a mentira, a felonía” como armas (VARGAS, Op. Cit. p. 08). Moniz (1938) e Souza (1935), desprezaram os militares comunistas, respectivamente como: “Inimigos, desleais e covardes, que por objetivos não escolhem processo de agir” (MONIZ, 1938, p. 71). Todos os membros

³⁵ O próprio Valentim Benício da Silva enfatizou seu compromisso como militar: “A única instituição estou filiado- o Exército, que me instruiu que me educou que me prende por deveres, obrigações e compromissos” (1939, p. 06).

do Partido Comunistas foram considerados como traidores da Pátria, suas lealdades estavam comprometidas com o governo da União Soviética (SOUZA, Op. Cit. p. 141).

Nas obras da linha editorial da Biblioteca Militar, especialmente no livro “Em Guarda, Contra o Comunismo”, houve uma recorrência quanto à caracterização dos militares como sendo corajosos, bravos, leais e cumpridores dos deveres, e dos militares revolucionários como traidores, covardes, assassinos, dissimulados, indisciplinados. Além disso, é possível perceber uma preocupação dos autores, em seus relatos, que se mostram temerosos quanto à infiltração dos elementos comunistas no interior das Forças Armadas. Eles atribuem aos agentes soviéticos uma tentativa de golpe, cujo início aconteceria no interior das classes armadas brasileiras, visando à desestabilização do governo de Getúlio Vargas. Os rebeldes castrenses foram denominados como traidores das Forças Armadas e do Brasil. Deve-se a isso, pela deslealdade desses para com seus colegas, pela dissimulação por meio de adoção de táticas de espionagens, pela infiltração nas classes armadas e pela indisciplina. No entendimento dos autores, tais comportamentos acarretavam rebeliões que visavam, sobretudo, aos interesses individuais, contrários aos princípios coletivos.

O culto às vítimas que lutaram contra as ações da Aliança Nacional Libertadora foi outra maneira de desqualificar o comunismo. No livro, “Guarda Contra o Comunismo”, reproduziram-se os artigos que foram publicados em jornais e relatórios de lideranças militares em homenagem às Romarias Cívicas no Cemitério São Batista, cerimônias destinadas às “vítimas” das ações de novembro de 1935. Nos relatos existia toda uma comoção, uma narrativa que enfatizava a tristeza e o luto pela morte de tais militares, o sofrimento dos familiares e um ressentimento em relação aos “assassinos”, “Com as famílias dos nossos companheiros que tombaram no cumprimento do dever estão de luto as glórias do Exército brasileiro” (SILVA, op. cit., p. 199). Os comunistas foram descritos como homens que negam Deus, traidores da pátria e assassinos de seus irmãos, inocentes, em benefício de uma tutela estranha (CAVALCANTI, 1937 apud BIBLIOTECA MILITAR, 1938, p. 214).

Os militares insurgentes foram associados aos homens que pertenciam a sociedades consideradas primitivas, sem leis, anárquicas no sentido da inexistência de qualquer forma de autoridade política ou governo, violentas. Deve-se a isso, uma vez que se entendia que a adesão ao comunismo representava retorno ao primitivismo, às formas elementares de organização social, ao aniquilamento de todas as conquistas da civilização ocidental e o império dos instintos baixos e das ínfimas paixões da humanidade (VARGAS, Op. Cit., p.

07). No artigo “Em Guarda”, Bastos Tigre³⁶ discorre sobre as ações dos comunistas em 1935, que envolvia torturas morais aos reféns, assassinatos, traições, delações, calúnias, incêndios, explosões, privações de água e alimento, torturas e estupro. “Nunca na História, mesmo nas invasões bárbaras, tempos de selvageria primitiva, ocorreu exemplos de tamanha cruzeza e bestialidade” (1937 Apud BIBLIOTECA MILITAR, 1938, p. 227).

Os militares “legalistas” foram concebidos como defensores das vidas dos brasileiros e das organizações políticas, exemplos de civismo e amor ao Brasil, mártires da Pátria, haja vista que as mortes desses foram consequência do cumprimento dos seus deveres como militares. Em uma matéria da “Defesa Nacional”, publicada em 1945, foi apresentado um relato da cerimônia cívica em homenagem às vítimas de 1935, no cemitério São Batista, no Rio de Janeiro. Os soldados mortos foram descritos como indivíduos que sacrificaram a vida em defesa das principais instituições da sociedade (a Igreja, o Estado e a família brasileira) em oposição aos comunistas considerados traidores de tais instituições.

As narrativas dividiam binariamente as ações dos soldados legalistas e insubordinados de 1935, em opostos: civilizados versus primitivos, heróis versus inimigos, mártires versus assassinos, patriotas versus traidores, etc. Os primeiros realizaram atos heróicos, compreendidos como discípulos dos exemplos de Manoel Luís Osório, de Luís Alves Lima e Silva, o Duque de Caxias e dos demais generais do Exército Brasileiro (DIÁRIO CARIOCA, Op. Cit., p. 210), todos aqueles que agiam em defesa dos princípios coletivos e dos pilares da sociedade ocidental (a família, religião e a Pátria) e possuíam as mais nobres qualidades que um militares poderia ter: coragem, honradez, disciplina e obediência, respeitosos das hierarquias militares, etc. Os comunistas foram descritos cedendo aos seus instintos mais primitivos, denominados como “assassinos frios, dissimulados, violentos e covardes”, traidores da pátria a serviço de Moscou, individualistas, em nome de princípios particulares traíram seus juramentos profissionais.

As denominações utilizadas nas biografias e na historiografia são importantes meios para analisar como os militares concebiam as suas funções na sociedade. Para Reinhart Koselleck (2006), as denominações que os indivíduos usam nas suas vidas cotidianas expressam as suas identidades e as suas relações com outras pessoas, algumas palavras expressam reconhecimento mútuo, outros significados depreciativos e provocam o não reconhecimento. Os militares legalistas de 1935 foram intitulados como patrícios e camaradas, eles eram continuadores das grandes ações dos heróis do passado do Exército

³⁶ Manuel Bastos Tigre era engenheiro, jornalista, escritor, poeta e foi o primeiro bibliotecário do Museu Nacional (MENESES, 1978, p. 803).

Brasileiro. Os membros da Aliança Nacional Libertadora foram tratados como inimigos, estranhos, os outros. Assim heróis e não heróis descritos dentro das narrativas biográficas de Valentim Benício da Silva e da historiografia da linha editorial da Biblioteca Militar, representavam concepções identitárias dos militares na sociedade. A classificação das ações desses como corretas e erradas dentro da corporação castrense serviu para dividir binariamente os personagens históricos, entre os bons e os maus soldados.

Os heróis deveriam ser copiados como modelos de virtudes, ao contrário dos traidores que recebiam como punição, a expulsão do Exército. Dentro dessa perspectiva não existe a possibilidade de analisar a rememoração do herói sem compreender as concepções não heróicas, ambas estavam interligadas na formação de identidades dos soldados. Como afirma Koselleck, os conceitos indicam, criam e caracterizam unidades de ações, assim os conceitos utilizados por grupos representam comportamentos sociais, não apenas elementos lingüísticos e textuais (KOSELLECK, Op. Cit., p. 193).

A imagem do herói legalista exemplificava que o bom soldado era o indivíduo que respeitava as ordens dos superiores, que não utilizava o Exército como um meio político. Em contrapartida, a representação do traidor, visava demonstrar que certos comportamentos ideológicos e partidários não eram aceitáveis dentro das Forças Armadas. Os dois conceitos tinham finalidades morais e visavam construir uma identidade militar associada à legalidade e ao cumprimento do dever. As construções das figuras dos heróis e dos traidores do Exército foram estratégias políticas complementares. Enquanto a representação do comunista visava repelir certas condutas ideológicas dentro do Exército. A imagem do herói representava o altruísmo e o sacrifício do indivíduo pela pátria e pelo Exército, um modelo de identificação e de contemplação. Portanto, os conceitos dos heróis e dos traidores demonstravam a concepção do soldado tida como ideal dentro do Exército e a tentativa de formação de uma identidade militar no Estado Novo.

Ao mesmo tempo, no Estado Novo, o culto das vítimas dos levantes da Aliança Nacional Libertadora permitiu criar dentro das Forças Armadas um clima de solidariedade. A idéia de um inimigo comum e a necessidade de honrar os soldados que morreram em prol dessa missão permitiu a união entre os militares (COELHO, 1976, p. 76). Os textos ressaltaram a união das classes armadas nas homenagens aos mortos de 1935: “o Exército e a Marinha, unidos ao elemento civil visitaram os túmulos daqueles soldados” (DIÁRIO CARIOCA, 1937 Apud BIBLIOTECA MILITAR, 1938, p. 211). Em memória das “vítimas”,

o Exército afirmava uma luta sem tréguas e de morte ao comunismo ultrajante (CAVALCANTI, Op. Cit., p. 215)³⁷.

No relatório do Ministro da Guerra de 1937, Eurico Gaspar Dutra afirmava que a instituição castrense tinha que ser a guardiã da unidade federativa, da ordem, do progresso e da soberania nacional. Em outra parte do documento ministerial, ele mencionou a necessidade do Exército ser equipado para momentos que a razão deve ser imposta pelas armas (DUTRA, passim 03-18). No relatório do ano seguinte, Dutra reafirmou essa idéia ao mencionar que o governo sempre deve contar com apoio do Exército, sobretudo, quando há elementos nocivos ameaçam subverter a ordem e a integridade da pátria. Todavia, ressalva-se que não poderia ser qualquer soldado para liderar uma intervenção no governo. Eurico Dutra em outro documento ministerial afirma que, somente a alta hierarquia do Exército e o Ministério da Guerra poderiam intervir na política quando necessário (DUTRA, 1938, p.08).

Conforme Ronaldo Queiroz Morais (2003, p. 16), depois dos acontecimentos de 1935, o militar brasileiro agregou em seu universo profissional a doutrina anticomunista. Dentro da instituição castrense, o anticomunismo militar serviu “como combustível da máquina institucional garantindo a coesão militar nos quartéis e consolidando politicamente, para a sociedade civil, o Exército como o único baluarte contra o perigo vermelho”. Segundo o autor, os ritos no Cemitério São João Batista, em memória das “vítimas” do comunismo, contribuíram para a criação de uma imagem de um inimigo monstruoso. Ao mesmo tempo, tais práticas de significados anticomunistas serviram para reforçar a necessidade de prontidão das tropas contra uma possível intervenção externa (MORAIS, passim 20-26)³⁸.

2.3- “O Dever Militar”: formação dos soldados, disciplinas e hierarquias no interior do Exército

Antes de 1935, havia pelos militares da alta cúpula, a defesa de uma formação ideológica contrária ao comunismo dentro as Academias militares brasileiras, que visava

³⁷ No livro, consta como uma oração pronunciada pelo general Newton Cavalcanti em 1937, na Romaria Cívica que posteriormente foi impressa por ordem do Ministério da Guerra, o autor escreveu em nome do Exército, como um porta-voz. Na obra, muitos textos não possuem autoria foram atribuídos a editoriais de jornais e relatórios ministeriais, outros não possuem data. Podemos considerar o livro uma obra de compilação, de reunião de textos contrários ao comunismo e convergentes com posições políticas da comissão editorial da Biblioteca Militar e das altas lideranças militares.

³⁸ Segundo Morais (2013, 26): “No Estado Novo, o anticomunismo militar passou efetivamente à fase doutrinária, momento em que se utilizou de mecanismo de agenciamento institucional, buscando expressar a absoluta incompatibilidade do comunismo com a condição militar”.

construir uma “política social de um Exército moderno cujos chefes tenham uma noção, pequena que seja de suas responsabilidades para com a Pátria” (ALBUQUERQUE, 1934, Apud 1938, p. 150). No livro “Em Guarda Contra o Comunismo”, Severino Sombra de Albuquerque defendia um plano geral de educação patriótica e uma contra-ofensiva ao comunismo que atingisse os militares de todas as funções, para criar dentro do Exército “uma forte consciência coletiva perfeitamente homogênea”. O texto escrito por Albuquerque possuía uma narrativa preocupada com a crescente influência comunista dentro das Forças Armadas Brasileiras, mesmo sendo anterior aos acontecimentos de 1935. Para autor, a preparação ideológica dos quadros deveria ser realizada nas escolas militares, por meio de cadeiras “criadas nos respectivos cursos e entregues a elementos de absoluta confiança” (op. cit., p. 152).

Conforme Albuquerque (1934), a preparação ideológica implicava de um trabalho permanente para formação de uma mentalidade nacionalista bastante forte, para tornar os cadetes uma força de reação nacional contra a revolução internacionalista marxista. O militar propõe à implantação da cadeira de “Noções de Economia Social” nas Escolas dos Serviços e nos Cursos de Sargento, cujo principal objetivo era ministrar aulas sobre questões sociais e ao mesmo tempo realizar uma crítica às teorias marxistas. As outras cadeiras propostas pelo autor foram “uma sociologia geral e outra da análise da formação e evolução das vidas sociais do Brasil” e um curso de conferências realizadas “pelas mais notáveis figuras” que adotaram “um ponto de vista antimarxista”. (ALBUQUERQUE, op. cit., p. 154-155). Em 1934, Albuquerque conseguiu aprovar o ensino de sociologia, junto ao então chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, nas escolas militares brasileiras. Posteriormente, tornou-se o primeiro professor de sociologia no curso de candidatos à Escola do Estado- Maior do Exército³⁹.

A formação anticomunista dos soldados das academias militares e os ritos dentro do Cemitério São João Batista foram elementos importantes na constituição de uma coesão interna dentro das Forças Armadas, de uma unidade das corporações armadas em prol da luta contra um inimigo externo. A difusão de obras pela linha editorial da Biblioteca Militar estava relacionada ao aumento das preocupações das altas hierarquias castrenses, à formação dos soldados no Estado Novo e à influência do comunismo nas instituições militares. Albuquerque, em 1934, já defendia a necessidade de controle das obras presentes nas

³⁹ Biografia consta no site do Centro de Processamentos de Documentos (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no verbete Severino Sombra de Albuquerque. Disponível:< <http://cpdoc.fgv.br/> >. Acesso em: 01 out. de 2014.

Bibliotecas dos corpos e estabelecimentos militares, “livros nelas existentes e que combatem a própria existência do Exército” e da criação de um plano de compras de obras de interesses militares (op. cit., 156).

Severino Sombra de Albuquerque e Valentim Benício da Silva fizeram parte da primeira comissão da editora do Exército. No decreto de fundação, mencionou-se sobre a finalidade da Biblioteca Militar, ou seja, a divulgação dos ensinamentos para aperfeiçoamento moral, cívico e profissional dos soldados brasileiros. Para tanto, a editora do Exército poderia realizar a distribuição de obras gratuitas aos corpos militares e aos estabelecimentos militares (VARGAS, op. cit., p 01). O regulamento da editora, categoricamente afirmou que “não poderiam ser aceitas obras contrárias à moral, à Pátria e suas glórias, às instituições militares, de caráter subversivo nem de propaganda política” (DUTRA, 1937 Apud 1938, p. 03).

A linha editorial da Biblioteca Militar divulgou obras de interesses militares com finalidades educativas e moralizantes. Dentro da historiografia produzida por tal editora, os conceitos de heróis e traidores orientavam moralmente os soldados do Estado Novo, sendo exemplos de condutas corretas e erradas dentro das Forças Armadas. Os cultos no cemitério a São João Batista e às obras anticomunistas contribuíram para a constituição de uma unidade interna no interior do Exército. Mas o anticomunismo não foi o único fator que contribuiu para a coesão da corporação na década de 1930. Outros elementos foram importantes como a formação ideológica dos soldados dentro das Academias militares brasileiras e a rememoração do passado da instituição.

A Biblioteca Militar contribuiu, através de suas obras biográficas, na constituição de uma identidade militar, associada ao profissionalismo, ao não envolvimento partidário e à subordinação aos desígnios das altas hierarquias. No Estado Novo, o anticomunismo, a luta contra um inimigo externo e o reforço das características legalistas dos heróis militares foram elementos importantes na constituição identitária do militar brasileiro. Assim, para ser considerado o bom soldado, este deveria atuar contra o comunismo, uma vez que era entendido como uma ameaça à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, cumprir seus deveres como militares acima de quaisquer princípios individuais e partidários. Desse modo, realizava-se a “política da corporação e não a política na corporação”, para Pedro Góes Monteiro.

Na década de 1930, no interior do Exército, ocorreu um esforço da alta cúpula militar em defender esses modelos morais para as hierarquias inferiores da instituição, numa tentativa de formação de uma identidade, do alto para baixo escalão. No período, as revistas “Nação Armada” e “A Defesa Nacional” possuíam diversos artigos sobre o papel do oficial como

instrutor das tropas, o Exército, a disciplina militar e os deveres dos soldados, em que seus autores demonstravam uma preocupação com ordem interna e o fortalecimento das hierarquias no interior das Forças Armadas. Segundo o tenente Irineu Tortori, a disciplina que preparava o soldado para o cumprimento do dever militar, sem ela não seria possível à formação da “força de espírito” e o “preparo moral” das tropas, qualidades necessárias para aguentar os sacrifícios da profissão. O bom soldado era o indivíduo que reunia em si as características físicas e morais, como cuidado com o corpo, o espírito de renúncia da vida, a disciplina e força de vontade para o cumprimento das obrigações como militares, na defesa da nação brasileira em períodos pacíficos ou belicosos. Da mesma forma que os autores da Biblioteca Militar, Tortori descreveu os heróis como modelos das virtudes ideais: “exemplos palpitantes do dever militar cumprido [...] que dignificaram qualquer Nação e que podem encher de justo orgulho, por haveremos descendido de valentes soldados” (1942, p. 73-74).

Para o major Lyra Tavares, os soldados possuíam responsabilidades maiores que os cidadãos comuns, devido às suas atribuições dentro da sociedade como, por exemplo, a defesa do Estado e da população brasileira. Segundo Tavares, haja vista que a profissão militar não visava às compensações materiais, a conduta dos soldados deveria ser traçada “pelo sentimento do dever [...] a nota principal de sua personalidade [...] dentro de uma disciplina austera [...] educado na escola do dever, que constitui um verdadeiro catecismo” (1942, passim 363-371). Nesse sentido, Tavares afirmava a necessidade, dentro da carreira militar, de sacrifícios e de qualidades essenciais como audácia, bravura, abnegação, espírito de sacrifício e desprendimento, atributos morais que não eram assimilados somente com disciplina dentro dos quartéis.

Em consonância com as representações apresentadas por Tortori (1942), o major Lyra Tavares acreditava que a história militar poderia contribuir na formação dos soldados, através dos exemplos dos grandes homens. Para Lyra, era possível aprender por intermédio das narrativas heroicas, contemplando e reproduzindo os feitos dos grandes homens. Os heróis eram as sínteses das virtudes castrenses fundamentais, símbolos a cultuar no interior do Exército e modelos morais para os soldados: o “heroico era para o cumprimento do dever militar, o mesmo que os santos eram para as religiões” (Defesa Nacional, set., 1942, passim 363-371).

Ao mesmo tempo, Lyra Tavares reforçava a necessidade da educação dos subordinados, pelos chefes através do exemplo moral, porque “não bastava criar uma mística do Dever militar, ligando entre si, os homens de diferentes épocas, dentro de uma mesma formação”. A reprodução das virtudes heroicas deveria começar pelo alto oficialato do

Exército, que cobraria dos seus subordinados a mesma conduta no interior das Forças Armadas (TAVARES, Op. Cit., p. 365). No artigo “Oficial em sua dupla missão de instrutor e disciplinador” (1938), de Onofre Gomez Muniz, definiu-se o oficialato, parte integrante do corpo dos chefes militares, como a verdadeira nobiliarquia da sociedade moderna, que sustenta as tradições nacionais. Desse modo, as principais finalidades dos oficiais consideradas foram a de instruir e a de disciplinar as tropas, ações necessárias para criar no interior do Exército, uma doutrina única, uma prática e um método uniforme: “a que todos se subordinam integralmente”. Para Muniz (1938), as qualidades dos oficiais como disciplinadores eram ser: diligente no cumprimento do dever, respeitoso aos superiores, inteiramente devotado à profissão e tolerante com os subordinados (p. 395-400).

Dentro do Exército, os soldados aprenderiam o respeito às hierarquias e à ordem social em benefício da coletividade. Umberto Peregrino (1938), por exemplo, considerou o Exército uma força disciplinadora da sociedade, responsável pela formação de milhares de brasileiros que ingressavam aos quartéis e retornavam modificados para a sociedade. No seu entendimento, recrutamento militar transforma os homens, antes submetidos aos vícios, em bons cidadãos, conscientes dos seus deveres e direitos sociais, perfeitamente integrados na sociedade, como “peças harmoniosas”. As severidades, os rigores e as durezas do regime militar possibilitam homens fracos assimilar o espírito de sacrifício pela pátria e a submissão às decisões dos seus superiores (1938, p. 583-585). A disciplina seria, portanto, a subordinação a um conjunto de leis e regulamentos, necessários para existência do respeito mútuo na sociedade e para o desenvolvimento do progresso.

Em consonância ao entendimento de Peregrino, o capitão Waldemar Turola (1942) escreveu sobre a importância do Exército na construção da “ordem” social brasileira:

Em tempos passados a caserna era considerada como o espantalho com que se acenava como corretivo ao moço insubordinado e cheio de vícios. Hoje a caserna tornou-se uma escola de cultura intelectual e física, onde além do físico se aprimora a polidez, o patriotismo e a disciplina [...] Ao ingressardes no Exército encontraste novamente a disciplina e aqui em nosso meio, ela é mais necessária do que nunca. E porque? Porque sendo aqui uma reunião de homens, sem disciplina não haveria proteção para o fraco, garantia para os que não têm postos, vigilância para os subordinados, E podeis acreditar, num quartel onde não há disciplina, quem mais se lamenta é justamente o soldado, pois a força superará o lugar da justiça e o capricho gerará desordens e iniquidades (Nação Armada, n. 38, jan. 1942, p. 68).

Em outras palavras, para Turola o Exército atuava como uma instituição de ensino, cuja responsabilidade era de educar parte da sociedade brasileira que ingressam-no, seja no âmbito cultural/social, seja no âmbito físico/profissional, por meio da disciplina. Desse modo,

o recrutamento militar foi considerado uma força disciplinadora que, no âmbito social, transforma homens em cidadãos conscientes de seus deveres, úteis à sociedade, uma vez que os faz trabalhadores e defensores dos valores patrióticos.

Do mesmo modo, o coronel Felício Lima (1942), acreditava que a obediência e a subordinação eram as bases da disciplina nas Forças Armadas. Para o autor, em benefício da corporação, os soldados deveriam ser disciplinados, porque pela disciplina os subordinados submetem-se dignamente aos seus superiores, “tendo em vista os interesses da pátria”, aprendendo colocar os valores coletivos acima dos princípios individuais (1942, p. 139-140). Na concepção de Lima (1942), a estrutura hierárquica do Exército começava no comando de um chefe disciplinado e preparado tecnicamente, suas ordens deveriam ser cumpridas sem hesitação. Em consonância, o ministro Eurico Gaspar Dutra (1937) afirmava que o comando das Forças Armadas iniciava pelos desígnios das lideranças militares, que eram os chefes do Exército, da Marinha e os ministros militares.

A produção historiográfica militar reforçava na exemplaridade dos heróis, o cumprimento dos deveres militares e a subordinação aos desígnios das altas lideranças. Para Felício Lima, a história militar estava repleta de exemplos de exércitos vitoriosos, que possuíam um contingente disciplinado, subordinado e organizado. Entretanto, conforme Lima, a disciplina dos soldados estava atrelada a algo maior, ao sentimento nacional que constituía: “a gênese da subordinação do indivíduo ao grupo, gerando dela a obediência ao Estado” (Op. Cit., p.144). A identidade militar nesse período estava atrelada à noção que os soldados deveriam ser subordinados aos interesses políticos do Estado, obedientes aos desígnios do governo de Getúlio Vargas, portanto a hierarquia militar terminava no presidente. No capítulo seguinte pretendo discutir essas narrativas sobre os militares e a defesa da nação.

3- A HISTÓRIA MILITAR E A FUNÇÃO DO EXÉRCITO NA CONSTITUIÇÃO DA “BRASILIDADE”

3.1- “Que não nos venham perturbar a existência pacífica ódios exóticos, doutrinas que não encontram guarida em nosso meio”: conceito de pátria, nação, Estado e a unidade nacional

No período entre 1939 a 1944, as revistas militares “Nação Armada” e a “Defesa Nacional” publicaram diversos artigos sobre o nacionalismo, o patriotismo, a brasilidade e a nacionalidade. A imprensa militar e os livros da linha editorial da Biblioteca Militar possuíam a preocupação com o papel das Forças Armadas, especialmente do Exército, na formação histórica do Brasil. O passado castrense era rememorado, como um exemplo dos sacrifícios dos soldados brasileiros, dos seus sentimentos “patrióticos e nacionalistas”, em prol da constituição de um Estado nacional⁴⁰. Tanto os livros e os artigos escritos por militares ou simpatizantes da instituição castrense eram narrativas sobre as origens da formação do Brasil, ou seja, uma série de histórias, eventos históricos, cenários e símbolos ou rituais nacionais que visavam construir discursos sobre o sentido da nação. Segundo Stuart Hall (2014, p. 30-31), a nação não é apenas uma entidade política, mas sistemas de representações culturais que influenciam e organizam as ações humanas, construindo identificações, sentimentos de identidades e de lealdades. Na constituição das identidades nacionais, as narrativas possuem a finalidade de conectar as “vidas cotidianas com um destino nacional”, com um passado preexistente à contemporaneidade dos cidadãos de uma nação.

No Estado Novo, os intelectuais defensores de Vargas discorriam sobre as questões nacionais e a formação de uma identidade para os brasileiros. Segundo Mônica Velloso (1987,

⁴⁰ Alguns títulos dos artigos da revista Nação Armada são sugestivos sobre a temática: “Exército é a Nação” (1939), “A obra nacionalizadora do Estado Novo” (1940), “Exército na formação da nacionalidade” (1940), “O Exército Brasileiro”, “Culto à nacionalidade” (1940), “Como deve ser comemorado o dia do soldado” (1941), “Brasilidade” (1941), “O papel social do Exército” (1941), “Nacionalismo versus Imperialismo”, “Exército e a educação nacional” (1940), “Glória a ti soldado do Brasil” (1940), “O preparo moral e cívico da Nação” (1941), “Quatro exemplos heroicos de soldados sem par” (1941), “Soldado na História do Brasil” (1941), “A Pátria é uma imensa caserna” (1942), “Forças Armadas ao Chefe do Governo” (1942), “Fundamentos históricos do nosso nacionalismo” (1942), “O Exército nacional e o seu chefe” (1942), “Ação nacionalizadora do Exército nas fronteiras” (1942), “Considerações sobre o patriotismo” (1944).

p. 44), os ideólogos do Estado buscavam mostrar que o regime varguista não era um produto de uma conjuntura política, mas de uma sólida base cultural. Para a autora, a valorização de uma suposta cultura nacional consagrou a tradição, os símbolos e os heróis nacionais, como elementos da “brasilidade” (1987, p.44). Da mesma forma, a produção historiográfica do Exército procurava na história elementos que demonstrassem a contribuição das Forças Armadas para constituição da nacionalidade. Nesse sentido, o capítulo tem duas propostas. Primeiramente analisar os conceitos sobre nação, pátria e brasilidade presentes “o topos” da historiografia militar⁴¹. Em um segundo momento, discorrer sobre o lugar ocupado pelas Forças Armadas na formação da “nacionalidade”, no passado, no presente e no futuro da nação, a partir das narrativas históricas da Biblioteca Militar e nas Revistas Militares.

No Brasil, a forma predominante de nacionalismo era oriunda do romantismo alemão, do século XIX. Segundo Rodrigo Pá Motta (2002, p. 49), em tal visão, a nação era concebida como um conjunto orgânico, “unidade superior a qualquer conflito social” formado pelo território, o povo brasileiro e o Estado (o governo). Para o autor, esse nacionalismo defendia a ordem, a tradição, a integração e a centralização contra agentes da desordem. A nação, como uma e indivisa, não deveria ser jamais dividida, por isso todos os elementos contrários à unidade eram ameaças que deveriam ser combatidas. Na esteira dessa definição de nação, Valentim Benício da Silva acreditava na necessidade da ordem, “sem ordem é impraticável qualquer empreendimento”, “a ação coordenada vence objetivos” dentro dos indivíduos, das famílias e na família, gerando a “ordem na própria nação”. A perspectiva de Silva coincide com a descrição de Motta. Para existir a nação eram necessários a unidade individual, familiar e social, contra todas as possíveis divisões de doutrinas consideradas exóticas, como liberalismo e o comunismo ou até mesmo aspirações regionalistas (1940, p.41).

Os conceitos de pátria e nação estavam atrelados às noções de união, ordem e integração. Exemplo disso foram as conceituações presentes nas revistas militares. Em um artigo da “A Defesa Nacional”, Getúlio Vargas definiu a pátria como uma comunidade de laços afetivos e interesses econômicos, que deveria representar as mais altas virtudes e energias criadoras do povo (1937, n. 298, p. 23). No editorial da mesma revista, dedicado à mocidade militar, a pátria não seria apenas a comunhão da lei, da língua, da liberdade e das tradições, mas teria uma alma e um princípio espiritual. A alma nacional estaria nas heranças e nas recordações do passado, o princípio espiritual encontrava-se no presente e no futuro, no dever de permanecer juntos e continuar o legado recebido. No texto, o autor anônimo

⁴¹Segundo Valdeci Lopes Araújo (2011, p.133-134), topos na concepção de Koselleck é forma que os conteúdos ou as experiências podem ser articulados, em um espaço ou lugar predefinido.

diferenciava pátria de nação. A primeira consistiria em integração das forças, vontades individuais e morais. A segunda corresponderia a uma grande solidariedade, constituída pela soma de sacrifícios em benefício da unidade (A DEFESA NACIONAL, 1938, p.03). Os conceitos de nação e pátria reforçavam a necessidade da unidade, no sentido do esforço coletivo em manter a coesão nacional, em prol do bem comum, de toda a população brasileira. Todo elemento contrário à integração do Brasil seria uma ameaça à nação e deveria ser contido. Assim, no governo Vargas, não foram somente os comunistas considerados perigosos, mas imigrantes, liberais, regionalistas. Tornou-se premente que o governo deveria eliminar todas as forças desagregadoras e “afastar todos os indivíduos ou grupos que trabalham por conta de interesses alheios ou ideias exóticas” (VARGAS, 1938, p.591).

O período do Estado Novo foi, segundo Celso Castro (2002, p. 50), marcado por tendências contrárias ao liberalismo político e à democracia representativa, com ascensão de regimes e ideologias autoritárias de esquerdas e direitas, tanto internacionalmente (nazismo, fascismo, franquismo e regime soviético) e nacionalmente (o governo de Vargas, integralismo e o comunismo). No segundo capítulo procurei demonstrar a união de parte da sociedade brasileira, incluindo liberais, católicos, integralistas no combate do comunismo dentro do Exército. O anticomunismo no Brasil reuniu uma série de atores políticos, militares, religiosos e o próprio governo em torno da necessidade de eliminar um inimigo comum, que poderia desintegrar a nação. Para tais indivíduos civis e militares, o comunismo era um elemento contrário ao nacionalismo brasileiro, uma doutrina exótica que, semelhante ao liberalismo, desconhecia a realidade do Brasil. Desse modo, os governos comunistas e liberais estavam fadados a falhar no Brasil, porque não condiziam com as características e as identidades dos brasileiros.

Conforme Motta (2002, p. 52), dentro da concepção organicista, da manutenção da integridade nacional, os comunistas incentivavam a divisão do país, “ao enfatizarem as lutas opondo os grupos sociais”. Eles eram considerados inimigos nacionais, agentes da desordem, estrangeiros que ameaçavam a unidade brasileira. Para o autor, parte das críticas provinha do discurso internacionalista do comunismo, “A ideia era que os trabalhadores não tinham pátria, seu destino seria revolucionar o mundo e instaurar uma ordem mundial baseada na fraternidade universal”. Nesse sentido, os comunistas eram considerados agentes antipatrióticos, buscavam subordinar o Brasil a uma potência estrangeira, a União Soviética. Em sincronia com tal concepção, no livro “Em Guarda, Contra o Comunismo”, de 1938, Carlos Maul compreendia que o nacionalismo era o adversário mais perigoso do marxismo. O autor acreditava que os comunistas procuravam captar adeptos em países novos, cuja

população não possuía um profundo sentimento de nacionalidade. Eles procuravam infiltrar-se no Brasil por meio das artes, na política para difundir o bolchevismo:

Acontece ainda que essas modalidades de desnacionalização proporcionam nesta altura, ótimos recursos ao bolchevismo. Enquanto discutimos [...] ridículos preconceitos de origem, enquanto a ideia de pátria é relegada para um plano inferior, os apóstolos vermelhos tornam posição para ofensiva [...] desfraldam bandeiras de todos os matizes seduzindo os inexperientes. Lançam o modernismo na arte e na literatura, difundem escriptos pornographicos, acanalham as figuras veneráveis que nos legaram lições de nobreza e desprendimento, illudem, mentem, falseiam a verdade, para um dia, sobre o cadáver de uma nação estabelecer um império de uma horda que da Rússia aspira avassalar o mundo (MAUL 1936 Apud BIBLIOTECA MILITAR 1938, passim 85-97).

Os comunistas eram considerados forças desnacionalizadoras. Na perspectiva de Carlos Maul, tais indivíduos poderiam criar no território brasileiro diversas comunidades que eram pequenas pátrias, que ameaçam a unidade nacional. O Brasil poderia sofrer o risco de tornar-se uma nação multipartida, com pedaços pertencentes a outros povos, “o que significa que não seremos nunca nem brasileiros, nem estrangeiros, mas um acampamento”. Para o autor os bolcheviques russos aproveitavam das divisões internas para submeter a nação brasileira a uma potência exótica. Eles adentrariam nos países, para desencadear a inquietação e motins internos. Conforme Maul, os brasileiros deveriam ser educados dentro do patriotismo, admirando os heróis nacionais, as individualidades condutoras e o regime político responsável por promover a igualdade e riqueza da nação. O conceito de Estado defendido por Maul era um governo forte e centralizado, capaz de unir todos os elementos da nacionalidade, portanto, necessário submeter todos os grupos a um projeto nacional único, subordinar todas as realidades estrangeiras presentes no Brasil (MAUL, loc. cit.).

A partir de 1942, os descendentes de imigrantes foram alvo de políticas nacionais e conjuntamente com os comunistas, foram considerados elementos contrários à nação. Nessa luta contra as ações consideradas antibrasileiras, os escritores militares defendiam imperiosamente a criação de uma mentalidade cívica para desenvolver o patriotismo, acabando com “enorme indiferença dos descendentes de imigrantes pelo Brasil”. Na revista “A Defesa Nacional” de 1939, o capitão Rubens Massena sugeriu integrar os núcleos de colonização estrangeira, que para o autor deveriam ser gratos ao Brasil, “por ser uma segunda pátria, que lhes deu um país, um sobrenome, um meio social, escolas, línguas e imprensas”. Massena propõe um ensino patriótico em todos os estabelecimentos escolares, associações desportivas e de radiofusão, com a criação de um programa cívico, proibindo a língua estrangeira (1939, p. 602). Para Valentim Benício da Silva, a educação cívica deveria ensinar

o conhecimento das instituições nacionais, o respeito às autoridades, a veneração dos símbolos, a admiração aos heróis, dos antepassados ilustres e da riqueza brasileira (1939, p. 18). Em consonância com a perspectiva de Silva e Massena, Somente através de tal instrução era possível tornar o homem brasileiro, “um agente da ordem, de conjugação da sociedade brasileira”, nas palavras de José Inácio Veríssimo (1942, p. 09-13).

Na modernidade, as palavras pátria, nação e Estado concebiam uma população dentro de um território habitado, contendo ou não um governo, um poder institucionalizado. Segundo Fernando Catroga (2008, p. 09), nos séculos XVII e XVIII, em alguns países da Europa, nação passou a significar uma identidade coletiva de uma população, posteriormente, uma língua ou uma etnia comum. Para Catroga, pátria significava o ato de concepção, “destino sacral, ditado pelas origens” de uma população ou Estado, que possuía uma herança dos seus antepassados que deveria ser transmitida para as futuras gerações (2008, passim 09-11). Nas revistas militares e nos livros da Biblioteca Militar, em diversas passagens os dois termos foram utilizados na qualidade de sinônimos, entretanto o conceito de nação sempre estava associado a um todo: um Estado, uma população e um território. Enquanto o de pátria remetia a uma origem ancestral, uma comunidade de pessoas de mesma ascendência, uma região ou um local de procedência dos indivíduos. Dentro de um Estado, que possuísse cidadãos imigrantes ou núcleos de colonização estrangeira, existiam diferentes sentimentos de nacionalidade ou de identificação com outras nações. Nesse sentido, como já demonstrado, os escritores militares ou simpatizantes da instituição, Carlos Maul, Azevedo Amaral, Valentim Benício da Silva, entre outros, defendiam a necessidade de eliminar tais patriotismos exóticos, através de uma educação cívica que permitisse criar um sentimento de unicidade, de pertencimento a uma única pátria: a brasileira.

O processo de “nacionalização” das colônias de imigrantes através da educação e da coesão militar era uma preocupação da produção historiográfica do Exército. O contexto da Segunda Guerra Mundial e o alinhamento do Brasil com os países aliados contrários à tríade do eixo (Alemanha, Japão e Itália) em 1942, levou ao combate das ideologias nazistas e fascistas. Antes, os principais inimigos externos do país eram os comunistas, considerados agentes infiltrados da União Soviética. Posteriormente, com a participação dos brasileiros na guerra, o conceito de traidores da nação passou a englobar os descendentes de imigrantes. Em 1942, Valentim Benício da Silva, comandante da terceira região militar visitou o município sul-rio-grandense de imigração italiana, Caxias de Sul. O jornal local publicou uma pequena reportagem sobre sua passagem na região, na qual ele fez uma declaração sobre aqueles que traíram o Brasil por quaisquer ideologias exóticas: “Os *quinta colonistas* são traidores e

devem ser exterminados com armas a nosso alcance, a bofetadas, armas e pedradas”. O discurso de Valentim Benício da Silva em uma região de imigrantes não era aleatório, ele estava recordando para a população sobre o que poderia acontecer aos simpatizantes do nazismo e do fascismo. O autor utilizou o termo “quinta coluna”, que nesse período fazia referência aos grupos clandestinos de um país ou região, que colaboravam com a invasão armada promovida por outros países (1942, p. 04).

Conforme Silva (1942), os quinto colonistas empregariam táticas covardes como sabotagens, espionagens, difamação, desmoralização dos governos e dos Exércitos. O ataque seria interno, ameaçando a unidade e a soberania de uma nação, enquanto os principais agentes marxistas estariam infiltrados nas Forças Armadas e nas instituições de ensino, escolas e universidades, como militares e docentes, principalmente nos centros urbanos. Em um texto da Nação Armada, os maiores membros da quinta coluna nazista seriam pastores evangélicos e os professores das escolas dos núcleos de colonização, de nacionalidade alemã que influenciavam “à mentalidade do colono”, com sugestões sobre o meio brasileiro e a superioridade racial dos imigrantes (1944, p. 137).

As revistas militares defendiam que contra todos os agentes promotores da desunião e da desintegração nacional era imprescindível a utilização da ação militar para submeter tais ameaças nacionais. Ao mesmo tempo, para eliminar essas ideologias consideradas perigosas, o governo deveria promover uma educação nacionalizadora. Um artigo de 1944, “A Nação Armada” traçou um panorama das políticas destinadas aos núcleos de imigração de Santa Catarina, estado da federação povoado por um grande número de estrangeiros e descendentes. As principais medidas foram na esfera educativa, com o fechamento das escolas particulares de origem alemã, a contratação de “brasileiros natos” para direção de tais instituições, ensino primário em língua portuguesa. O mesmo artigo de 1944, enfatizou reeducação sentimental das gerações de “descendência alienígena”, que foram educadas em tais instituições com perspectiva não nacionalizadora. Portanto, na concepção da revista e do próprio governo, os estabelecimentos que substituíram as escolas locais foram responsáveis pela legítima defesa do país, “reintegrando as gerações de ascendência estrangeira” dos núcleos coloniais dentro do espírito da nacionalidade brasileira (A NAÇÃO ARMADA, 1944, p. 138-140).

Aos governos republicanos foi atribuído o enfraquecimento da unidade interna e do domínio dos interesses individuais acima dos princípios mais coletivos. Conforme Adriano Codato e Walter Guandalini (2005, p.152), em um estudo sobre o periódico de defesa do Estado Novo, a “Cultura Política”, o liberalismo foi associado à incapacidade de gestão do Estado, ao desconhecimento da realidade política. As instituições liberais, incluindo o

federalismo e os partidos políticos seriam incompatíveis com o desenvolvimento do Brasil e as características dos brasileiros. Em consonância com tal compreensão, na “A Defesa Nacional”, o major Correia Lima alegava que era responsabilidade do Estado a manutenção da soberania nacional, da organização, do desenvolvimento e da orientação de todas as possibilidades materiais, morais e espirituais da coletividade. O Estado liberal falhava na tentativa de sustentar a coesão interna e enfraquecia a autodeterminação do governo representante da população, pois entregava a nação aos caprichos heterogêneos, às vaidades, às ambições e às incompetências, que geravam as divisões, multidões de sentenças prejudiciais às conveniências nacionais (1939, p.385).

Para Veríssimo, em artigo da “Nação Armada” (1942, p.09-13), a Primeira República foi mencionada enquanto um exemplo das falhas do liberalismo, os republicanos foram responsáveis em dividir o país em “vinte uns patriotismos” e “vinte e uma nações”. Outros escritores militares discorriam que o governo republicano enfraqueceu a unidade interna com “regionalismos” e “preocupações barristas” (MESQUITA, 1941, p. 05). O liberalismo dissolvia as energias, cegava os povos e paralisava as reações, no seu lugar surgiu um Brasil orgânico (GÓIS, p. 12, 1940). Assim o regime varguista venceu as extravagâncias das doutrinas democráticas e liberais e a fragmentação do Estado, com auxílio do Exército (AMARAL, 1940 p. 26-29). Azevedo de Amaral simpatizante das Forças Armadas realizou severas críticas ao liberalismo. Para o escritor, o sistema de partidos elegia indivíduos incapazes de governar, sendo muitos deles elementos perturbadores da ordem, contrários a nacionalidade. O eleitorado seria destituído da capacidade de votar/ escolher, a população através do sufrágio universal era manipulada, no campo pelo coronelismo, na cidade por políticos demagogos. Azevedo de Amaral acreditava que o sistema representativo era falso, a República Velha era uma democracia ilusória, um modelo político importado e inadequado, não adaptável à situação brasileira. Conforme Jarbas Medeiros (1978), Azevedo Amaral, A prática da democracia liberal foi responsável pelo caos político, à infiltração comunista no Brasil e colocou em perigo a própria nação brasileira, porque desestabilizou o "sentido hierárquico da organização do Estado”. Amaral também afirmava que a crise econômica de 1929, a infiltração de ideologias exóticas (fascistas e comunistas) e a indisciplina da população eram índices da desorganização da sociedade brasileira. O autor como outros defensores do regime Varguista, defendia o Estado Novo como salvador da ordem nacional através de uma revolução conservadora (MEDEIROS, 1983, p.129).

Conforme Boris Fausto (1999), Getúlio Vargas mascarava as influências nazistas, integralistas e fascistas no seu governo. Os pensadores do Estado Novo, incluindo Azevedo

de Amaral e as lideranças militares Pedro Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, possuíam fortes convicções autoritárias provenientes dos sistemas políticos europeus da Alemanha, Itália, Portugal e Espanha. Contudo, nesse momento estavam em voga fortes críticas às ideologias exóticas, consideradas não adaptáveis à realidade brasileira. Ou seja, tais teóricos buscaram demonstrar o Estado Novo na qualidade algo original e oriundo das necessidades do Brasil, que não recebia influências externas, incluindo das ideologias fascistas, nazistas e franquistas (FAUSTO, 1999, p.20). Assim, o regime varguista foi considerado adequado à realidade nacional, ao não imitar ou reproduzir quaisquer correntes doutrinárias ou ideológicas exóticas. Nas palavras de Getúlio Vargas, o Estado Novo foi um “o regime da ordem e da paz brasileiras, de acordo com índole e a tradição do povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos” (1940, p. 51-52).

O período entre guerras, de 1918 a 1939, foi marcado pela ascensão de governos autoritários e pelo declínio dos valores e das instituições liberais. Conforme Eric Hobsbawm, as forças políticas de direita, responsáveis pela queda dos regimes democráticos europeus possuíam características semelhantes. Tais movimentos eram autoritários, hostis às instituições políticas liberais, contrários a uma revolução social, ou seja, à subversão da ordem estrutural da sociedade. Eles favoreciam instituições (polícia e Exército) ou grupos de homens capazes de exercer a coerção física contra movimentos considerados subversivos. Para Hobsbawm, alguns deles possuíam bandeiras nacionalistas, “por causa do ressentimento contra Estados estrangeiros [...], e em parte porque agitar bandeiras nacionais era um caminho tanto para legitimidade, quanto para popularidade” (1994, p. 116-117).

Segundo o dicionário do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível *online*⁴², No verbete Estado Novo e Fascismo, as principais semelhanças entre ambos os governos era a valorização da missão histórica da nação, reconhecimento dos direitos individuais, daqueles que não entravam em conflito com o Estado, antiliberalismo e antidemocrático. Sobre uma perspectiva autoritária, o governo acreditava que um Estado centralizado era capaz de manter a unidade da nação e garantir o bem comum da população. Getúlio Vargas esboçou tais concepções autoritárias e antidemocráticas. Em um texto que foi publicado através dos anais do Exército em 1940. Conforme o presidente, no seu governo a democracia política foi substituída pela econômica, emanada “do povo e instituída para defesa do seu interesse”, que organizava o trabalho, entendido como fonte de engrandecimento nacional. O discurso de Vargas acentuava a missão

⁴²Disponível em:<cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo> Acesso: 04 abr. de 2015.

do Estado, na organização da sociedade, para assim beneficiar toda a nação brasileira, ressaltando a necessidade de inclusão dos trabalhadores, para que “este não se considere um valor negativo, um pária à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive”. Portanto, os trabalhadores deveriam ter seus direitos sociais reconhecidos, para garantir um núcleo nacional coeso, que resistiria aos agentes da desordem e desagregação (VARGAS, 1940, p.52).

Em outro artigo na “Revista Militar Brasileira”, Getúlio Vargas (1941, p. 35) declarava que o Estado Novo poderia aparentar obstáculos à defesa dos princípios democráticos. Entretanto, segundo ele, o Brasil nunca deixou de ser uma democracia, porque correspondia aos interesses do povo e dos sindicatos. Vargas representou novamente o governo como uma democracia econômica⁴³, que funcionava através de consultas populares. O político acreditava que as assembleias eram uma perda de dinheiro público, pois o tempo era desperdiçado em debates estéreis e arroubos de oratórias. Essas foram substituídas pela consulta a órgãos representativos da sociedade. O presidente defendeu a necessidade de centralização do poder, para unificação do Brasil, “dentro de um programa de realizações que abranja todos os setores da atividade”, econômicos e sociais (VARGAS, 1941, p.35). Na concepção de Estado de Vargas, a integração de toda a população brasileira era responsabilidade do governo, incluindo os trabalhadores urbanos, operários e descendentes de imigrantes. Somente através de tal integração promovida pelo Estado, seria possível manter a unidade nacional, promover os direitos da coletividade e afastar as ideologias consideradas perigosas ou exóticas.

No “topos” da historiografia militar, o Exército deveria garantir a manutenção do Estado “democrático e popular de Getúlio Vargas”. Tal governo possuía o apoio das principais lideranças militares do período, Pedro Góis Monteiro e Eurico Dutra. O teórico, Azevedo Amaral (1940, p.29), conhecido pela posição contrária às ideologias liberais, defendia que não existia poder civil e nem militar no Estado Novo, pois a essência do regime envolvia o conceito de militarização do Estado, no qual o Exército estava integrado à nação, coexistindo com a própria estrutura estatal, constituindo um elemento dinâmico de afirmação e de defesa. Amaral (1940) defendia um Estado autoritário com uma completa integração das classes armadas na organização política. Enquanto força executiva da vontade estatal, a

⁴³ Hobsbawm (1996, p. 117) intitulou essa forma de direita contrária ao liberalismo de estadismo orgânico, regimes políticos que recriavam os princípios da ordem tradicional, visando uma resistência ao individualismo liberal, o trabalhismo e o socialismo. Esses movimentos produziram várias teorias corporativistas, que substituíam a democracia liberal pela representação de grupos de interesse econômico ou ocupacional. Exemplo foi o governo de Oliveira Salazar em Portugal (1927-1974).

militarização seria responsável por criar uma sociedade única, indivisa e homogênea, sem diferenciações entre as Forças Armadas, o Estado, a Sociedade Civil, o privado e o público.

Para os historiógrafos castrenses, o governo e as Forças Armadas eram uma única energia responsável pela integração, pela unidade interna, pela defesa e pela sustentação do Estado Novo. Nas palavras de Pedro Góis Monteiro (1940) o Estado-Maior do Exército era o responsável pela política militar terrestre, este era o “condensador máximo da vida objetiva de uma nação e seu declínio marca a desvitalização nacional” (p. 11-12), “sua função era estudar o emprego de todas as forças vivas para realização da defesa nacional”. Para Góis, o Exército fortalecido traria para a nação a ordem, a estabilidade, a unicidade do território, a defesa contra ameaças internas e externas, promoveria a nacionalização, o povoamento das fronteiras, ou seja, seria uma instituição promotora do progresso nacional. Os adventos de pós 1930, na visão do militar, permitiriam a sinergia de esforços, a unidade de direção, na qual antes predominava “o caudilhismo” e a obediência às “camadas políticas”. Assim, o liberalismo era uma ideologia que cegava as multidões, um erro do passado que foi substituído por regime orgânico, legitimamente brasileiro, apoiado pelas Forças Armadas (GOIS, 1940, p.11.12).

As Revistas Militares defendiam a constituição de um Estado autoritário, no sentido de privilegiar a autoridade do governo e diminuir o consenso através da concentração do poder político nas mãos do presidente e do papel secundário das instituições representativas (BOBBIO, 1999, p. 94). O liberalismo era concebido como uma doutrina fraca, potencialmente desagregadora do território, que acarretou em diversos danos à política brasileira, permitindo a introdução de ideologias estrangeiras. Em outras palavras, os autores militares advogavam a favor de tendências antiliberais⁴⁴, da centralização política e da militarização do Estado. Governo forte poderia controlar as constantes revoltas internas, as oligarquias regionais e a influência comunista.

Na década de 1930, o Exército foi transformado no principal instrumento de controle do governo central, como parte essencial do Estado e da implantação de suas políticas (MCCANN, 2002, p. 551). O editorial da “Nação Armada”, de 1940, evidencia tais concepções autoritárias e aproximação da revista com governo de Getúlio Vargas:

⁴⁴ José Murilo de Carvalho (2005, p.128) definiu que para os militares tenentistas, o antiliberalismo era referente à defesa do Estado, que deveria regulamentar a sociedade e a economia em detrimento do mercado. A nacionalização (a implantação de políticas em todos os âmbitos da nação) e a centralização política (maior poder do governo central perante aos estados da federação) eram outras demandas desse grupo. Essas características eram semelhantes as pautas defendidas nas revistas Nação Armada e a Defesa Nacional.

Dissemos de início que a Nação Armada, surgia num momento singular da história do mundo e do Brasil. Já fizemos notar o colorido, da paisagem europeia. Quanto ao nosso momento é fora de dúvida que, com 10 de novembro, foi criado um clima sensivelmente mais favorável para o desenvolvimento do país, a compreensão dos nossos destinos e a firme decisão de se dar à pátria a armadura de aço que precisava, para defesa de sua soberania. Depois de quase cinquenta anos de República passados no advento da democracia liberal [...] regime intoxicado de teorias contrárias ao espírito militar e gasta num processo impertinente de descentralização e desprestígio das forças nacionais. O Brasil ficou emancipado das forças negativas que conspiraram contra a unidade nacional e o fortalecimento das forças armadas (Nação Armada, 1939, p.03).

Fica clara a partir da análise do editorial, a afiliação da revista com o Estado Vargasista, as posições contrárias ao liberalismo, mas também a noção que a República foi danosa para as Forças Armadas. O editorial da “Nação Armada” evidenciava a crença que o Estado era fortalecido através da militarização, da necessidade do aumento do número de reservas militares para manutenção da unidade do país. O governo liberal enfraquecia o Estado, as classes armadas com descentralização política, fortalecia poderes locais e regionais que poderiam acarretar a fragmentação do território, a invasão estrangeira e a divisão do Brasil. Em consonância com tal posição, Eurico Dutra acreditava que o período republicano foi um momento desastroso para as Forças Armadas e para a defesa nacional, pois “homens públicos imbuídos de um lirismo pacifista”, “dos bancos acadêmicos”, eram alheios às causas militares, não colaboravam com aparelhamento bélico do país, o fortalecimento da organização armada (DUTRA,1940, p. 228-229).

A “Nação Armada” não era a única revista instituição militar defensora do governo de Vargas e do aumento do poderio das instituições militares. Os outros órgãos da imprensa militar, como a “Revista Militar Brasileira”, “A Defesa Nacional” e a linha editorial da Biblioteca Militar compartilhavam perspectivas semelhantes. Como já foi dito, tais órgãos institucionais possuíam vinculações com as principais lideranças militares do período, Eurico Dutra e Pedro Góis Monteiro, e com o Estado autoritário de Getúlio Vargas. Vale ressaltar que o próprio decreto de fundação da linha editorial da Biblioteca Militar foi assinado por Getúlio Vargas e Eurico Dutra, e o reorganizador da editora, Valentim Benício da Silva foi funcionário do Ministério da Guerra, posteriormente galgando altos postos militares, até o comando da terceira região militar.

Pelo que foi demonstrando até aqui, nota-se que, a partir da década de década de 1930, houve um processo interno de constituição de hegemonia de uma corrente militar, que defendia um Exército disciplinado internamente, mas também que atuava na qualidade de instrumento político do Estado. A produção intelectual militar do período realizou a defesa de

um projeto nacional de Estado autoritário, com desempenho político das Forças Armadas, na perseguição de elementos considerados nocivos, através da nacionalização das comunidades de imigrantes, na perspectiva de constituir uma pátria única, com integração de toda população nacional. A defesa da centralização política e do Estado autoritário era uma pauta defendida por diversos pensadores da década de 1930, como Francisco Campos e Azevedo Amaral. Conforme Mônica Velloso (1993, p. 91), nesse momento os intelectuais identificavam a sociedade civil como algo conflituoso, indefeso e fragmentando, o Estado, na qualidade de representante superior da nação, deveria corporificar as noções de ordem, organização e unidade. Para autora, diversas correntes de pensamento passaram defender o governo na qualidade de poder máximo da sociedade, como grande agente promotor da nacionalidade.

Era predominante nessas concepções defensoras de uma política autoritária, a defesa das Forças Armadas como um instrumento do governo, para construção de uma sociedade indivisa, e um Estado centralizado. O próprio Exército, no período, adotou uma perspectiva de utilizar a violência para promover a integração das populações estrangeiras ou marginais presentes dentro do território brasileiro, que estavam fora da esfera cultural e organizacional do Estado. Na literatura militar do período, os oficiais discorriam sobre como o aumento do poderio castrense comportou o crescimento do Estado, a união da população, a criação de um sentimento patriótico, a manutenção de um governo que beneficiava todos os sujeitos da coletividade.

Para estes intelectuais, o Exército promoveu a unidade nacional, por meio de suas realizações de integração e de repressão às ideologias exóticas que permitiram o surgimento de um regime político oriundo das “necessidades nacionais” e não um mero modelo de imitação das ideologias procedentes da Europa (liberais, fascistas, comunistas), que realmente possuía e promovia as características sociais, históricas, políticas e culturais do Brasil. A nação, conjuntamente com os costumes da população, foi concebida como a própria nacionalidade, seus elementos, símbolos, festividades, suas origens históricas deveriam ser cultuados, sua “brasilidade” ou as distinções da cultura nacional perante os outros países. Dentro de tal historiografia, os militares permitiram ao longo da história a unidade política. Em diversos momentos de divisões internas e invasões externas, eles trabalharam para uma suposta integridade nacional, conseguintes sendo os agentes da nacionalidade, pois a integração política permitiu a unidade cultural, a formação da identidade dos brasileiros.

3.2- “O edifício da herança dos antepassados”: narrativas ancestrais, brasilidade e as Forças Armadas na formação da nacionalidade:

Em duas descrições, de Getúlio Vargas e do editorial da “Defesa Nacional”, a pátria seria algo que transcenderia a contemporaneidade dos atores sociais do Estado Novo, derivaria dos antepassados, das heranças históricas e culturais de outrora. Nas palavras do capitão José Maria Leite de Vasconcellos (1936), a pátria estaria nos monumentos, nos templos, nos cemitérios onde repousam os ancestrais em seu “sono eterno”, no culto dos heróis, nas tradições, nas instituições políticas, nas crenças, na religião e na história (1936, Apud 1938, DEFESA NACIONAL, p. 96-97). Pátria significaria todos os feitos dos antepassados, desde “os primeiros heróis que repeliram os conquistadores espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, aos primeiros sonhadores da independência”. Essa perspectiva reforçava a crença que todas as pessoas que habitavam o território brasileiro no período, embora possuindo culturas distintas, fossem “brasileiros”, pois possuíam o mesmo passado ancestral. As narrativas sobre a pátria, além de conectar as vidas individuais a um passado da nação, continham elementos de continuidade, de intemporalidade e de tradição. Como afirma Stuart Hall (2014, p.32), as identidades nacionais foram representadas como primordiais, ou seja, existiriam desde o começo da formação de um país, “seus elementos essenciais eram representados como inalterados ao longo da história”.

Nas Revistas Militares, o Brasil era concebido na qualidade de síntese entre as raízes portuguesas e uma nova nação que nasceu no continente americano, no passado colonial. A revista “Nação Armada” enfatizou a ação portuguesa como primórdio da formação da nacionalidade brasileira. Por suas características herdadas de Portugal, o Brasil seria um “desdobramento da nação lusitana, de seus costumes, de seu culto, de sua língua” (AMARAL, 1940, p.26-29), O nacionalismo brasileiro teria origens históricas em Portugal, “no seu profundo sentido de disciplina”, “senso de nação”, “espírito coletivo” derivado das pressões ou lutas externas contra os muçulmanos (VERÍSSIMO, 1942, p. 09-13). Nos Anais do Exército de 1940, Pedro Góis Monteiro afirmava a necessidade de defender o patriotismo de cinco séculos herdados dos europeus. Porém, no mesmo artigo, o Brasil foi representado como parte da civilização americana, “construída nas selvas do novo mundo”, que nasceu “da necessidade de defesa contra as pirataria internacionais” (1942, p. 104). Equitativamente, o capitão Manoel Nogueira retrata o país enquanto parte da civilização do novo mundo. No contexto da Segunda Grande Guerra, o autor valorizou o aspecto pacifista das nações americanas (1938, p. 253).

Para estes autores, o Brasil apresentaria as características dos portugueses, sendo uma nação que surgiu de indivíduos provenientes do Velho Mundo, possuidor dos melhores elementos de tal colonização, entretanto, também era parte do continente americano, de uma nova civilização que estava crescendo e construindo seu desenvolvimento histórico. O país não era meramente uma continuidade de Portugal, suas raízes históricas eram europeias, mas os brasileiros possuíam suas próprias peculiaridades, que os diferenciavam dos outros países. O conceito de brasilidade exemplifica a concepção da existência de tais particularidades na constituição da identidade dos brasileiros:

Faltava-nos um vocábulo que nomeasse o sentimento completo que nos liga ao Brasil, no culto, da língua, da história, da religião, da civilização brasileira, que exprimisse essa consciência com que integramos sobre a terra imensa e vitoriosa, na grande nação que estamos construindo. Brasilidade conseguiu na síntese magnífica fixamos a tradição, trabalhamos o presente, defendemos o futuro [...]. Tínhamos o patriotismo. Esse termo, porém é de todo mundo. Não serviria as peculiaridades da vida dos brasileiros. Corresponde ao que todas as nações têm em comum. Brasilidade ajusta-se bem [...] as nossas cousas, às cousas do Brasil (Almeida, p.82-83, 1941)

Nota-se que o termo “brasilidade” significava para o autor os elementos culturais que identificavam os brasileiros em relação aos indivíduos de outros países. No mesmo artigo, reforça a diferença entre “patriotismo” e “brasilidade”, o primeiro era o sentimento em relação à pátria ancestral, comum a todas as populações em relação aos seus países de natalidade. O segundo termo diferenciava os brasileiros e a cultura brasileira. O conceito de brasilidade, conforme Mônica Velloso (1993, p. 112) no Estado Novo, representava uma tentativa de associação do governo como tributário do movimento modernista, da década de 1920. Propagava-se que o regime de Vargas começou a ser delineado através de tal revolução literária, que rompeu com os modelos artísticos europeus. O Estado Novo apenas continuaria a revolução no campo da política, no combate as ideologias exóticas, liberais e comunistas. A própria historiadora acentuou que a ligação entre o Modernismo e o governo era uma invenção do regime, que apenas se apropriou de uma das correntes, dos Verde-amarelos, composta por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado⁴⁵.

O grupo Verde-Amarelo surgiu de um rompimento com outros grupos do Modernismo, nos anos de 1925 e 1926, cujo motivo foi a discordância sobre a finalidade do regionalismo dentro da formação da nacionalidade. Para outras correntes do movimento

⁴⁵Conforme Velloso, Menotti Del Picchia acreditava que as multidões deveriam ser educadas, que somente assim seria garantido o progresso e a cultura, além disso, ele defendia que os poetas deveriam assumir o papel de soldado a serviço da pátria, defendendo-a das incursões estrangeiras.

literário e artístico, o regionalismo era sinônimo de vergonha e de atraso para o Brasil. Em contrapartida, os verde-amarelos acreditavam na valorização das características regionais, dos elementos locais, no culto das tradições, na indigência de criações de políticas para defender o “espírito nacional” contra as influências externas. O regional não era visto como algo independente, diferente ou fragmentado do nacional; Pelo contrário, fazia parte da totalidade do conjunto da nação. O folclore, a língua, os costumes, as tradições populares e as crenças regionais estavam integrados dentro da unidade, total, indivisa e coesa da cultura brasileira (VELLOSO, 1993, p. 89-112).

O governo de Vargas apropriou-se da visão ufanista do Brasil e valorativa da cultura brasileira, presentes nas obras literárias dos verde-amarelos. No Estado Novo, a brasilidade era conceituada através da valorização dos heróis, das tradições e dos símbolos populares, as culturas locais e os tipos regionais, (o gaúcho, o nordestino, o paulista, o carioca, etc.) eram elementos integrados dentro da grande identidade brasileira. Existia um esforço por parte do governo em valorizar as características das regiões brasileiras, mas era somente no plano cultural que a diversidade possuía um panorama positivo na constituição da nacionalidade. A política de cunho regionalista tinha um significado depreciativo, como promotora da desintegração nacional, dos interesses individuais e barristas das elites regionais. Como demonstrou Velloso (1993, p.112), o Estado Novo incentivou uma ideia positiva do povo brasileiro, valorizando suas qualidades e potencialidades, enquanto as elites eram identificadas como culpadas pelo atraso e a crise da política do período republicano.

Em um livro didático, de “Estudos Sociais e Naturais”, de 1945, as concepções de ufanismo estavam presentes através da reprodução de trechos de livros de autores que enalteciam o potencial, as riquezas e as belezas brasileiras, como de Alffonso Celso, “Porque me ufano desse meu país” (1900), Viriato Corrêa, “História do Brasil para crianças” (1934). A literatura infantil de cunho nacionalista, incentivava o desenvolvimento de um sentimento patriótico. O poema “Exportação” de Cassiano Ricardo, representante da corrente modernista Verde-Amarelo, estava compilado no dito livro. Tal texto criou uma narrativa da constituição do Brasil, através das três raças formadoras, os indígenas, os brancos e os negros, os tipos regionais os cearenses, os gaúchos e os imigrantes⁴⁶.

⁴⁶ [...] sobe comigo a êste pícaro e olha a manhã brasileira, que vem despontando por trás da serra, como punhado de côres jogados na terra! ... Homens filhos do sol (os índios), homens filhos do luar (os lusos), homens filhos da noite (os pretos), aqui vieram sofrer, aqui vieram sonhar [...] Naquele mato distante nasceu Iracema, a virgem dos lábios de mel! Lá longe ao fulgor do trópico, o cearense indomável, segura o sol pelas crinas no chão revel. Lá embaixo o gaúcho, de lança em riste, assombra a planície escampa, montando em seu corcel [...] Pois bem! Ó imigrante loiro, o meu país é todo rutilo tesouro nacional, nas tuas mãos; toma enxada e vai plantar a

O livro didático reproduz a ideia de um Brasil que sempre existiu por meio de um sentimento patriótico, cuja gênese da nação seria anterior à formação do Estado. Em consonância com esta idéia, o passado primordial nacional estaria nos primeiros habitantes do território brasileiro, primitivos sem grandes construções civilizatórias (estradas, casas e habitações), selvagens de diversas tribos que lutavam entre si. Os europeus foram responsáveis por trazer elementos civilizatórios para o território brasileiro. Através das escolas implantadas pela Companhia de Jesus, pela a moralidade católica e pelas primeiras tentativas de organização política, as capitanias hereditárias. De tal forma que os jesuítas seriam os fundadores da civilização brasileira, sem eles “Portugal não teria civilizado o país” por intermédio do combate aos maus costumes, à ganância e à imoralidade dos primeiros colonizadores, instruindo os grupos indígenas, adentrando os sertões e o interior do Brasil. Autora da obra destinada ao ensino primário, Maria de Lourdes Gastal (1945, 38-66) acentuou os tipos regionais, como os gaúchos responsáveis pelo povoamento do sul do país, “soldados defensores do pampa”, os sertanejos das caatingas, os jangadeiros do litoral nordestino e os povoadores da grande Amazônia, canoeiros, boiadeiros e seringueiros. Segundo a autora, o povo brasileiro era formado pela mistura das três raças, que originou os cinco tipos brasileiros: o branco, o negro, o mulato, o caboclo e o índio.

Semelhante ao livro didático de 1945, as narrativas sobre as origens da pátria, na produção militar do Estado Novo buscavam uma gênese da sociedade, principalmente no Brasil colônia, período caracterizado como do surgimento do brasileiro, oriundo do encontro entre portugueses e indígenas. Posteriormente o escravo africano seria integrado no processo de nascimento do tipo humano nacional. A colonização portuguesa foi colocada na qualidade de marco da civilização brasileira, que trouxe duas fortes organizações institucionais responsáveis pela formação da nacionalidade: Companhia de Jesus e os militares, que eram elementos organizados capazes de influenciar a vida nacional e executar a vontade coletiva (AMARAL, 1940, p. 27).

Assim, segundo as revistas escritas por soldados, Portugal foi responsável em transformar um território esparso, formado por núcleos isolados, em um princípio de organização administrativa do Estado brasileiro, e por começar a delinear uma unidade nacional através da língua, dos costumes e da educação jesuíta. Mesmo os escritores militares citando os indígenas, esses não foram associados à formação de um Estado. A capacidade de liderança e de administração estava agregada aos colonizadores brancos, que trouxeram

semente de ouro, na terra esmeralda. E terás, sôbre o solo bravo, aberto em flor, a sensação de um descobridor (RICARDO Apud GASTAL, 1945, p. 64)

elementos civilizatórios para as populações “primitivas”, uma religião e um governo. Essa ausência da contribuição indígena na formação estatal, na historiografia militar, colaborou com a perspectiva do período, presente em diversas obras, como no livro de Maria Gastal, que defendia que as sociedades originárias viviam sem organização política, em constante guerra e insegurança social. As características herdadas de Portugal seriam opostas à descrição dos costumes dos índios do Novo Mundo. Nas palavras de José Veríssimo (1942, p. 09-13), as raízes do Brasil estavam no “no seu profundo sentido de disciplina”, “senso de nação”, “espírito coletivo” da nação portuguesa.

Aos portugueses, foi atribuído o papel de povoadores do território e promotores da interiorização da civilização europeia no Brasil. Conforme Antônio Alves Lima (1938, p.156), as famílias abastadas do litoral que adentraram no interior, formadoras dos primeiros núcleos de povoamento e os bandeirantes responsáveis por desbravar os sertões foram os primeiros indivíduos a delimitar as fronteiras brasileiras, na luta contra a natureza. Nas narrativas da historiografia castrense, os personagens brancos, militares, bandeirantes, colonos e jesuítas eram os principais construtores do Estado- nação, e os grandes agentes da história nacional. Por sua vez, os indígenas e os africanos ocupavam um papel secundário, quase passivo. Eles apenas eram conduzidos ou submetidos às ações dos portugueses. Mesmo dentro dessa perspectiva secundária, os índios eram considerados os elementos nacionais por excelência. suas características guerreiras, leais e heroicas valorizadas, como parte da alma do povo brasileiro. A contribuição indígena foi ressaltada no trabalho na terra, sobre o comando do português explorador do território ou na luta contra o estrangeiro conjuntamente com os colonos (ARARIPE, 1937, p. 277-278).

Para o tenente-coronel José Veríssimo (1942, p. 09), a definição do homem brasileiro ocorreu no século XVIII, com o ingresso do homem negro, que completou o nacionalismo racial. Nesse momento, a cultura brasileira tornou-se diferente da sua matriz portuguesa, com uma alma, “língua cheia de coloridos”, “hábitos peculiares” e “costumes especiais”. O termo “alma” simbolizava que os brasileiros possuíam elementos culturais comuns, herdados dos seus antepassados, enquanto indivíduos da mesma nação, pertencentes a uma única unidade cultural. Embora Veríssimo não utilizasse o termo “brasilidade”, ele salientou que a identidade brasileira possuía suas particularidades, derivadas das condições históricas de formação do Brasil, da herança portuguesa, da integração das três raças originárias, da luta contra os “invasores estrangeiros”, da unidade política e territorial oriunda do Império (Op. Cit., p. 10).

A consciência da brasilidade ou da identidade brasileira, para alguns autores castrenses, ocorreu nas disputas contra agentes externos. Assim, Souza Docca (1940, p. 41-47) acreditava que a defesa contra o inimigo externo era um dos maiores agentes de sociabilidade, sendo na sociedade brasileira um dos principais elementos formadores da nacionalidade, através do incentivo da solidariedade social. Conforme tal militar, a brasilidade surgiu na tentativa dos franceses em formar nas terras brasílicas, a França Equinocial, através de um sentimento patriótico de proteção na defesa da terra pelos brasileiros. Outras características da formação da nacionalidade/brasilidade, para Docca, foram às imposições patrióticas, nativistas, no desdobramento da língua e cultura portuguesa. Tais elementos unificadores conjuntamente com ações dos políticos estadistas, autores da unidade política conseguiram atenuar os efeitos desagregadores do território brasileiro.

Na historiografia militar, a brasilidade, como característica de sentimento patriótico, processo cultural e histórico de formação da unidade política do Brasil, de identidade dos brasileiros ou alma nacional estava nas tradições, nos indivíduos singulares do passado. As tradições seriam o “edifício da herança dos antepassados”, o seu culto seria a “força, a luz, e as manifestações mais sagradas das raças”, “cadeia de solidariedade” das gerações, a coluna mestra que se apoiavam as nações, “a alma da vida dos povos” (SILVA FILHO, 1940 p. 353). As tradições deveriam ser cultuadas pelos símbolos nacionais como a bandeira do Brasil e através das comemorações cívicas como a Independência, o Dia do Soldado, aniversário de Tiradentes, Proclamação da República, instauração do Estado Novo. Para o major Araripe, o Dia da Pátria era uma solenidade, um ritual, a consciência da população das suas tradições passadas e das grandes obras da formação da nacionalidade, da necessidade de reforçar tais cultos para fortalecer a nação. (1937, p. 278).

As tradições como práticas ritualísticas ou simbólicas buscam expressar valores e normas de comportamentos através da repetição, da idealização e da continuidade de um passado adequado. As cerimônias demonstravam para a população o passado comum que compartilhavam enquanto indivíduos da mesma nação. Em tais atos “cívicos” rememorava-se a ideia de uma pátria ancestral através de uma narrativa que possuía elementos unificadores históricos e culturais das identidades dos brasileiros. Conforme Stuart Hall (2014), a maioria das nações modernas consiste em culturas diferentes que foram unificadas em um longo processo de conquista violenta, dos costumes, das línguas e das tradições. No Brasil, esse processo de subjugamento ocorreu durante o Estado Novo. Por exemplo, com as comunidades de descendentes de imigrantes europeus, com o fechamento de escolas particulares de línguas estrangeiras, a imposição de uma educação cívica, com valorização de

uma suposta cultura brasileira. Para Hall (2014, p.32-35), as culturas unificadas constituem dispositivos discursivos que representam a diferença como uma unidade ou identidade, elas são representadas como expressão cultural de único povo. Assim, através do uso do termo “brasilidade”, os militares suspendiam as diferenças culturais regionais, e perpetuavam uma suposta unicidade da identidade, uma consciência nacional proveniente do processo histórico.

Tais perspectivas sobre integridade cultural do Brasil estavam presentes na queima das bandeiras estaduais, desaparecidas em virtude da nova Constituição do Estado Novo. O governo instituiu que a única bandeira a ser enaltecida deveria ser a nacional. Por isso houve uma comemoração simbólica que destruía as outras flâmulas dos Estados da federação. A partir daquele momento, o Estado rememorava que existia apenas um único governo e uma única identidade nacional que englobava todas as peculiaridades regionais. Segundo essa imposição, todos os brasileiros estavam conectados a uma grande pátria, não importando suas tradições locais. As cores nacionais deveriam simbolizar a “perpetuidade e integridade” do Brasil perante as outras nações, “as vitórias das Forças Armadas em benefício da unidade”. Assim foi instituído o Dia da Bandeira, que deveria ser “desfraldada pelos chefes das repartições, fortalezas, quartéis, estabelecimentos de ensino”, saudada por “civis, militares, crianças, adultos, estudantes e professores”, por toda a população brasileira “disciplinada, educada, patrioticamente vibrando de amor pelo Brasil e de respeito pelos seus símbolos”. Na concepção do tenente coronel Marino Neto (1938, p. 239), a bandeira era um símbolo de um Brasil forte e unido, “os soldados da terra de Santa Cruz” não deviam ser apenas paulistas, gaúchos, mineiros ou nordestinos, mas acima de tudo brasileiros. Os militares necessitavam amar o Brasil em primeiro lugar, em benefício de uma pátria intangível, contra regionalismos dissolventes.

Relembrando que, a nação nesse período significava um conjunto orgânico formado pelo povo brasileiro e o Estado, o governo seria um grande organizador da população, que deveria ser controlada, organizada e educada. A nação tida na característica de um todo indivisível não poderia sofrer ameaças de divisões internas e nem ataques externos, assim, o regionalismo poderia ser uma ameaça à unidade nacional. Mesmo temido politicamente, os elementos regionais tinham suas especificidades valorizadas, os paulistas eram “descendentes dos arrojados bandeirantes”, “semeadores” da extensão territorial brasileira, os nordestinos seriam símbolos da resistência, da bravura, da resignação, “rebentos” dos soldados que lutaram nas terras de Solano Lopez (NETO, 1938, p 239). Nas biografias da Biblioteca Militar, os biógrafos valorizaram as características que denominaram de “gaúchas” de Manoel Luís Osório. Para Onofre Gomes Muniz Lima, Osório era bom cavaleiro, laçava e boleava

com maestria (LIMA, 1938, p. 06). Para Valentim Benício da Silva (1939, p.06), como esse sujeito nasceu no campo era um ousado gaúcho, que galopava e utilizava armas como laço e boleadeiras. A citação dessas supostas habilidades gaúchas nessas biografias estava associada à coragem, à virilidade e ao heroísmo.

Na concepção unitária de pátria/nação/ Estado, a valorização dos elementos típicos das regiões não era contraditória à criação de uma grande identidade nacional, “acima de tudo brasileiros, antes de paulistas, de mineiros, gaúchos, nordestinos” era *slogan* das narrativas identitárias no Estado Novo. Nos discursos, nenhuma identidade regional era apresentada enquanto superior ou mais relevante, elas foram consideradas igualitárias equivalentes para a formação histórica do Brasil. A contribuição das populações nordestinas, sulistas, nortista e sudestense era análoga para história da nação brasileira. Todas as regiões tiveram sua importância, eram partes iguais do conjunto nacional. Quaisquer sentimentos de superioridade regional em relação às outras localidades não eram aceitáveis, porque, apesar das diferenças culturais existentes, todos os habitantes dessas terras eram considerados brasileiros. O patriotismo bairrista antes do nacional somente enfraquecia o Estado, trazendo a desagregação, o conflito e a rivalidade entre indivíduos da mesma nação. Em oposição, a união entre as regiões promovia a estabilidade, aumentava o poder da Pátria, criava uma rede de solidariedade horizontal entre os cidadãos do país, que possuíam teoricamente idêntica cidadania e igualdade perante o Estado.

Semelhante aos modernistas verdes-amarelos, os militares acreditavam que os costumes locais eram parte da totalidade da nação, que deveriam estar integrados territorialmente, politicamente e culturalmente através de um governo centralizado. Na construção da nacionalidade brasileira acima dos particularismos, o Exército possuía a função de promover a unidade e a integridade, por ser considerada uma instituição nacional, no sentido de estar presente em todo território e por supostamente defender as necessidades do Estado. A valorização do papel da instituição militar na sociedade não era propriamente uma ideia oriunda do Estado Novo, embora nesse período ocorresse uma confluência de pensadores que defendiam a manutenção de um governo autoritário através da militarização, dos quais se destaca Azevedo de Amaral⁴⁷. Os próprios escritores militares, através dos seus vínculos na imprensa militar e editora do Exército, buscavam no passado exemplos da

⁴⁷Segundo Mônica Velloso (1993), nas décadas anteriores, Olavo de Bilac defendia a necessidade da defesa da nacionalidade pela mobilização militar, o Exército seria a única instituição capaz de restaurar a ordem na Primeira República.

contribuição da instituição para formação da nacionalidade. Seus autores, como os intelectuais do Estado Novo, estavam preocupados com as origens da nação, a criação das identidades nacionais, com o desenvolvimento de uma consciência cívica na população, que fortalecesse a unidade por meio das lembranças do passado, do ensino da história, do culto aos símbolos nacionais, mas dentro de todas as narrativas, sendo assim as forças castrenses possuíam um papel a desempenhar na história da Nação.

Em uma publicação da Biblioteca Militar, o advogado José de Mesquita (1939) discorre sobre a relação entre o Exército e a brasilidade ao longo da história. Para o autor, o quartel seria um templo de civismo, de defesa da pátria “sua guarda, garantia e esteio”, todo o brasileiro deveria ter as noções dos militares de patriotismo, aptos para atenderem aos interesses do Brasil. No ponto de vista de Mesquita, o Exército possuía duas finalidades sociais. A primeira era a defesa nacional, contra as ameaças externas a nação e a segunda era a promoção da unidade interna. Os militares eram agentes da ordem, defensores das causas nacionais, e foram responsáveis por diluir os regionalismos internos, unir o país através dos “sertões adentro, abrindo estradas, construindo pontes, nucleando populações, integrando o aborígine à vida nacional”. Os primeiros militares foram os bandeirantes que promoveram a expansão territorial brasileira, em busca de pedras preciosas (1939, p. 05-10).

Outro escritor da revista “Nação Armada”, Souza Docca (1940, p.113) apontou outras características das Forças Armadas na formação da nacionalidade na história, “desde os primeiros dias, em 1500, até o presente”, “pela sua atuação constante e eficaz”, “guardando e defendendo a terra descoberta”, atuando como “árbitro dos destinos nacionais em suas crises mais agudas”. Docca utilizou o termo “árbitro”, fazendo referência às classes armadas como moderadoras das instituições políticas, responsáveis por intervir militarmente em momentos em que a unidade ou soberania da nação, estivessem ameaçadas por forças centrífugas. A proclamação da República foi utilizada como exemplo da atuação dos militares na política em nome da coletividade, ou como agentes “neutralizadores” das forças contraditórias na definição de Azevedo Amaral (1940, p. 27).

Em 1939, ocorreram as comemorações do cinquentenário da Proclamação da República. As festividades foram centradas nas figuras dos militares do movimento republicano como Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamin Constant. Os livros produzidos pela linha editorial da Biblioteca Militar e os textos da revista “Nação Armada” do período enfatizaram a ação “patriota” de tais figuras militares, justificando o golpe republicano e a intervenção do Exército na política, em 1889. Segundo Valentim Benício da

Silva (1939), a participação militar no conflito iniciou através de um incidente disciplinar, posteriormente aderiu pautas nacionais, contrárias a uma “política corrupta e corruptora a pairar sobre um imperador já decrépito”. Para Carlos Maul, em meio a uma situação caótica do final da escravidão, do Império sem apoio econômico dos senhores de terra, cujas fortunas eram mantidas pelos “braços africanos”, o militar Floriano Peixoto liderou uma rebelião restauradora, “evitou uma sangueira”, Em outra parte da mesma biografia, sobre a Revolta da Armada de 1893, Carlos Maul (1939, p. 14-15) afirmou que Floriano Peixoto foi na “hora amarga de uma Guerra Civil”, “o salvador da nacionalidade nas aparências de um consolidador de um regime”.

Nas comemorações ditas patrióticas, os atos heroicos do passado possuíam grande importância, já que os heróis eram exemplos dos indivíduos que tinham um sentimento de brasilidade ou de defesa da terra natal contra incursões de estrangeiros ou promoviam a expansão territorial, adentrando nos sertões no período colonial. Os celebrados bandeirantes paulistas, por exemplo, defenderam a unidade do Brasil, no Império, contra tendências regionalistas das províncias barristas, o Duque de Caxias, foi um dos defensores dos ideais coletivos no golpe que originou Primeira República, em suma, os heróis eram celebrados como promotores da brasilidade. Na revista “Nação Armada”, de 1944, o coronel José Baptista Magalhães escreveu um artigo intitulado “Os Arquitetos da Nacionalidade”, sobre a participação dos heróis militares em episódios da história do Brasil. Magalhães afirmou que tais indivíduos castrenses estavam na galeria do heroísmo nacional, como edificadores, no sentido de construtores da Pátria brasileira (1944, p. 14). No ano de 1940, o advogado José de Barnabé (p.08) de Mesquita descreveu os militares como os grandes agentes da brasilidade, “hoje, como o fostes ontem e em todos os tempos”.

3.3- “Um símbolo do poderio nacional a serviço da pátria”: os militares e a história, passado e futuro no horizonte da nação

Na historiografia da linha editorial da Biblioteca Militar e revista “Nação Armada”, o passado da instituição militar era idealizado através da escrita dos eventos históricos, considerados como marcos do patriotismo das classes armadas pela constituição da nacionalidade brasileira. Segundo Catroga (2001, p.48-49), a recordação tende a criar uma narrativa coerente, que subtrai o aleatório e o passado considerado nocivo, esquecendo-se das partes ruins que são ignoradas. A história militar possuía duas perspectivas temporais marcantes, a saber, a idealização de um passado heroico, que deveria ser um modelo de

contemplação e de imitação para os contemporâneos, a construção de uma narrativa linear e contínua sobre a função das Forças Armadas na sociedade, que ignorava certos fatos, como as rebeliões internas e criava um discurso que mostrava a instituição de forma coesa e com um propósito social. A Aliança Nacional Libertadora, de 1935, em tal perspectiva era uma exceção dentro da história militar patriótica e linear, os participantes não eram considerados soldados, mas traidores⁴⁸.

Na educação cívica dos soldados, o conhecimento do passado era concebido como sendo essencial para o desenvolvimento de um sentimento patriótico em relação ao Brasil e suas instituições, dentro das Forças Armadas. Os estabelecimentos de ensino, incluindo quartéis e escolas, deveriam ensinar noções sobre as instituições nacionais, o respeito às autoridades, a veneração aos símbolos, a admiração aos heróis, aos antepassados ilustres e à riqueza brasileira (SILVA, 1940, p. 18).

Conforme José Inácio Veríssimo (1942), a existência de projeto educacional era importante para a criação de um sentimento de disciplina, coesão, “pundonor pátrio”, do culto ao espírito coletivo na massa populacional brasileira. Todos os elementos citados pelo autor seriam as bases do nacionalismo que estaria sendo desenvolvido através do ensino cívico no Estado Novo. Nos períodos anteriores, no Império e na Primeira República, os governos não valorizavam o conjunto coletivo em prol do individualismo, da liberdade de movimentos e pensamentos. Segundo o mesmo autor, por isso o povo brasileiro não possuía elementos morais da coletividade, como a aptidão para a luta e um espírito patriótico. Nesse sentido, a educação poderia forjar tal consciência coletiva e modificar o quadro social criado pelos políticos de outrora. A implantação de um ensino patriótico, conforme o autor, encontrava diversos percalços nas doutrinas internacionalistas “perturbadoras das consciências” na imprensa, nas literaturas indiferentes às questões nacionais, às autoridades, etc. Contra todas essas doutrinas perigosas à constituição da coletividade, de acordo com Veríssimo (1942, p.14-18) era imprescindível a criação de um culto às nossas tradições, o convencimento da juventude para tomar “base no nacionalismo”, aceitar as condições históricas e geográficas brasileiras. Somente através do ensino cívico das tradições, da história e da geografia brasileira seria possível criar nas crianças um espírito de renúncia, de solidariedade, de coesão opostos aos princípios egoístas liberais.

⁴⁸ Para Fernando Catroga (2001) a memória sendo uma construção seletiva, não atua como um mero registro, mas como uma representação do passado realizada a partir do presente. Para esse pesquisador, a escrita da história seria um rito que visa à rememoração e à recordação do passado.

O ensino do passado era eixo para constituição do nacionalismo, os conhecimentos dos elementos comuns e integradores da população, das narrativas ancestrais sobre a pátria, dos feitos heroicos dos antepassados, possibilitariam a criação de uma nação consciente da sua brasilidade e coesa socialmente. As academias militares incluíam conteúdos sobre a história brasileira em suas disciplinas curriculares, por exemplo, em um concurso para a escolha da adoção de um manual do atirador, para as escolas de instrução, o livro deveria possuir os seguintes itens na educação moral: pátria, patriotismo, símbolos nacionais, grandes vultos nacionais, noções históricas (conhecimentos sobre o “descobrimento”, período colonial, Independência, fatos políticos do Império, guerra do Paraguai, Proclamação da República, feriados e datas nacionais). Relembrando que, a “brasilidade”, para o Exército, estava no culto às tradições e na ação dos grandes heróis castrenses do passado. As tradições seriam as heranças dos antepassados, os ritos, eventos, datas, símbolos nacionais que supostamente fortaleciam uma ideia de uma única nação, integradora das diversas populações do território nacional, que possuía uma unidade cultural e política herdada dos antigos habitantes. Os grandes vultos da história abrangiam militares como: o Duque de Caxias, Manoel Luís Osório, os políticos Dom Pedro I, Dom Pedro II e o próprio Getúlio Vargas. Esses eram exemplos morais de indivíduos que atuaram em benefício da constituição da pátria, suas ações eram modelos, eles deveriam ser cultuados, admirados e imitados pelos contemporâneos. Os soldados deveriam copiar a conduta dos grandes homens da história, seus compromissos militares, suas obras patrióticas, seus sentimentos de honra, subordinação, devotamento, lealdade, obediência, solidariedade e esforço coletivo. Para aprender a necessidade da atuação pessoal em prol da coletividade da nação, o respeito às hierarquias militares, às autoridades e às instituições nacionais, à Igreja, à família e ao Estado, não em benefício das suas vontades individuais, como no período republicano (NAÇÃO ARMADA, 1944, p. 102-106).

As instituições culturais das Forças Armadas, as academias, os institutos de ensino, a imprensa militar, as revistas e as editoras perpetuavam uma historiografia que atribuía aos eventos históricos fins moralizantes. No livro em “Guarda Contra o Comunismo” (1938), Severino Sombra de Albuquerque afirmava que era imprescindível a publicação de folhetos sobre fatos militares, as virtudes guerreiras e a história nacional, além de aulas sobre a missão do Exército e as suas glórias históricas para criação de uma consciência coletiva, “perfeitamente homogênea”, em defesa da “grande pátria”, dentro das classes armadas. Os ensinamentos dos eventos históricos das instituições e das atribuições castrenses ao longo da

história nacional possibilitariam o pleno reconhecimento das responsabilidades dos soldados em relação à nação (ALBUQUERQUE, 1938, p. 152- 157).

Em um artigo da “Nação Armada”, de 1940, o Exército foi apontado como um grande centro educativo, “em suas fileiras passam milhares de brasileiros de diversas condições”, por isso as casernas deveriam transformar esses homens em cidadãos, através do ensino das condições locais, das capacidades dos brasileiros, das relações da nossa sociedade com outros países, combatendo tendências exóticas, abdicadoras dos elementos da nacionalidade, em benefício de falsas lutas. Os quartéis na característica de espaços educacionais da brasilidade precisariam educar jovens e adultos dentro do espírito nacional, das tradições, no conhecimento da história, contribuindo para grande obra educacional do Estado brasileiro. Nos colégios militares, os alunos aprenderiam “a defesa da sociedade e da pátria” antes de tudo, a conciliação entre os interesses individuais com os coletivos. Além da formação física, moral e intelectual, a missão das escolas militares brasileiras era orientar as massas populacionais para a defesa das necessidades supremas da pátria e da sociedade (CORREIA, 1940, p. 79-94).

No livro, “A Influência dos Pais de Família na Defesa Nacional” da linha editorial da Biblioteca Militar (1940), Valentim Benício da Silva descreve a necessidade da educação para formação patriótica da juventude, as famílias e os quartéis constituiriam importantes instrumentos de preparação cívica de cidadãos patrióticos. Para Silva, as famílias eram órgãos essenciais da nação, na preparação dos filhos nos ditames dos costumes e da lei, através de uma educação moral e social doméstica solidamente constituída. Nos lares, as crianças deviam aprender o conhecimento das instituições nacionais, o respeito às autoridades, a admiração aos heróis nacionais, à familiarização com antepassados ilustres. Em relação ao Exército, os quartéis eram importantes centros para formação moral, cívica e intelectual da população brasileira, mesmo não alcançando todas as “classes masculinas”. Segundo Valentim Benício da Silva (1940, p.14-15), os soldados transmitiriam as lições cívicas, geográficas e históricas aprendidas no interior das Forças Armadas, para suas famílias. Para o benefício da nação, as famílias formariam filhos disciplinados, civicamente educados, os quartéis aperfeiçoariam a influência dos lares na formação dos soldados na formação de cidadão “prestantes”.

A educação cívica estava centrada no ensino do passado, na exemplaridade dos atos ancestrais, no conhecimento da formação histórica e geográfica brasileira, no culto dos símbolos nacionais. A tríade das instituições educativas, famílias, escolas e quartéis eram responsáveis pela formação da população, através do ensino do passado, a massa ignorante

reconheceria, assim, sua ancestralidade, seu pertencimento a uma nação. As três instituições seriam competentes pela nacionalização da população brasileira, principalmente dos descendentes de imigrantes do interior do Brasil, incutindo-lhes os valores, as características culturais, linguísticas, sociais, históricas da civilização brasileira. O ensino de história estava interligado à educação cívica, na tentativa de criação de um sentimento patriótico, na formação de cidadãos defensores da nação. Filhos, alunos, soldados e cidadãos deveriam possuir uma consciência histórica das suas raízes em comum, da necessidade da integração social, da solidariedade entre “irmãos da mesma pátria”, dos princípios coletivos da nação. A história através do ensino do passado exemplar, das glórias da pátria, do patriotismo dos heróis de outrora contribuía para uma narrativa de formação da nação. A historiografia e ensino da história do período criaram um conjunto de estratégias discursivas utilizadas para persuadir os brasileiros, de diferentes camadas sociais, heterogêneos, que compartilhavam um passado comum, conseguinte a mesma identidade e origem, a intitulada retórica da nacionalidade (KNAUSS, CEZAR, 2011, p. 13).

Pode-se afirmar que a historiografia produzida pelo Exército possui fragmentos da história como mestra da vida. De acordo com Valdeci Lopes de Araújo (2011, p.139), entre os séculos XVIII e XIX, ocorreu uma substituição da história que moralizava para uma que objetivava regastar um passado verdadeiro (científica)⁴⁹. Entretanto, o autor especifica que na dissolução do “topos” oriundo da Antiguidade, alguns elementos continuavam existindo como “fragmentos e possibilidades de significação da realidade”. Conforme Araújo, a história como mestra da vida contribuiu para consolidação dos Estados nacionais, no século XIX, principalmente na educação moral e cívica, visando à universalização e a homogeneização de valores, da língua, dos aspectos culturais e identitários de populações heterogêneas. A história para educação sentimental ou patriótica utilizava gêneros morais e discursos pedagógicos, em “subgêneros específicos [...] biografias, necrológios e elogios” (2011, p. 140-143).

A predominância de narrativas biográficas na produção militar, que rememoravam o passado como algo passivo de repetição, demonstra as finalidades pedagógicas da

⁴⁹ Para Araújo (2011, p. 132) a dissolução da *Historia magistra vitae* como topos pela perspectiva moderna de história acarretou um afastamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Ou seja, o passado não conseguia mais explicar as experiências ou eventos do presente, lembrando que em tal período a sociedade passava por inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas. Conforme Araújo as principais características da história como mestra da vida eram: a exemplaridade, a repetição e imitação do passado, o campo de experiência voltado para o passado, aprendizado através da história, a concepção temporal por ciclos. Diferente do topos moderno, que apresentava: uma relatividade da natureza humana e de valores, enfatizava a singularidade, a novidade e a formação do presente, o campo de experiência era voltado para o futuro, e o tempo era concebido como linear e progressivo (2011, p.133).

historiografia no interior do Exército no Estado Novo. Ao mesmo tempo, outros textos literários do Exército, apresentavam características da concepção moderna de história, como: uma visão temporal linear e progressiva, o campo de experiência voltado para o futuro. Segundo Araújo, em cada situação, os fragmentos da história como mestra da vida podem ser combinados com elementos modernos, “produzindo modos de convivência distintos” (Op. Cit., p. 139). Essas narrativas militares que combinavam traços distintos de experiências históricas, a construção do futuro iniciava no passado, tinha suas raízes nos primórdios da constituição da nação.

Parte da historiografia militar narrava os eventos históricos, de forma linear, progressiva e evolutiva, através de uma perspectiva de tempo homogêneo e irreversível. Na revista “Nação Armada”, a história brasileira possuía um começo primordial, da colonização e ação portuguesa na formação do território e um desenvolvimento, que acontecia através de etapas sucessivas. Exemplo de tal organização narrativa, o artigo “Fundamentos Históricos do Nacionalismo”, do tenente-coronel Inácio José Veríssimo (1942) dividia a história do Brasil, em Colônia, Império, República e Estado Novo, buscando explicar as origens da Nação Brasileira. Conforme Veríssimo, o nacionalismo brasileiro iniciou com os portugueses, que trouxeram para o Brasil suas consciências coletivas e seu senso de Nação. Diferente dos espanhóis, como, Pizarro no Peru e Cortês no México, que empreenderam aventuras individuais em busca de enriquecimento, os portugueses chegaram ao Brasil, por meio de uma missão do Estado português. Posteriormente, o autor destacou as lutas externas dos portugueses contra os holandeses como os primeiros sinais do nacionalismo brasileiro. Na descrição do período imperial, Veríssimo afirmou a existência de um sentimento de unidade patriótica, dessemelhante da República, quando ocorreu uma divisão do Brasil em regionalismos internos em “vinte uns patriotismos” e “vinte umas nações”. Por fim, Veríssimo apontou o ano de 1937, como uma revolução de cunho nacional, um retorno para evolução histórica do Brasil, que fora interrompida no período republicano (1942, p. 09-13).

Na perspectiva de Inácio José Veríssimo existia uma evolução histórica do nacionalismo que culminava com o Estado Novo, os períodos históricos eram sucessões de transformações, responsáveis pela formação contemporânea do Brasil. Em outro artigo da mesma revista, Azevedo Amaral realizou semelhante organização histórica, mas em relação ao desenvolvimento da instituição militar brasileira. A narrativa de Amaral apontava a ação das Forças Armadas nos momentos decisivos da história brasileira, iniciando no Brasil colonial, no qual “as forças armadas eram os únicos instrumentos da execução da vontade coletiva”. No período regencial, o autor acreditava que o Exército exercia a função de órgão

“neutralizador” das forças contraditórias que ameaçavam as estruturas do Império brasileiro, atuando na defesa da unidade nacional e da ordem política. Na revista, Azevedo de Amaral (1940, p.26-29) não mencionou a República, mas descreveu que o regime de Getúlio Vargas, como vencedor das extravagâncias das doutrinas democráticas e liberais e a fragmentação do Estado, com auxílio do Exército.

Os livros da Biblioteca Militar possuíam a mesma concepção de linearidade, como demonstra o livro de José de Barnabé Mesquita, “Exército, Fator de Brasilidade” (1940). No texto, o escritor descreve os grandes militares do Império: Manoel Luís Osório, defensor do Brasil na Guerra do Paraguai, Caxias como responsável pela unidade nacional durante o período regencial. Na República, os militares através de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant defenderam ideais democráticos e republicanos em 1889. Em outra passagem, como símbolo da República, Candido Rondon (1941, p.05-10) foi conceituado como grande responsável pelo aumento da extensão territorial do Brasil. Além da apresentação dos representantes dos regimes monárquico e republicano, Mesquita demonstrou um otimismo em relação ao destino histórico do Exército brasileiro: “soldados do Brasil- para frente vossa missão de fator máximo e supremo da brasilidade. Para frente e pelo Brasil”.

Para esse autor, a construção da história militar como progressiva e linear demonstrava uma visão otimista em relação ao presente e ao futuro do Exército na sociedade brasileira, embora valorizando os eventos passados da instituição. Nos anais do Exército de 1940, o ministro da Guerra Eurico Dutra realizou um levantamento sobre o progresso das Forças Armadas brasileiras. Apesar de Dutra enfatizar as glórias e os exemplos dos soldados, ele ressaltou a transformação organizacional e material das forças armadas ao longo da história brasileira e principalmente no Estado Novo:

O Exército de hoje: com o novo regime político, implantado a 10 de novembro de 1937, tudo se modificou. O Exército encontra, afinal, o clima indispensável para seu desenvolvimento eficiente [...] Revigora-se o espírito profissional e é reconquistado seu prestígio definitivo como força nacional. Surge um novo Exército, cheio de nobres aspirações, transbordante de esperanças e animado de uma grande capacidade realizadora. O discreto encanto do devotamento, da dedicação e do espírito de sacrifício, apodera-se de todos e satura de confiança o ambiente saneado das casernas. E’ enfim, o Exército Nacional que se levanta. Reorganizá-lo, dentro de moldes modernos, como instrumentos de guerra e não como sinecura ou privilégio de casta (1940, p. 331).

Para Dutra, no Estado Novo, o Exército adquire condições estruturais para assumir seu papel na defesa nacional, depois de um longo processo de desenvolvimento e descaso dos políticos brasileiros do Império e da República. O militar reforçou um “amanhã promissor”

para as classes armadas, “transbordantes de esperanças” e “animado de uma grande capacidade realizadora”. Pelas modificações realizadas pelo governo Vargas, Eurico Dutra acreditava em um futuro que as Forças Armadas seriam um instrumento de guerra eficiente, atuando a serviço do progresso nacional. O campo de experiência da historiografia militar através das narrativas lineares e progressivas estava voltado para o futuro da nação brasileira, na qual um Exército moderno, organizado e equipado auxiliaria na construção de um país mais forte e poderoso⁵⁰.

O Brasil era a nação do amanhã, na conceituação de alguns escritores militares em suas revistas e através da linha editorial da Biblioteca Militar, o Estado Novo seria um marco no desenvolvimento brasileiro, rumo à construção de uma civilização grandiosa. O capitão Manoel Nogueira (1938, p 252-261) afirmou que o “Estado Novo com coragem heroica, com inquebrável espírito de decisão” lançou “alicerces para o futuro, diretrizes gerais da nossa evolução”. Nogueira afirmava que o Brasil estava nos primórdios de seu desenvolvimento, em comparação com outras nações na vanguarda do progresso, entretanto, possuía um grande potencial através da população e da natureza ilimitada. Os governos Vargas contribuíram para o início dessa evolução nacional, mas nesse processo, para o autor, os militares teriam uma grande contribuição tanto na manutenção da unidade orgânica do país como no cumprimento de missões de políticas externas. Da mesma forma que Eurico Dutra, Nogueira defendia uma modernização do Exército, um aumento do efetivo das tropas, para a instituição cumprir seu papel no progresso da civilização brasileira.

O fortalecimento das Forças Armadas culminaria com um futuro majestoso da nação, como mencionou Getúlio Vargas em relação à marinha. Segundo o presidente, representava “um símbolo do poderio nacional nas águas nacionais e da dedicação dos marinheiros brasileiros à glória e à grandeza da pátria” (1940, p.49-50). Nas narrativas sobre a função histórica das Forças Armadas, existia uma perspectiva de continuidade, que iniciava em um passado primordial, um presente de transformações e se orientava para um futuro, a

⁵⁰Em alguns artigos das revistas “Nação Armada”, Anais do Exército e os livros da Biblioteca Nacional, existia um temor em relação ao futuro da humanidade devido a Grande Guerra na Europa (1939-1945). Uma citação de Getúlio Vargas evidencia tal expectativa: “Atravessamos nós, a humanidade inteira [...] um momento de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores [...] Marchamos para um futuro diverso do quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antigas entram em declínio” (Anais do Exército, 1940, p. 49-50). As mudanças sociais e os acontecimentos provocados pelo conflito na Europa, jamais vivenciados anteriormente pelos humanos, geraram uma perspectiva histórica de um futuro imprevisível. Entretanto, no Brasil, as concepções pessimistas em relação aos resultados da guerra na Europa e as otimistas referentes ao destino do Brasil estavam presentes na produção dos militares do Estado Novo. Ambas representavam alternativas de tempos futuros, as duas possuíam o campo de experiência voltado para um amanhã.

historiografia militar através dos três tempos interligados buscava construir uma identidade coesa e com propósito social para instituição castrense.

Na revista “Nação Armada” (1940), Azevedo Amaral defende o Exército como força orientadora e organizadora da Nação, que “desde os primórdios da colonização”, os acontecimentos históricos de relevância foram presididos por ações militares. Para o autor, a história brasileira possuía um cunho marcial pelas condições geográficas do país, “que desde o início da formação” exigiram o emprego da força militar, para promover o “avanço da civilização e o progresso político da nacionalidade” (1940, p. 26). Para concretização do progresso da nação, em nome de uma suposta coletividade era necessário a utilização da força física e armada das instituições militares. Nesse discurso, o propósito da instituição castrense era a manutenção do regime de Getúlio Vargas no presente, na continuidade de sua função como promotora do progresso nacional, como foi no seu passado, como “instrumento da vontade coletiva”.

CONCLUSÃO

Na década de 1930, os historiadores do Exército discorriam sobre a necessidade de elaboração de uma história militar brasileira, que suprisse as lacunas na produção historiográfica, já existente. Indivíduos, como o capitão Newton Franklin Nascimento (1939, 391-394) afirmavam a importância de um trabalho em conjunto e de uma reunião de historiadores militares renomados para reescrever a história das Forças Armadas brasileiras. Da mesma forma, Severino Sombra de Albuquerque (1936 Apud 2014, OLIVEIRA, p. 47-48) acreditava que tal campo histórico deveria sofrer um processo de especialização, através de novas interpretações e métodos de pesquisa. A produção literária sobre o Exército era predominantemente escrita por seus soldados. Entretanto, como sublinhou Nascimento em 1939, era um esforço de indivíduos isolados que não conseguiam abarcar todas as necessidades, temáticas e períodos da história militar brasileira.

Nesse momento, o Exército buscou controlar o processo de elaboração da sua história, com a criação do Arquivo Militar (1934), o Instituto de Geografia e História Militar (1936) e a linha editorial da Biblioteca Militar. Todas as etapas da escrita da história estavam contempladas dentro dessas instituições: a pesquisa em fontes e em documentos da corporação (Arquivo), a elaboração da historiografia (Instituto) e a divulgação de obras históricas (editora). A criação dessas organizações e associações, pelos militares representou uma tentativa de produzir uma historiografia institucional, de forma mais sistemática e organizada, que conseguisse atingir um número maior de leitores das classes armadas. A investigação em arquivos, a utilização de fontes documentais e a reunião de escritores renomados legitimavam a história produzida pela corporação.

Os procedimentos na pesquisa histórica e a concepção que os soldados, pelos seus conhecimentos profissionais, eram os indivíduos mais aptos para elaborar a história militar, promoviam para eles uma respeitabilidade às suas obras. Segundo esses historiadores, o Exército deveria possuir o privilégio da fala sobre o passado da corporação. Uma alegação, para a existência de uma produção bibliográfica própria do Exército, no Estado Novo, era atender uma demanda de livros específicos da área. A história militar continha suas particularidades, como os estudos sobre a arte técnica dos exércitos, as características profissionais das Forças Armadas, condutas de guerra, campanhas, batalhas e a influência dessas instituições na história. A divulgação de livros históricos, no interior das Forças Armadas, visava ser um complemento à formação profissional dos oficiais, possuindo finalidades pedagógicas. A historiografia difundida pela linha editorial da Biblioteca Militar e

pelos artigos das revistas “Nação Armada” e “A Defesa Nacional” possuíam concepções cívicas e moralizantes do conhecimento histórico, por intermédio da aprendizagem dos soldados nos interior dos quartéis.

Parte considerável da historiografia do Exército era composta por biografias, sobre os grandes soldados das Forças Armadas no Brasil. A rememoração dos atos heróicos, pela historiografia condizia com o próprio pensamento militar, do Estado Novo, que raramente exaltou o trabalho coletivo ou soldados anônimos da corporação. A crença difundida através das narrativas biográficas era que as tropas precisavam de exemplos morais, que os heróis personificavam as mais elevadas virtudes militares: altruísmo, sacrifício pela profissão, coragem e virilidade. Tais características eram consideradas atemporais e universais, encontradas em todos os períodos históricos, sociedades e civilizações do passado. O principal objetivo das biografias era a transmissão de lições morais, através das trajetórias dos grandes indivíduos. Acreditava-se que a leitura de narrativas históricas possibilitava o aprendizado de lições do passado, que contribuía na formação do caráter, da personalidade e na identidade profissional dos militares.

Somente depois de 1935, outros personagens históricos, além dos heróis, foram introduzidos na historiografia do Exército, com destaque aos comunistas como um paralelo aos atos heróicos do passado militar. O primeiro livro da editora, “Em guarda, contra o Comunismo” (1938), da Biblioteca Militar contribuiu para difundir um pensamento anticomunista, conjuntamente com um ideal de bom soldado associado à legalidade e o afastamento da política. Na concepção do livro e de obras históricas da editora militar, o dever com a corporação estava acima dos valores individuais e das aspirações políticas. Existia um contraponto, entre os atos heróicos e ações dos militares que participaram dos levantes nos quartéis, em 1935. Enquanto, os heróis eram corajosos, bravos, leais e cumpridores dos deveres, exemplos das maiores virtudes castrenses, os soldados revolucionários eram retratados como traidores da corporação e da nação.

Na década de 1930, os quartéis eram idealizados como forças disciplinadoras da sociedade, dentro do Exército, os soldados supostamente aprenderiam o respeito às hierarquias e à ordem social em benefício da coletividade. A educação cívica e o conhecimento do passado pelos militares eram concebidos como essenciais para o desenvolvimento de um sentimento patriótico em relação ao Brasil e suas instituições, dentro das Forças Armadas. De acordo com Valentim Benício da Silva (1940, p. 18), os quartéis como estabelecimentos de ensino ensinam noções sobre as instituições nacionais, o respeito às autoridades, a veneração aos símbolos, à admiração aos heróis, aos antepassados ilustres e à

riqueza brasileira. O ensino do passado eram eixo para a constituição do nacionalismo, os conhecimentos dos elementos comuns e integradores da população, das narrativas ancestrais sobre a pátria dos feitos heroicos dos antepassados, possibilitariam a criação de uma nação consciente da sua brasilidade. As academias militares incluíam conteúdos sobre a história brasileira em suas disciplinas curriculares. Por exemplo, em um concurso para a escolha da adoção de um manual do atirador, para as escolas de instrução, o livro deveria possuir de noções história. O ensino de história estava interligado à educação cívica, na tentativa de criação de um sentimento patriótico, na formação de cidadãos defensores da nação. Filhos, alunos, soldados e cidadãos deveriam possuir uma consciência histórica das suas raízes em comum, da necessidade da integração e dos princípios coletivos da nação.

Nesse período, a finalidade social do Exército, segundo os próprios militares, era garantir a manutenção do Estado, “democrático e popular de Getúlio Vargas”. As revistas militares defendiam a constituição de um Estado autoritário, no sentido de privilegiar a autoridade do governo e diminuir o consenso através da concentração do poder político nas mãos de uma autoridade política. As principais lideranças militares no período defendiam que no Estado Novo, o Exército adquiriu condições estruturais para assumir seu papel na defesa nacional, depois de um longo processo de desenvolvimento e descaso dos políticos brasileiros do Império e da República. Pelas modificações realizadas pelo governo Vargas, acreditava-se em um futuro que as Forças Armadas seriam um instrumento de guerra eficiente, atuando a serviço do progresso nacional. O campo de experiência da historiografia militar estava voltado para o futuro da nação brasileira, na qual um Exército moderno, organizado e equipado auxiliaria na construção de um país mais forte e poderoso.

REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, B. Mito e história: uma prática da historiografia literária. **Ipotesi** (UFJF), Juiz de Fora - MG, v. 3, p. 47-58, 2000.

ARAÚJO, V. L. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, V. L. MOLLO, H. M. Nicolazzi, Fernando (org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011.

ASSMANN, A. **Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: editora da Unicamp, 2011.

ANTUNES, M. P. **Uma Batalha Simbólica**: memória retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro. 2006. Dissertação (mestrado em história) Dourados: Universidade Federal de Grande Dourados, 2006.

ARMANI, C. H. A história da historiografia no Rio Grande do Sul e a escrita do tempo da nação: um estudo de caso. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012, pp. 193-207.

BERKOWICZ, C. A. Da biblioteca do Exército à biblioteca militar: o lugar ocupado pela instituição no Estado Novo. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

BOEIRA, L. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense**: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Tese (doutorado em História).

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BOBBIO, N. Autoritarismo. In: _____. (Org.) **Dicionário de Política**. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1998.

BUSSETO, A. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, nº 54, p. 177-196 – 2007.

CAMPBELL, J. **O herói de mil de faces**. São Paulo: Cultrix/ Pensamento, 1991.

CARLYLE, T. **Sartor Resartus, and on heroes, hero-worship, and the heroic in history.** Londres: Project Gutenberg, 2007.

CARVALHO, J. M. de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In. D'ARAÚJO, M. C. (Org.). **As instituições na era Vargas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **Forças Armadas e a Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, L. P. M. O Instituto de Geografia e História Militar. **Da Cultura,** FUNCEB, Rio de Janeiro, ed. 06, 2004, p. 36-40.

CARVALHO, J. L. **Azevedo de Amaral e a crítica do liberalismo.** Revistas. Mediações, Londrina v. 02, n. 01, p. 35-38, 1997.

CASTRO, C. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Entre Caxias e Osorio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 25, 2000, p.103- 117.

_____. **Os Militares e a República: Um Estudo sobre Cultura e Ação Política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. IZECKSOHN V.; KRAAY, H. **Nova História Militar brasileira.** Rio de Janeiro: editora FVG, 2004.

CASTRO, A. **História e historiadores.** Rio de Janeiro: FVG, 1996.

CATROGA, F. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra. (Org.). **Fronteiras do milênio.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

_____. Pátria, Nação e Nacionalismo. In: TORGAL, L.R. (Org.). **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismo na África.** Coimbra: imprensa da Universidade de Coimbra.

CERTEAU, M. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: história e cultura**, Caxias, n.03, jan/jun de 2003, p.73-94.

_____. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo. In: GUIMARÃES, M. S. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

_____. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre antigos e os modernos. In: NEVES, M. B. P. **Estudos em historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: editoria FVG, 2011.

CIDADE, F. P. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Gustavo cordeiro, 1956.

COSTA, W. P. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, I. (Org.). **Independência: história e historiografia**, São Paulo: Hucitec, 2005.

COELHO, E. C. **Em busca da identidade: o exército e política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

DOSSE, F. **O Desafio biográfico**. São Paulo: USP, 2009.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Estado Novo e Fascismo. **DICIONÁRIO** do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: CPDOC. em: <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos3745/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo> . Acesso: 04 abr. de 2015.

FERREIRA, R. M. **Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: Anablume, 2005.

FERREIRA, M. M. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, M. S. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

_____. A trajetória de Henri Hauser: um elo entre duas gerações. In: NEVES, M. B. P. **Estudos em historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: editoria FVG, 2011.

_____. SILVA, N. L. Os caminhos da institucionalização do Ensino Superior de História. **História & Ensino**, Londrina, v.02, n.17, 2011, p. 283-306.

FALCON, F. J. C. Capistrano de Abreu e a historiografia científicista: entre o positivismo e o historicismo. In: NEVES, M. B. P. **Estudos em historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: editoria FVG, 2011.

FAUSTO, B. O Estado Novo no contexto internacional. PADOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.

FRANZINI, F. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira. In: NEVES, M. B. P. **Estudos em historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: editoria FVG, 2011.

GUIMARÃES, M. S. Um historiador á margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história Francesa no século XIX. In: HARTOG, F. **O Século XIX e a história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história do Brasil oitocentista. In: **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

GODOLFHIM, W.C. **Obra e vida do general Valentim Benício da Silva**. Rio de Janeiro: Secretária- geral do Exército, 1971.

GONÇALVES, M. A. Em tempos de epidemia biográfica: Octávio Tarquínio de Souza e sua busca por homens ilustres. In: NEVES, M. B. P. **Estudos em historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: editoria FVG, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 05.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.

_____. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estúdios Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 05, n.10, 1992, p. 134-146.

LOPES, R. Thomas Carlyle (1795-1881). In: MARTINS, E. R. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: contexto, 2010.

LORIGA, S. **O pequeno x: da biografia à História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. A biografia como problema. In Jacques Revel (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

KNAUSS, P. CEZAR, T. Prefácio. GUIMARÃES, M. S. **Historiografia e Nação no Brasil, (1838-1857)**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2011.

NASCIMENTO, F. S. **A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MEDEIROS, J. Ideologia Autoritária no Brasil. 1930-1945. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978, p.53-154. **A Revolução de 30**: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: Setembro de 1980. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 1983.

MENESES, R. **Dicionário literário brasileiro**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MONTEIRO, J. V. **Do “Exército de Sombras” ao “Soldado Cidadão”**: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na Revista Nação Armada. 2010. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e Saúde da Casa Oswaldo Cruz), Fundação Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

MOTTA, R. P. S. **O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e URSS**. *Locus*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 2007, p. 227- 246.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**. 2010. Tese (Doutorado em Economia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORAIS, R. Q. Em guarda! O espectro do comunismo ronda a caserna: a construção militar da imagem obscena do comunismo no Estado Novo. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 20, 2013, p. 09-28.

MCCANN, F. **Os soldados da Pátria**: história do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras/ Biblioteca do Exército, 2002.

NETO, M. D. **Influência estrangeira e luta interna no Exército** (1889-1930). In: ROUQUIÉ, A. Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1980.

OLIVEIRA, P. R. de. **A representação de Manoel Luís Osório na historiografia militar do Estado Novo**. 2012. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

OLIVEIRA, R. P. A monumentalização de Manoel Luís Osório: a construção de uma memória militar nos últimos dias do governo do marechal Floriano Peixoto (1887-1894). **Revista Militares e Política**, Rio de Janeiro, nº 7, p. 23-50, jul.- dez., 2010.

OLIVEIRA, N. V. **O Instituto de Geografia e História Militar Brasileira e a invenção de uma tradição para o Exército brasileiro** (1937-1945). 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

PEREGRINO, U. História da Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro: Biblex, 198-.

_____. **História e projeção das instituições culturais do Exército**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

PINTO, S. M. A Doutrina Góis: síntese de um pensamento militar no Estado Novo. In: PADOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.

PIMENTEL, C. H. L. O anticomunismo e a esquerda militar brasileira: uma análise historiográfica. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

PRESTES, A. L. **Tenentismo Pós-30**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ROUQUIÉ, A (Org.). Os processos políticos nos partidos militares do Brasil. Estratégia de pesquisa e dinâmica. In:_____. **Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SCHIMIDT, Benito. Biografia e regimes de historicidades. **Métis: história e cultura**, Caxias, n.3, jan./jun., p.35-56, 2003.

SETEMY, A. Por uma memória diplomática: o Itamaraty e o combate ao inimigo escarlate. In: **Anais do Encontro Estadual de História do Rio Grande do Sul**. Santa Maria, julho de 2010.

SCHULZ, J. **Exército na política**. São Paulo: Edusp, 1995.

SOUZA, A. B. Osório e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, nº 25, jul. 2001.

_____. Trajetórias militares, política imperial e escrita da História. **Revista Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, RS, v.2, n.3, p. 73-94, jan./jun.2003.

_____. **Duque de Caxias, o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.557.

_____. **Entre mito e o homem Caxias e a construção de uma heroicidade moderna**. **Lócus**, Revista de História, Juiz de Fora, v. 07, n. 01, p. 93-106, 2001.

TEIXEIRA, N. S. História Militar e historiografia contemporânea. In: Colóquio, para uma Visão Global da História Militar, 1990. Lisboa. **Anais do Colóquio, para uma Visão Global da História Militar**. Lisboa, 1990. Disponível em:<http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2697/1/NeD59_NunoSeverianoTeixeira.pdf> Acesso em: 07 abr. 2015.

TURINI, L. A. A crítica da história linear e da ideia de progresso: um diálogo com Walter Benjamin e Edward Thompson. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, n. 18, p. 93-125, 2004.

VELLOSO, M. P. **Os intelectuais e política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

_____. A brasilidade verde- amarela: nacionalismo e regionalismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VIANNA, M. A. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONTES CONSULTADAS

BIBLIOTECA MILITAR (org.). **Em guarda contra comunismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

BIBLIOTECA MILITAR, **A república brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

BIBLEX. **Catálogo da Biblioteca do Exército**. Rio de Janeiro: 1977.

BOITEUX, H. **Santa Catarina no Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.

DUTRA, E. G. Exército no Estado Novo. **Anais do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

_____. O Exército em dez anos de governo do Presidente Getúlio Vargas. **Anais do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

FIGUEIRÊDO, L. **Grandes Soldados do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

FREIRE, F. Em honra pelos que morreram pela pátria. **Anais do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

FORTES, J. B. Rio Grande de São Pedro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

JORNAL DIÁRIO CARIOCA, 28 de fevereiro de 1930. Disponível:
<<http://hemerotecadigital.bn.br>>, Acesso: 01 de out. de 2014

_____. 22 de março de 1930. Disponível: < <http://hemerotecadigital.bn.br>>, Acesso: 01 de out. de 2014

GASTAL, M. L. **Estudos Sociais e Naturais**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1945.

GOYCOCHEA, C. **Espírito Militar na Questão Acreana**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

LIMA, O. G. M. **Osório**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

LOBO, L. História Militar do Pará. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

MAUL, C. **Floriano**: sua vida, seu nacionalismo, sua glória. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

_____. Meio século de vida literária: depoimento de uma testemunha. O Malho. Rio de Janeiro, n. IX, 1952.

MESQUITA, J. B. **O Exército, fator de brasilidade**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

RELATÓRIOS DOS MINISTROS DE ESTADO DE GUERRA. Rio de Janeiro: imprensa do Estado Maior do Brasil, 1936-1939. Disponível em: < <http://www.crl.edu/brazil/ministerial> > Acesso: 10 de nov. de 2012.

SILVA, V. B. **A influência dos pais de família na defesa nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

_____. **Antonio João**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

_____. **Caxias**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

_____. **Educação Moral do Soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

_____. **Osório na infância, na adolescência, na família e na imortalidade**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

_____. **Floriano Peixoto, sua vida, seu nacionalismo e sua glória**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

SILVA, A. **Os Generais do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

VARGAS, G. Onze de Junho. **Anais do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

_____. O Exército e o Estado Novo. **Anais do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

VIANA, L. **Tuiuti é Osório, Osório é Tuiuti**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

VILAR, F. **Faze Assim, Breviário Moral e Cívico**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

VIVEIROS, J. **Caxias no Maranhão**. Biblioteca Militar: Rio de Janeiro, 1940.

REVISTAS MILITARES

AMARAL, A. O Exército e a Defesa Nacional. **Nação Armada**, São Paulo, n. 04, p. 26-30, mar. 1940.

_____. O presidente e a segurança nacional. **Nação Armada**, São Paulo, n. 12, p. 15-19, nov. 1940.

ARARIPE, T. A. Dia da Pátria. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 282, p. 278- 279, nov., 1937.

_____. O caráter integral do problema de segurança. **Nação Armada**, São Paulo, n. 06, p. 09-30, mai. 1939.

ALMEIDA, L. Brasilidade. **Nação Armada**, São Paulo, n. 22, p. 82-83, set. 1941.

CALMON, P. O soldado na história do Brasil. **Nação Armada**, São Paulo, n. 19, p. 15-28, jul. 1941.

COSTA, A. A. Homenagem ao Exército. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 295, p. 814-816, dez., 1938.

CORREIA, J. Quintino Bocaiuva, Herói a Carlyle. **Nação Armada**. São Paulo, n. 01, p. 102- 108, nov. 1939.

_____. A educação nacionalista. **Nação Armada**, São Paulo, n. 08, p. 80-84, jul. 1940.

DEL PICCHA, M. O Exército brasileiro. **Nação Armada**, São Paulo, n. 13, p. 20-21, dez.. 1940.

_____. A pátria hoje é uma imensa caserna. **Nação Armada**, São Paulo, n. 25, p. 09-10, dez. 1941.

DOCCA, S. As Forças Armadas na defesa da nacionalidade. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 309, p. 113- 121, fev., 1940.

_____. O Exército e a Formação da Nacionalidade. **Nação Armada**, São Paulo, n. 04, p. 42-47, mar. 1940

DUTRA, F. A educação cívica e a colonização nas fronteiras do Brasil. São Paulo, n. 05, p. 01-04, abr. 1940.

FILHO, L. Educação e segurança nacional. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 306, p. 1204- 1215, nov., 1939.

LIMA, O. M. G. Oficial em sua dupla missão de instrutor e disciplinador. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 292, p. 396- 400, set., 1938.

LIMA, C. Exército em face do Estado Novo. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 292, p. 385- 394, set., 1938.

LIMA, A. M. L. Povoamento do Brasil e seu máximo problema e mais urgente. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 285, p. 155- 160, fev., 1938.

LIMA, O. M. G. Oficial em sua dupla missão de instrutor e disciplinador. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 292, p. 396- 400, set., 1938.

LIMA, F. A disciplina nas forças Armadas. **Nação Armada**, São Paulo, n. 42, p. 140-144, nov. 1942.

MORAIS, D. Culto à nacionalidade. **Nação Armada**, São Paulo, n. 13, p. 117-127, dez.. 1940.

MAGALHÃES, J. B. O Brasil a paz e a guerra. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 292, p. 447-452, set., 1938.

_____. Os Fatos marcantes da história e os arquitetos da nacionalidade. **Nação Armada**, São Paulo, n. 51, p. 13-31, fev. 1944.

MASSENA, R. Questões para a elaboração de um plano de conscientização para rápida nacionalização do Brasil. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 301, p. 601-606, jun., 1939.

MONTEIRO, P. G. Preceitos e Conceitos. **Nação Armada**, São Paulo, n. 11, p. 09- 15, out. 1940.

_____. Política de Guerra. **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, n. 01 e 02, p. 27-30, jan./jun. 1941.

_____. Posição internacional do Brasil. **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, n. 01 e 02, p. 31-37, jan./jun. 1941.

MIRANDA, A. Considerações sobre o patriotismo. **Nação Armada**, São Paulo, n. 58, p. 39-45, set. 1944.

NASCIMENTO, N. F. O Estado Maior do Exército e o seus problemas. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 292, p. 454-456, set., 1938.

_____. A História Militar através das suas fontes fidedignas. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 299, p. 391-395, abr., 1939.

NACIONAL, A DEFESA. A pátria: dedicado á mocidade. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 292, p. 250, set., 1938.

NAÇÃO ARMADA, Editorial. **Nação Armada**. São Paulo, n. 01, p. 01-04, nov. 1939.

_____. Memória das Vítimas da intentona comunista. **Nação Armada**, São Paulo, n. 50, p. 118-123, jan. 1944.

_____. Manual do atirador. **Nação Armada**, São Paulo, n. 58, p. 101-105, set. 1944.

_____. A defesa do Brasil do Futuro. A escola nacionalizadora em Santa Catarina. **Nação Armada**, São Paulo, n. 57, p. 136- 140, ago. 1944.

NOGUEIRA, M. O Brasil uma civilização característica. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 292, p. 251- 265, set., 1938.

PEREGRINO, U. O Exército disciplinador. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 293, p. 583-585, out., 1938.

ROSA, F. A festa da bandeira. **Nação Armada**, São Paulo, n. 12, p. 20-22, nov. 1940.

SAMPAIO, N. Assuntos Históricos Datas. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 304, p. 975-978, set., 1939.

SERRAM, L. Space: a useful category for history analysis? *History and Theory*, n.52, oct. 2013, 400-419.

SILVA FILHO, C. S. Symbolos, distictivos e sua significação na vida dos povos. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, p. 351- 364, 1940.

SILVA, V. B. Novo Rumo. **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, n. 01 e 02, p. 39-43, jan./jun. 1941

SODRE, N. W. História Militar. Brasileira. **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, n. 03 e 04, p. 356-368, jul./dez. 1944.

TAVARES, L. Dever Militar. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, p. 360-371.

TARTORI, I. O Cumprimento do dever militar. **Nação Armada**, São Paulo, n. 38, p. 70-72, jul. 1941.

TUROLA, W. R. Disciplina. **Nação Armada**, São Paulo, n. 38, p. 67-68, jul. 1941

VIANNA, A. O preparo moral e cívico da nação. **Nação Armada**, São Paulo, n. 14, p. 65-68, dez.. 1941

VARGAS, G. O Estado Novo e o momento histórico. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n° 294, p. 592-593, nov., 1938.

_____. O papel social do Exército. **Nação Armada**, São Paulo, n. 22, p. 118-119, set. 1941.

_____. O dia da Pátria. **Nação Armada**, São Paulo, n. 58, p. 87-90, set. 1944.

VERISSÍMO, I. J. Política Imigratória. **Nação Armada**, São Paulo, n. 16, p. 16-21, mar. 1941.

_____. Fundamentos históricos do nosso nacionalismo. **Nação Armada**, São Paulo, n. 28, p. 09-19, mar. 1942.

ANEXO A- REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MILITAR DE 1937

DECRETO N. 1.748 — DE 26 DE JUNHO DE 1937

Dispõe sobre organização da Bibliotheca Militar, do Ministerio da Guerra

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no empenho de estimular o gosto pela litteratura militar, bem como o seu desenvolvimento, rebuscando no passado os episodios dignos de servirem de ensinamento ao presente e acolhendo no presente as iniciativas capazes de concorrer para o aperfeçoamento do futuro; sentindo que muitas obras historicas se vão perdendo pelo esgotamento de limitadas edições, só ficando ao alcance dos eruditos os raros exemplares existentes, e que o livro, pelo seu elevado preço, vae fugindo ás bolsas menos favorecidas; observando, por outro lado, as difficuldades que se apresentam áquelles que se dedicam á litteratura com honestidade e amor ao estudo e que essas difficuldades são de tal preço que muitos desanimam mesmo antes do primeiro ensaio, decreta:

Art. 1º. Será organizada, no Ministerio da Guerra, a "Bibliotheca Militar", destinada a divulgar ensinamentos que concorram para o aperfeçoamento moral, civico e profissional dos milhares de brasileiros que vêm ter aos quartéis, trazidos pelo amor á profissão das armas ou pela obrigação do serviço militar, bem como daquelles a quem possam interessar os conhecimentos que esta bibliotheca se propõe diffundir.

Art. 2. Tres collecções constituirão a Bibliotheca Militar:

- Collecção A — Os nossos Soldados;
- Collecção B — Obras patrioticas;
- Collecção C — Obras de educação.

Art. 3º. Na Collecção "A" serão publicadas biographias dos soldados brasileiros de maior nomeada, em pequenos volumes de 100 a 200 paginas, escriptos em linguagem esmerada, porém simples, ao alcance dos conhecimentos elementares dos soldados alphabetizados.

Art. 4º. A Collecção "B" comprehenderá obras patrioticas, podendo ser reeditadas algumas já consagradas em nossa litteratura ou editadas obras novas de autores nacionaes, militares ou civis.

Art. 5º. A Collecção "C" será constituída por obras de caracter educativo, profissional ou não, de autores militares ou civis, nacionaes ou estrangeiros, ineditas ou reeditadas.

Art. 6º. Serão instituidas distincções honorificas ou premios aos autores de obras novas, registadas na bibliotheca ou aos que tiverem a propriedade litteraria de obras antigas e transferirem ao Ministerio da Guerra essa propriedade.

Art. 7º. As obras premiadas e as editadas (transferidas) serão publicadas pelo Ministerio da Guerra, em grandes edições, para serem vendidas a preços modicos aos corpos e estabelecimentos militares, a preço reduzido (fixo) ao publico, no commercio de livros ou em instituições publicas ou particulares.

Art. 8º. As publicações da Bibliotheca Militar serão consideradas officiaes e gozarão de todas as vantagens e isenções a estas attribuidas.

Art. 9º. A impressão será feita na Imprensa do Estado-Maior do Exercito ou na Imprensa Nacional, pela verba orçamentaria, devendo o producto da venda (deduzidas as despesas) ser recolhido ao cofre da Commissão.

Art. 10. O Estado-Maior do Exercito (5ª Secção) centralizará o trabalho que interessa á Bibliotheca Militar, cabendo-lhe a direcção da impressão das obras escolhidas ou premiadas, a distribuição das publicações e a fiscalização das despesas e dos fundos da Commissão.

Art. 11. Além da edição e reedição de obras que venham constituir a Bibliotheca Militar, a Commissão poderá dirigir ou fiscalizar a edição de outras publicações de character militar (livros e revistas), adquirir obras já publicadas, do mesmo genero daquellas, para distribuição, gratuita ou não, aos corpos e estabelecimentos militares, facilitando-lhes a aquisição de exemplares a serem distribuidos como premios ás respectivas praças.

Paragrapho unico. Para as distribuições gratuitas serão opportunamente proporcionados os respectivos recursos.

Art. 12. Uma Commissão (Commissão da Bibliotheca Militar), composta de cinco membros, tres militares e dois civis, nomeados pelo Ministro da Guerra, presidida por um general ou coronel, ficará incumbida de seleccionar as obras que devem ser reeditadas, estabelecer o processo de julgamento das obras ineditas e indicar as que devam ser adquiridas para a distribuição gratuita.

Art. 13. Os membros dessa Commissão nenhuma remuneração deverão perceber, nem prejudicarão em proveito della outras funcções que exercerem.

Art. 14. A substituição dos membros da Commissão será feita pelo Ministerio da Guerra, em virtude de força maior (fallecimento, molestia, transferencia), a pedido do interessado ou do presidente da Commissão, quando para isso houver razão (a criterio do Ministro).

Art. 15. A Commissão proporá, ao Ministerio da Guerra, as instrucções internas para seu funcionamento e o que fôr indicado para execução de sua missão.

Art. 16. Nenhuma despesa nova será creada para funcionamento da Commissão, correndo as necessidades materiaes por verbas já attribuidas ao Ministerio da Guerra e opportunamente designadas, consoante a natureza da exigencia a supprir.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1937, 116º da Independencia e 49º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General *Eurico Gaspar Dutra*.

ANEXO B- TABELAS SOBRE A ESTRUTURA DO LIVRO EM GUARDA CONTRA O COMUNISMO E OS AUTORES DA OBRA (1938)

Tabela 1- Relação da organização estrutural do Livro “Em Guarda Contra o Comunismo” (1938)

Divisão dentro do Livro “Em Guarda Contra o Comunismo”	Título do Artigo/ Originalmente publicado no (a):	Data Original de publicação	Autoria
Primeira Parte: “A Palavra dos Chefes da Nação, da Igreja e das Forças Armadas”	“Nos Primeiros Minutos de 1936”	1936	Presidente Getúlio Vargas
	“Mensagem ao Poder Legislativo”	Maio de 1936	Presidente Getúlio Vargas
	“Em Dez de Maio de 1936”	10 de Maio de 1936	Presidente Getúlio Vargas
	“Em 23 de Junho de 1936”	23 de Junho de 1936	Presidente Getúlio Vargas
	“Em Sete de Setembro de 1936”	07 de Setembro de 1936	Presidente Getúlio Vargas
	“Carta Pastoral e Mandamentos do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu”	08 de Setembro de 1937	Cardeal D. Sebastião Leme
	“Circular Aos Commandantes de Regiões e Directores de Serviço do Ministério da Guerra”	29 de Junho de 1937	General Eurico Gaspar Dutra/ Ministro da Guerra
	“Mensagem dos Ministros da Guerra e da Marinha pedindo a volta do Estado da Guerra”	29 de Junho de 1937	General Eurico Gaspar Dutra- Vice- Almirante Aristides Guilhem
Segunda Parte: “O Perigo Vermelho”	“Bolshevismo”	Sem data no livro “Em Guarda Contra o Comunismo”	Conde de Afonso Celso
	“Falsa Ideologia? Não Canibalismo”	Sem data no livro “Em Guarda Contra o Comunismo”	Max Fleiuss
	“A Doutrina”, Parte da obra “Factos e Orientação”	1925	José Maria Moreira Guimarães
	“Os comunistas se agitam” / Jornal “Correio da Manhã”	31 de setembro de 1938.	Heitor Moniz

	“O Perigo Vermelho”	Sem data no livro “Em Guarda Contra o Comunismo”	Heitor Moniz
	“Congresso Mundial anti-comunistas/ Jornal “Correio da Manhã”,	04 de agosto de 1937	Júlio Dantas
	“O comunismo e os intelectuais”/ “Correio da Manhã”,	22 de setembro de 1937	Odette de Carvalho e Souza
	“Nacionalismo e Comunismo”, Conferência realizada na Liga de Defesa Nacional	01 de Julho de 1936	Carlos Maul
	“Em Face do Comunismo”	Sem data no livro “Em Guarda Contra o Comunismo”	Alceu de Amoroso e Lima
	“El soldado republicano”, conferência realizada no Clube Militar	Sem data no livro “Em Guarda Contra o Comunismo”	Senador Uruguaió Gervásio Antuña
	“A infiltração comunista na Marinha”	15 de Maio de 1936	Ministério da Marinha
	“A infiltração comunista nas classes armadas”	09 de Dezembro de 1935	Odette de Carvalho e Souza
	“Política social do Exército”, relatório apresentado ao Ministério da Guerra	Sem data no livro “Em Guarda Contra o Comunismo”	Capitão Severino Sombra Albuquerque
Terceira Parte “A realidade Soviética”	“Os patriotas soviéticos”	Sem data no livro “Em Guarda Contra o Comunismo”	Carlos Maul
	“Fogueiras Humanas”	Sem data no livro “Em Guarda Contra o Comunismo”	Carlos Maul
	“A Realidade Soviética” / Jornal “Correio da Manhã”	17 de Agosto de 1937	Heitor Muniz
	“A Depuração Soviética/ “Correio da Manhã”	20 de Julho de 1937	Heitor Muniz
	“Toukhtchevsky” / “Revista La France Militaire”	23 de Junho de 1937	General de Cugnac
	“Costumes Soviéticos” / Jornal	15 de Agosto	Conde Emanuel

	“Estado de São Paulo”	de 1937	Bennigesen
	“L’evolution de La Russie Sovietique” / Revista “La France Militaire”	10 de Setembro de 1937	Autor não identificado
	“La Vie em U.R.S.S”/ Revista “La France Militaire”	23 de Setembro de 1937	Editorial de “La France Militaire”
Quarta Parte “Novembro de 1935”	“Mas é Infâmia Demais”	06 de Dezembro de 1935	Coronel Valentim Benício da Silva
	“Editorial de O Globo” / Jornal “O Globo”	16 de Setembro de 1937	Jornal o “Globo”
	“Romaria Cívica” / “Jornal do Brasil”	19 de Setembro de 1937	Porto Silva
	“Um Grande Juramento” / “Diário Carioca”	21 de Setembro de 1937	Editorial do jornal “Diário Carioca”
	“Homenagem as Vítimas da Guerra”	Setembro de 1937	Ministério da Guerra
	“Oração do Representante do Exército na Romaria Cívica de 22. 09. 1937”	22 de setembro de 1937	General Newton Cavalcanti
	“Oração do Representante da Marinha na Romaria Cívica de 22.09.1937”	Sem data no Livro “Em Guarda Comunismo”	Contra-almirante Alvaro de Vascoellos
	“Oração do Representante do Povo na Romaria Cívica”	Sem data no Livro “Em Guarda Comunismo”	Francisco Campos
	“Oração do Presidente da República”	Sem data no Livro “Em Guarda Comunismo”	Presidente Getúlio Vargas
	“Em Guarda”/ Jornal “ Correio da Manhã”	03 de Outubro de 1937	Bastos Tigre
	“Corações de Manteiga”	Sem data no Livro “Em Guarda Comunismo”	Carlos Maul
Quinta Parte “As Vítimas do Atentado Comunista”	“Relação Nominal das Vítimas e de seus Herdeiros”	Sem data no Livro “Em Guarda Comunismo”	Sem autoria
	“Projeto de Monumento às Victimias do Atentado Comunista de 1935” / “Diário do Poder Legislativo”	24 de Setembro de 1937	Deputado Waldemar Ferreira

Tabela 2: Dados gerais sobre os autores do Livro em Guarda Contra o Comunismo (1938)

Nome	Profissão
1) Getúlio Vargas	Político/ Presidente da República
2) Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942)	Religioso/ Cardeal
3) General Eurico Gaspar Dutra	Militar/ Ministro da Guerra
4) Almirante Aristides Guilhem (1875-1949)	Militar/ Ministro da Marinha
5) Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860- 1938)	Professor/ Poeta/ Advogado/ Político/ Membro do IHGB
6) Max Fleiuss (1868- 1943)	Jornalista/ Advogado/ Secretário do IHGB
7) José Maria Moreira Guimarães (1864-1940)	Militar/ Engenheiro/ Político
8) Heitor Moniz	Jornalista/ Funcionário do Ministério do Trabalho
9) Júlio Dantas (1876-1962)	Médico/ Diplomata/ Político
10) Odette de Carvalho e Souza (1904-1970)	Cônsul/ Diplomata/ Chefe do Departamento de Setor de Informações, do Ministério das Relações Exteriores
11) Carlos Maul (1887- 1970)	Jornalista/ Escritor
12) Alceu de Amoroso e Lima (1893- 1983)	Advogado/ Professor Universitário/ Escritor
13) Gervásio Antuña	Senador Uruguaio
14) Severino Sombra Albuquerque (1907-2000)	Militar/ Político/ Professor Universitário
15) Conde Emanuel Bennigesen (emigrante russo)	Presidente do Subcomitê Russo de Auxílio às Vítimas de Guerra
16) Valentim Benício da Silva	Militar/ Secretário do Ministério da Guerra/ Escritor
17) Porto Silva	Não foi possível identificar
18) Newton Cavalcanti (1885-1965)	Militar/ Interventor Estadual/ Político
19) Álvaro Rodrigues de Vasconcelos (1893- 1958)	Militar
20) Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968)	Político/ Ministro da Educação
21) Manuel Bastos Tigre (1882- 1957)	Bibliotecário do Museu Nacional/ Escritor
22) Waldemar Martins Ferreira	Advogado/ Fundador da Ordem dos Advogados do Brasil (1932) / Político
Profissão/Quantidade: Políticos (09), Militares (07), Profissionais Liberais (06), Funcionários Públicos (03), Religioso (01).	

Fonte: Site do Centro de Pesquisas e Documentação Histórica do Brasil Contemporâneo (CPDOC).